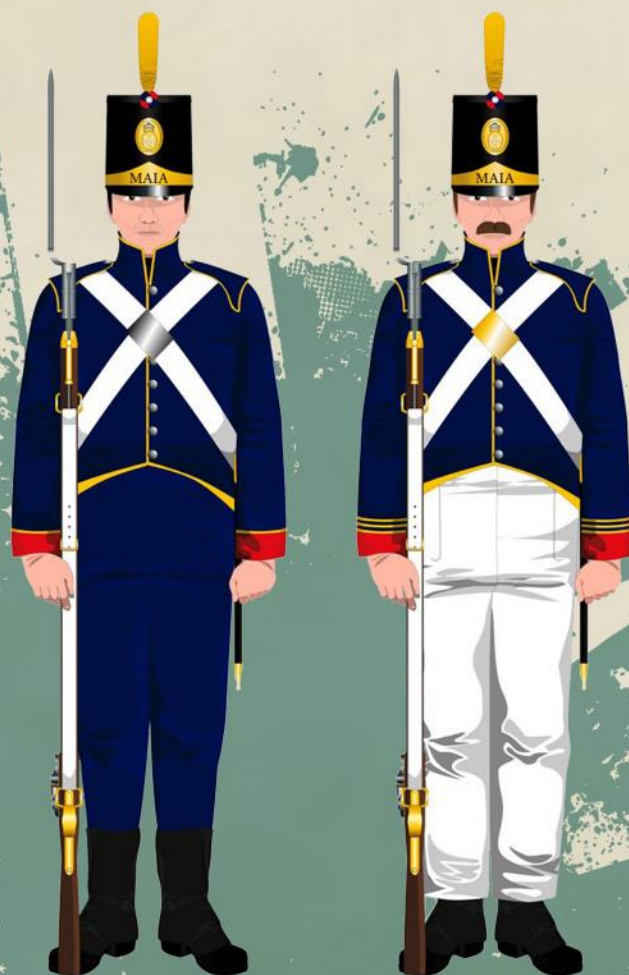


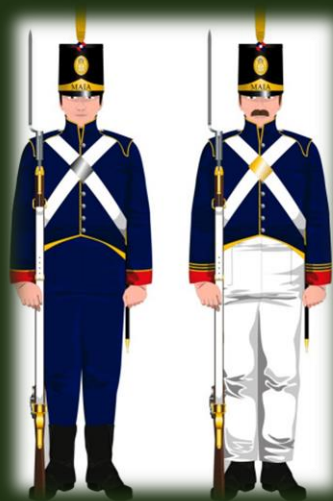
NOVA SÉRIE

REVISTA da MAIA

REVISTA CULTURAL da CÂMARA MUNICIPAL da MAIA



ANO I . N.º 02 . julho . dezembro . Diretor: Mário Nuno Neves



FICHA TÉCNICA

REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE
ANO I, NÚMERO 2
JULHO/DEZEMBRO 2016

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Cultura

DIRETOR

Mário Nuno Neves

EDITOR

José Maia Marques

CAPA

Manuel Magalhães, com uma
infografia de Sérgio Veludo
Coelho

PROPRIEDADE

Câmara Municipal da Maia
©Todos os direitos reservados

ISSN: 2183-8437

CONTACTOS

E-mail:
cultura@cm-maia.pt

Web:
<http://maiacultura.cm-maia.pt/>

REVISTA da MAIA

ÍNDICE

Editorial

Mário Nuno Neves 3

A Cultura e os seus Públicos

Rui Patrício Sarmento Rodrigues 4

Destaque do Editor

José Maia Marques 8

ARTIGOS

Em Vila Nova da Telha, uma joia maneirista:

O «retábulo das almas»
Joaquim José Moreira dos Santos 9

A Confraria das Almas de Águas Santas: breve abordagem e transcrição dos renovados estatutos de 1800

Rui Teles de Menezes 27

De 25 a 29 de março de 1809, a IIª invasão francesa e os registos paroquiais de óbitos.

André Tomé Ribeiro 41

Imagens do Arsenal Real do Porto no Regimento de Milícias da Maia – análise de uma infogravura

Sérgio Veludo Coelho 57

O Barão de São Januário e a mudança da sede do Concelho da Maia

José Augusto Maia Marques 63

A Casa do Povo de Vermoim – Algumas notas para a sua história

Liliana Aguiar 75

Lembranças, 1945: Aeroporto de Pedras Rubras segundo o manuscrito de Joaquim Dias Salgueiro

Armando Mário Moreira Tavares 87

Eurico Thomaz de Lima (1908-1989), Pianista, Compositor e Pedagogo adotado pela Maia

Victor Dias 99

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia - As memórias de um povo na coleção de um Museu

Sara Lobão Martins 103

NOTAS DE LEITURA

109

NOTÍCIAS

110

PRESENÇAS

115

EDITORIAL

O “ontem” e o “hoje”

E com esta publicação se deu ao “prelo” cibernético o Volume II da nova série da Revista da Maia que tem como objectivo principal transmitir conhecimento sobre certas “coisas” que a Maia tem e teve e que correm o risco de se perderem da memória dos Homens se não forem, de vez em quando, lembradas, direi melhor: bem lembradas.

A História só é importante enquanto “Lição”. Uma lição que não tem como “sumário” o passado, mas sim o presente, recorrendo ao “ontem” para a clarificação possível do “hoje”. Dito de outra forma, para entendermos quem somos, onde estamos e para onde poderemos ir, temos que ter uma noção de quem fomos e de onde viemos, e como até hoje ainda não foram inventadas máquinas que nos permitam viajar no tempo, não temos outro caminho que não seja a investigação histórica.

Esta nova série da Revista da Maia não é um repositório de “fait divers”, mais ou menos interessantes, mas sim uma publicação que procura chamar a atenção para acontecimentos, factos e pessoas, com ligação à nossa terra, que de alguma forma tiveram importância no passado, recente ou remoto, e que essa importância tivesse sido suficiente para que os reflexos dela estejam ainda perceptíveis neste território que é físico, mas que também é mental.

A Revista da Maia é dedicada a todos os maiatos e a todos aqueles que querem aprender a sê-lo.

Boa leitura,

Mário Nuno Neves
(Diretor)

A CULTURA E OS SEUS PÚBLICOS



Tomando plena consciência da importância da mediação, acreditamos que é também nossa a responsabilidade, de ser o intermediário que estimula a relação entre a cultura e o público.

Temos focado o nosso trabalho e a nossa Programação Cultural na necessidade de alargar e fidelizar novos públicos, no sentido de alcançarmos patamares mínimos de democratização cultural, construindo estratégias de chegada a novos públicos e de envolver toda uma comunidade local no processo cultural e de valorização da cultura como fenómeno de valorização pessoal.

Pelo que tenho analisado dos estudos mais atuais “*Quem são os Novos Públicos da Cultura?*”, “novos” significa “*mais dos mesmos*”. No fundo trata-se de um esforço em trazer mais pessoas aos eventos culturais. De facto, um grande desafio é colocado aos profissionais da cultura e à sociedade em geral.

Como refere Maria Vlachou, diretora executiva da Acesso Cultura, “*um dos desafios dos ambientes culturais será o envolvimento das pessoas como proposta individualmente enriquecedora. O público terá de entender que o envolvimento com a cultura permitirá o desenvolvimento pessoal e social e os profissionais da cultura terão de encontrar as melhores soluções para o fazer.*”

Ao analisarmos as atitudes e os comportamentos da sociedade atual, verificamos que os indivíduos exigem cada vez mais proteção cultural do nosso património, bem como a transmissão destes valores às gerações vindouras, como forma de perpetuar um legado histórico que confere uma identidade social e cultural a cada cidadão.

Neste âmbito, o património cultural tem cada vez um maior impacto na mobilização da população, sendo importante que a cultura, enquanto elemento transmissor de conhecimento e de valorização do indivíduo esteja á disposição de todos os públicos como fator de inclusão e de igualdade social.

De acordo com a UNESCO (2001) “*as políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz*”. Só uma cultura inclusiva é que contribuirá para um efetivo desenvolvimento da sociedade e respetivos cidadãos.

Assim sendo, cultura e sociedade estão inteiramente interligadas. No entanto, não podemos

deixar de referir que as práticas culturais e as representações sociais estão sujeitas a uma variação própria dos fenómenos sociais.

Se cultura diz respeito a tudo aquilo que envolve o homem enquanto ser social, ficando este sujeito, à transmissão de valores morais e éticos, e de um legado histórico que por um lado, condiciona o seu desenvolvimento enquanto pessoa, e por outro, define a sua identidade, não se pode dissolver o conceito de “*públicos da cultura*”, na medida em que as dinâmicas sociais vão sofrendo mutações em função das variações culturais que emergem na sociedade.

Torna-se, desta forma, fundamental entender a questão dos públicos da cultura, pois esta perceção permite que as instituições culturais e os governantes possam encontrar respostas adequadas para a questão dos novos públicos.

Para vários teóricos da atualidade, o conceito de públicos da cultura, em termos genéricos, diz respeito a todos aqueles e aquelas suscetíveis de consumir atividades culturais.

Contudo, vivemos numa sociedade de globalização, com maior oferta de produtos culturais e outros de consumo, onde tudo é influenciado pelo seu fator atrativo e de moda, onde as tecnologias de informação proliferam a cada dia e onde a globalização da economia e a mercantilização regulam a cultura, apenas se investe no que vende.

Alguns eventos, como por exemplo exposições, espetáculos de dança, música clássica e peças de teatro têm um nível de frequência regular muito fraco. O que me leva a concluir que a maioria opta por eventos como a música, o cinema e o livre, que facilmente consideramos como cultura de massas. A opção pelos espaços de lazer faz-me concordar com a afirmação de Hannah Arendt - “*A sociedade de massas não deseja a cultura, mas entretenimento*”.

Ter capital social ou educacional é sem dúvida condição base para se ser público da cultura, porém não é suficiente. É fundamental que esse capital seja fomentado no sentido da cultura, principalmente pela educação (hábitos de leitura, visitas a museus e exposições entre outros), não só nas escolas, mas também em casa. Só deste modo os alunos podem criar hábitos de cultura e assim transformarem-se em públicos da cultura.

A questão da informação é algo também fundamental na relação do público com a cultura. É urgente que as instituições culturais se façam valer dos *media* para atrair não só mais público como principalmente novos públicos. Esta afirmação torna-se verdadeira especialmente junto das camadas jovens da população, uma vez que são eles os principais beneficiados das novas tecnologias da informação. Estas permitem, não só a criação de novos espaços para a cultura (espaço virtual), como também um novo modo do público intervir na mesma, criando assim um novo tipo de público - participante, uma vez que meios de comunicação de massas como a televisão e a internet são a escolha da grande maioria.

Consideramos que não é no preço de acesso a determinado evento que reside a principal razão de um indivíduo o frequentar ou não. A base dessa decisão centra-se sim no tipo de evento apresentado ou na programação e notoriedade da instituição o que nos remete mais uma vez para o gosto e interesses pessoais dos indivíduos.

Não se pode, no entanto, esquecer a situação económica da maior parte dos consumidores. Uma vez que nos encontramos numa situação de crise económica, seria sensato que as principais

instituições culturais repensassem a sua política de preços, não só para facilitar o seu acesso como também para atrair mais público. Bem sei que esta decisão é muito difícil hoje em dia, - numa sociedade declaradamente mercantilista, de livre concorrência e circulação global de bens, se se “vende” é porque há quem “compre” e se há quem compre, podemos produzir à vontade - pois as instituições e indústrias da cultura regem-se cada vez mais pelas leis da economia – aposta-se naquilo que é passível de comercialização e de lucro fácil.

Assim, é fundamental que as instituições culturais planeiem estrategicamente a sua atuação no mercado e procurem posicionar-se cada vez mais próximas dos seus públicos. Para isso é necessário conhecê-lo o melhor possível, usando estratégias de Marketing, por exemplo, para conseguir identificar as áreas para onde devem dirigir as suas estratégias de comunicação e promoção. Também é importante que as instituições diversifiquem a sua programação, não comprometendo, no entanto, o seu estilo nem integridade artística, mas apresentado espetáculos que sejam apelativos a um público mais transversal, mais ao gosto comercial das “massas”. Algo mais comercial, na minha opinião, pode servir como *teaser* e provocar uma maior exposição da programação da nossa instituição perante os potenciais públicos da mesma. Talvez atraídos por algo mais comercial, descubram na instituição outros tipos de espetáculo que de outra maneira nunca teriam tido conhecimento.

É ainda importante pensar e criar novas maneiras de conseguir captar públicos de modo a ultrapassar esta “crise”. Algumas das medidas em que podemos pensar a nível de políticas culturais são:

- inserir novos conteúdos culturais nos programas curriculares das escolas, em regime obrigatório e não opcional, promovendo assim o ensino cultural;
- instituir uma disciplina de cultura artística, quer nas escolas, quer nas universidades, que explore vários aspetos culturais como pintura, escultura, teatro, literatura, cinema, música clássica e música contemporânea, entre outros;
- fomentar a implementação e a produção dos serviços educativos, pois é importante que desde cedo os jovens se familiarizem com as instituições culturais que existem no país e na sua comunidade. Daí a importância de existir um serviço educativo nas instituições culturais que, por exemplo, através de oficinas de arte e visitas de estudo temáticas tentem atrair os públicos mais novos. É preciso apostar em cativar o público desde muito cedo, porque quanto antes os jovens estiverem ligados às artes e à cultura mais facilmente se tornarão em públicos da cultura no futuro.
- criação de um cartão cultural, nacional ou metropolitano, mas um cartão que realmente facilite, o acesso a várias opções culturais que existem, não só na sua cidade, mas também no país, através da criação de uma rede de salas de espetáculos;
- apostar em novos meios de divulgação como as redes sociais virtuais – o Twitter e o Facebook – que permitem à instituição criar um canal de comunicação bidirecional entre si mesma e o público. Este tipo de rede social virtual, permite que a instituição não só promova de forma gratuita e absolutamente abrangente a sua programação, como também que a instituição receba o feedback imediato do público a ela – podendo o público fazer

posts e comentários acerca da programação;

- E não esquecer que os media têm um papel fulcral na cativação dos públicos é importante realçar que apostar num maior tempo de antena cultural, nas rádios e nas televisões, ajudaria o público a conhecer melhor a oferta cultural existente.

A ausência de públicos da cultura, é um problema cíclico, porque se não se conseguir atrair mais público, deixa de haver espetáculos e se não houver mais espetáculos já não vai haver público. Por isso este é um problema com dois agentes – as instituições e o público. Posso prever que a situação não se irá modificar a não ser que se mudem algumas políticas culturais das instituições assim como os hábitos culturais dos públicos, pois conforme afirma Mouchtouris “*os espetadores são o pilar que dá sentido a uma obra e uma instituição cultural, sem o qual nem uma nem outra podem subsistir*” (Mouchtouris, 2003:101).

Em suma, por todas as razões aqui referidas podemos considerar que ao nível da Divisão de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Maia estamos a cumprir a nossa missão e temos vindo a crescer de forma constante nos últimos 3 anos e há boas perspetivas que esta tendência venha a ser reforçada com o esforço e a dedicação de todos os que colaboram nesta unidade orgânica.

O ano de 2015, reforçou a tendência de crescimento do número de visitantes dos diferentes espaços culturais da DCT em 6% face ao ano anterior, tendo registado um total de 608.392 visitantes /utilizadores o que correspondeu à realização de 1.654 eventos. Em 2016, até ao final do terceiro trimestre a DCT atingiu 528.866 de visitantes, e concretizou 1412 eventos no total das suas valências.

Sendo na sua grande maioria eventos do grupo dos Serviços Educativos (workshops, visitas guiadas e horas do conto) os resultados, fazem-nos acreditar que estamos no rumo certo e que a próxima geração de maiatos possuirá hábitos de cultura e se transformará num genuíno público da cultura.

Bibliografia:

Arendt, Hannah. (1972) “A Crise na Cultura: O Seu Significado Social e Político” in *Entre O Passado e o Futuro: Oito Exercícios Sobre o Pensamento Político*. Tradução de José Miguel Silva, Olga Pombo & Manuel Alberto. Lisboa: Relógio d’Água Editores. 2006.

Cliche, Danielle, Ritva Mitchell & Andreas Wiesand. (2002). *Creative Europe - on governance and managment of artistic creativity in Europe*. Bonn: ERICarts.

Mouchtouris, Antigone. (2003). *Sociologie du Public dans le Champ Culturel et Artistique*. Paris: Harmattan.

Oliveira, José M. (2004). “O “Público não Existe. Cria-se.” *Novos Media, Novos Públicos?*”, in AA.VV., *Os Públicos da Cultura* (pp. 143-151).

Rui Patrício Sarmento Rodrigues
(Chefe da Divisão de Cultura e Turismo)

O DESTAQUE DO EDITOR

Temos revista



É verdade, temos revista.

Se estivéssemos no Vaticano, quase apetecia dizer que já saiu o fumo branco pelo qual esperávamos.

No dia 9 de julho, na Feira do Livro da Maia, realizou-se a sessão de lançamento do primeiro número da Revista da Maia – Nova Série.

Perante a quase totalidade dos autores e bastante público, usaram da palavra o Diretor da Revista e Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Neves, o Chefe de Divisão Dr. Rui Rodrigues e o Editor da Revista, Dr. José Maia Marques.

O primeiro, saudou a publicação eletrónica, justificou a sua designação e congratulou-se com o seu

aparecimento, que qualificou de muito importante para preservação, o estudo e a divulgação do rico, mas ainda muito desconhecido património cultural maiato.

O segundo, balizando questões culturais e enfatizando a importância da comunicação, referiu a pertinência desta Revista, já que a Câmara, e o Concelho, possuem investigadores de qualidade que aqui podem verter os resultados das suas pesquisas.

Por último o Editor da Revista fez a sua apresentação, artigo a artigo, sublinhando o aspeto



aberto da publicação e o desejo que se alargue o leque de colaboradores a todos os que, maiatos ou não, produzam investigação sobre a Maia.

Voto comum: que esta segunda série seja tão importante para a Maia como foi a primeira.

José Maia Marques
(Editor)

Em Vila Nova da Telha, uma joia maneirista: O «retábulo das almas»

Joaquim José Moreira dos Santos*

Resumo - Em 2012, aquando de obras na Matriz de Vila Nova da Telha (Maia), retiraram-se algumas peças para restauro. Uma delas foi o Retábulo das Almas. Ao proceder-se à sua recuperação descobriu-se, sob a pintura aparente, uma verdadeira joia maneirista.

Palavras-chave - Retábulo, Almas do Purgatório, Maneirismo, Paróquia de Vila Nova da Telha

Abstract – In 2012, during works in the Matrix of Vila Nova da Telha (Maia), some pieces were removed for restoration. One of them was the Altarpiece of Souls. During its recovery, a true Mannerist jewel was discovered under the apparent painting.

Keywords - Retable, Holy Souls of Purgatory, Mannerism, Parish of Vila Nova da Telha

Introdução

Vila Nova da Telha começou por chamar-se só **Vila Nova**, na segunda metade do século VI, depois do domínio do Império Romano e antes da invasão dos Muçulmanos, no século VIII. Mas, com a reconquista cristã, ela recebeu novo impulso evangelizador, havendo necessidade de erguer uma igreja nova, segundo os cânones do estilo românico, então em vigor. A evolução dos tempos e da população obrigaram a comunidade a aumentá-la mais três vezes, até adquirir as formas que actualmente nos acolhem.

A degradação da talha agora existente obrigou a comunidade a restaurar os seus altares, por ocasião de reparações necessárias e urgentes, aquando da celebração das bodas de ouro sacerdotais do autor destas linhas, natural desta mesma paróquia de Santa Maria de Vila Nova da Telha, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó, ou Nossa Senhora da Expectação, ou Nossa Senhora da Esperança.

E quando se desmontaram todos os altares do corpo da igreja matriz, por debaixo de uma tela do altar das Almas, encontrou-se uma maravilha escondida, que surpreendeu os técnicos que retiravam as madeiras para o seu tratamento, a fixação dos materiais e a reparação de alguns danos. O pároco que acompanhava a desmontagem lembrou o que se dizia: por trás da tela das Almas estavam umas tábuas pintadas, muito estragadas e sem qualquer valor. E desabafou com os técnicos: «Ainda bem que não mandaram esta madeira “sem valor” para a fogueira que consumia o lixo resultante da obra de implantação da tela de cores bonitas e muito brilhantes.»

Aí, a decisão ficou tomada: Vamos restaurar e repor este “tesouro escondido”.

I. Uma paróquia suévica

Vila Nova da Telha começou por ser uma paróquia suévica do século VI, sob a denominação simplesmente de *uilla noua*.

São Martinho de Dume, depois bispo de Braga, nasceu na Panónia, Hungria, formou-se no convento de São Martinho de Tours, em França, e emigrou para junto de Braga, em Dume, onde

* Pároco jubilado de Santa Maria de Vila Nova da Telha (Maia)

congregou um número de monges, que viviam o sonho apostólico do fundador: converter os Suevos, do cristianismo ariano ao cristianismo católico, e evangelizar os pagãos campestres do noroeste da Península Ibérica. Estes apóstolos aproveitaram a expansão suévica para criar paróquias rurais nas actuais dioceses de Braga, do Porto, de Coimbra, de Lamego, de Viseu e de Idanha-a-Velha (que foi a mãe da diocese da Guarda).

Das 25 paróquias que a diocese do Porto tinha, segundo o medievalista A. Almeida Fernandes, a paróquia suévica de *uilla noua* coincide com a actual paróquia de Vila Nova da Telha; ele situa-a nas imediações de outras paróquias: a paróquia de Monturio, em Montedouro, Perafita; e a paróquia de Labrencio corresponde às actuais paróquias de Lavra e Labruge.

Neste mapa, verifica-se que a paróquia suévica de *Vila Nova* tem uma posição mais interior do que as paróquias vizinhas de *Labrencio* (Lavra e Labruge) e *Menturio* (Montedouro, Perafita), estas situadas na corda marítima. A igreja de Portucale inscreve-se nas margens do rio Douro.



Não há descoberta de vestígios que nos digam onde se implantava a igreja primitiva de *uilla noua*. É provável que fosse situada no lugar da actual. Mas nada nos garante que assim acontecesse.

A construção de uma nova igreja, após a expulsão do domínio muçulmano, em território da Galécia romana, que ia até ao Douro (ano de 868), continua bem documentada na capela-mor, que ainda subsiste.

A igreja românica medieval correspondia, sensivelmente, à actual capela-mor, bastante pequena, de paredes muito grossas, coberta com uma abóbada em berço, construída com tijolo compacto, cozido nos fornos do passal. Na fachada principal, abria-se um portal de arco redondo. Felizmente este portal também foi descoberto, quando, em 2012, se levantaram os retábulos do corpo da igreja, para se proceder a uma reparação tecnicamente cuidada de limpeza, de desinfestação e de recuperação.

Quando se retirou toda a talha do retábulo do altar de Santa Ana, lá estava o portal medieval, em arco, totalmente encoberto pela implantação do mesmo altar. Mais uma surpresa: uma agradável surpresa!

Os católicos da paróquia de Santa Maria Vila Nova da Maia do século XVI – assim se chamava então a paróquia – já sabiam o que era a reciclagem de materiais mais antigos. Este belo bocado da igreja românica ali estava a dizer-nos: ‘Eu era assim, quando a fachada principal da igreja foi demolida, para se criar o primeiro corpo da igreja, a fim de albergar uma população bastante aumentada’.

O primeiro corpo desta igreja não seria muito comprido. Mas a construção não foi de boa qualidade. Parte dele foi demolido, para se reerguer, de raiz, aproveitando a ocasião para estender o novo corpo da igreja, até ao actual coro alto. E, passados mais de dois séculos, a ameaça de ruína levou a Junta de Paróquia a ampliar, de novo, o corpo da igreja, até ao alinhamento com a torre sineira, que já existia, na actual forma, ou na de muro sineiro, transformado, então, em torre – a actual torre. Passava-se o ano de 1888.

Nas actas de Junta de Paróquia de Vila Nova da Telha e nos seus livros de orçamentos, lá se encontram esta informação e os custos anexos e os dois empréstimos concedidos, com as condições de tempo e de juros.

Entretanto, a paróquia suévica de *uilla noua* passou a paróquia de Santa Maria de Vila Nova da Maia e, agora, denomina-se paróquia de Santa Maria de Vila Nova da Telha. Estamos no século XVII.

A primeira notícia impressa com o sufixo «da Telha» data do ano de 1678, num anexo às

Constituições Diocesanas do Porto, sob o Bispado de D. João de Sousa. Mas os documentos de registo paroquial e um documento notarial de dote de casamento dizem-nos que o sufixo «da Telha», apostado a Vila Nova, é bastante anterior.

Até agora, a data mais recuada em que aparece «Vila Nova da Telha» encontra-se nessa escritura notarial de dote de casamento: 09 de Outubro de 1631.

II. Uma jóia Maneirista

1. A Igreja Matriz

O centro geográfico de uma paróquia é a sua igreja matriz, com baptistério. Aí se recebe o baptismo; aí se celebra a eucaristia dominical; aí se reúne a comunidade paroquial; e aí, no adro, eram tratados os principais assuntos de interesse para toda a população, quer assuntos de natureza eclesial, quer de âmbito civil: a celebração dos sacramentos; as práticas funerárias; os trabalhos agrícolas, em que todas as famílias se envolviam; os conflitos locais devidos a danos pessoais ou em bens materiais.



As comunidades escolhiam anualmente os seus representantes e dirigentes, mesmo com competências judiciais locais. Uma das instituições de maior prestígio e eficácia foi a confraria ou *irmandade do subsigno*. Ao presidente dava-se o nome de Juiz, assessorado por dois homens do acordo e dois mordomos. Podia ainda acrescentar-se um procurador.

O local próprio para as reuniões ordinárias e extraordinárias da irmandade do subsigno era a pedra da audiência, colocada quase sempre fora da igreja, junto da porta principal.

A chamada pedra da audiência¹ compunha-se de uma mesa granítica, ladeada de um banco comprido para os «homens de acordo», espécie de advogados de defesa dos irmãos desta confraria, e o procurador (que nem sempre existia).

O juiz da irmandade ocupava o banco da cabeceira, de onde presidia a qualquer assembleia comunitária. O pároco não podia ser irmão desta confraria, nem interferir na sua gestão.



¹ Da «pedra de audiência» de Vila Nova da Telha foi recuperada a sua mesa e os seus suportes, também talhados em granito. Instalou-se, como elemento de museu, no parque de recreio da catequese, na área da residência paroquial. Reconstituíram-se o banco dos homens de acordo e o banco do juiz. Entre as paróquias da Maia que conservam a sua pedra de audiência, contam-se também Moreira, Gemunde, São Pedro e Sana Maria de Avioso, Barreiros e Milheirós. Ver o Nº 1 desta Revista.

Foi a legislação liberal que criou as Juntas de Paróquia, capturando competências que eram exclusivas da irmandade do subsigno.

Esvaziou-se desse modo o sentido da existência da irmandade do subsigno, que, em Vila Nova da Telha, se extinguiu, oficialmente, no dia 22 de Novembro de 1896.



Graças à conjugação de alguns dados, podemos conhecer as fases principais da construção da igreja matriz, até 25 de Agosto de 2012:

- (1) A igreja suévica, do século VI.
- (2) A igreja medieval, entre o século XI e XIII.
- (3) A igreja do século XVII (1696).
- (4) A igreja do século XVIII (antes de 1768).
- (5) A igreja do século XIX (1888)
- (6) A igreja actual, no restauro de 2012, sofreu pouquíssimas alterações: foi apenas ampliado o coro alto, com aproveitamento de espaços existentes.

2. Os retábulos

A igreja medieval, correspondente à actual capela-mor, foi ampliada. A fachada principal foi deitada abaixo, para se criar o corpo da igreja, que não existia nas igrejas mais pequenas. Aconteceu por volta de 1696.

Por esta altura, foram pintadas duas tábuas sob o tema das Almas do Purgatório. São as tábuas actuais do painel das Almas, que sobreviveram, talvez milagrosamente. Esta é a jóia maneirista.

O Padre Agostinho de Azevedo consultou o único *Livro de Visitações*, que encontrou em Vila Nova da Telha², e diz que o visitador:

«Em Setembro de 1778 louva o povo pela intenção de compor os dois altares laterais que se achavam indecentes.

Em Junho de 1782 manda avisar o Padre Procurador de Mafra, para que “*cuide em dourar e pintar o retábulo de capela-mor que se achava feito há mais de quatorze anos*”.

Por esta nota, se verifica que a talha era nova, e colocada, por certo, após as obras da Igreja, antes de 1768.

Por cima do arco cruzeiro da capela-mor, existe a data de 1756 que deve ser a do início das

² O Livro de Visitações está, hoje, desaparecido. É pena, porque outras informações que esse único Livro de Visitações continha teriam de dar-nos a conhecer outros costumes do século XVIII. O livro de Visitações continha as actas lavradas por ocasião de um clérigo importante, escolhido pelo bispo diocesano, para visitar regularmente cada paróquia previamente estabelecida. Corresponde, hoje, às visitas pastorais dos bispos diocesanos.

obras concluídas, segundo o *ultimatum* do visitante, em 1766.»

A ampliação de 1767 coincidiu com a instalação de retábulos barrocos, no altar-mor e em três altares laterais do corpo da igreja: o altar de Nossa Senhora do Rosário, o altar de Nossa Senhora da Ajuda e o altar de Santa Ana, com painéis laterais para as imagens de Santo António e do Arcanjo São Miguel. Para equilibrar os espaços, ao lado de Nossa Senhora do Rosário e frente ao altar de Santa Ana, construiu-se um altar, com seu retábulo, semelhante aos anteriores, para nele integrar o quadro das Almas, que se compunha das duas tábuas referidas e suportadas por uma larga moldura. Para compensar a desproporção da superfície das tábuas, aplicaram-se outras duas, nos seus extremos, superior e inferior, recompondo o novo espaço a pintar, articulado com o anterior. O pintor, para combinar tudo, ampliou o céu, criou um inferno novo e vasto, na parte inferior do painel, com chamas dele a invadir as tábuas antigas; cobriu o antigo pequeno inferno com a figura de uma alma. E eliminou os pequenos diabos com outras almas sobrepostas. A imagem do autor (isto é, a sua assinatura) e o caldeirão também desapareceram.

3. Duas tábuas e uma tela

A Idade Média – idade das nacionalidades europeias, idade das universidades, idade das novas cidades, a que chamavam «burgos», – construiu grandes catedrais arquitectónicas e uma monumental catedral literária, a *Divina Comédia*, de Dante (1265-1321).

Em Dante, inspirou-se Miguel Ângelo (1475-1564), para a sua Capela Sistina, com destaque para a pintura do Juízo Final; em Dante, se inspirou Gil Vicente (cerca de 1465-1536), na sua trilogia dos Autos das Barcas³. Inspirados em Dante e Miguel Ângelo, se multiplicaram os ícones das Almas do Purgatório.

É, portanto, nesta tradição que a igreja matriz de Santa Maria de Vila Nova da Telha, Maia, pode mostrar, aos crentes e não crentes, como é que os cristãos dos séculos XVI / XVII concebiam o Além imediato, o pós-morte.

A iconografia cristã das Almas do Purgatório, reproduz, de forma transcendental e simbólica, a realidade da experiência humana, em que cada um enfrenta forças exteriores – e interiores – que lhe são propícias e força que lhe são desfavoráveis. Às primeiras damos o nome de Bem; e às segundas, de Mal.

A condição humana inscreve-se neste drama da vida. Por isso, Jesus ensinou a rezar: «Não nos deixeis cair em tentação. [Mas, se cairmos] livrai-nos do Mal» (Evangelho de Mateus 6, 9-13; Evangelho de Marcos 11, 2-4).

Os primordiais Adão e Eva são paradigmáticos (Génese 1-3). E o último livro da Bíblia – Apocalipse ou Revelação – narrativiza a luta titânica entre o Bem e o Mal, corporizados no Arcanjo São Miguel e em Satanás⁴.

O «altar das Almas» da paróquia de Vila Nova da Telha corresponde a este movimento ideológico e espiritual. Interessam-nos, sobretudo, as duas tábuas primitivas.

As duas tábuas maneiristas narram um processo interno, passado no interior do purgatório; e a tela do século XX conta o que se passa no exterior do purgatório. Conta o que os homens, cá na terra, fora do purgatório, podem e devem fazer, quando as Almas estão lá, no purgatório: celebram

³ Datas destas sátiras: *Auto da Barca do Inferno* (1516), *Auto da Barca do Purgatório* (1518) e *Auto da Barca da Glória* (1519).

⁴ O *Catecismo da Igreja Católica*, no seu número 1030, sintetiza a doutrina actual: «Os que morrem na graça e na amizade de Deus, e não de todo purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem, depois da morte, uma purificação, afim de obterem santidade necessária para entrar na alegria do céu».

Missas de sufrágio pelas almas dos que já morreram, confiados no valor do mistério da «comunhão dos santos», no sangue redentor de Jesus Cristo.

Entre o purgatório e a terra, entre os de cá e os de lá, há gestos de solidariedade, intermediados pelo sacrifício de Jesus Cristo, celebrado na Santa Missa. Esta conjunção – eventualmente, confusão – de valores levou os tratadistas a identificar o sacramento da Eucaristia com uma expressão descritivo-narrativa: «o Santo Sacrifício da Missa». Os sacrifícios dos humanos que ficaram cá na terra são assumidos pelo Cordeiro Imolado, Jesus Cristo, e integrados nele. Assim aglutinados, no poder redentor do sacrifício de Jesus Cristo, o Santo Sacrifício da Missa actualiza a redenção. Estes dois acontecimentos, distantes no tempo, fundem-se num só: o sangue do Cordeiro do Calvário é o mesmo que é derramado sobre a alma por quem se celebra.

Por isso, se diz que cada pintura, com alma, conta uma história. A pintura das duas tábuas conta a história de uma alma, no interior do purgatório; e a pintura na tela conta a história do que fazem – e devem fazer –, cá fora do purgatório, na terra, os fiéis vivos e solidários com os que estão lá dentro, no purgatório.

O primitivo pintor concentrou-se no interior da alma; e o pintor do século XX focou a sua atenção no que se passa cá fora, entre os homens crentes...

Dois olhares, duas histórias, duas liturgias...

Cumpre-se, assim, a profecia das santas mulheres de Jerusalém, perante o espectáculo doloroso, ao verem um homem ensanguentado, levando uma pesada cruz:

«Que o seu sangue caia sobre nós e sobre os nossos filhos...»

A Missa que era – e é – a liturgia do louvor a Deus e da salvação dos Homens passou a ser, *predominantemente*, a liturgia do louvor a Deus e da salvação das Almas.

4. Uma jóia Maneirista

O altar das Almas e o seu retábulo tiveram uma longa história, desde o século XVI a 2012. Começou com duas tábuas pintadas, que foram emolduradas, para se dependurarem nas paredes do primeiro corpo da igreja, ou de uma sala dos monges de Moreira ou de um corredor. É possível que, aquando das obras na igreja matriz de Vila Nova da Telha, datadas de 1696 ou de 1756, houvesse a transferência das duas tábuas centrais do painel das Almas do mosteiro de Moreira para a igreja de Vila Nova da Telha. E, nessa altura, houve o acrescentamento de mais duas tábuas, uma na parte de baixo e outra na parte de cima.

Quando, depois de 1756, se instalaram os retábulos do corpo da igreja, foi também criado um altar e um retábulo para enquadrar as duas tábuas pintadas das Almas. Então, alterações significativas se operaram, acrescentando mais duas tábuas, que seriam pintadas e combinadas com a antiga pintura.

Em 1938, as quatro tábuas pintadas foram cobertas com uma tela, que as escondeu. O tema da tela, feita em Gaia, era o mesmo, mas centrado no valor de sufrágio da Missa.

Em 2012, foram recuperadas as pinturas das duas tábuas originais, sem as desarticular da pintura das outras duas tábuas. E a tela foi preparada para se expor na Casa da Fábrica.

Na verdade, a pintura maneirista gosta de dar corpo à tensão emocional, gerada pela perplexidade doutrinal da época e da crise tridentina e pós-tridentina: O que é a «última vinda de Cristo»? Quando é que ela acontece? Que efeitos se repercutem na condição dos «mortos que morrem no Senhor»?...

Nesta percepção doutrinal e mental, a história de uma alma no purgatório ainda não teria

escrito o último capítulo: a entrada festiva no paraíso.

A maior parte dos pintores das Almas do Purgatório, ou enchem o céu de almas, ou desenham algumas nesse trânsito, a penetrarem as nuvens, que separam o purgatório do paraíso. Mas, nas duas tábuas originais, nada disso se dá. O último estágio do percurso das almas do purgatório fica-se pela antecâmara do paraíso, depois de uma avaliação positiva do comportamento humano na terra, ou depois da purificação realizada no purgatório.

Interpretações diferentes da mesma doutrina cristã!...



O retábulo com a tela (séc. XX) sobreposta



O retábulo restaurado em 2012

5. Os Espaços

No restauro das tábuas, distribuem-se os espaços, ficando em cima o céu, no meio o purgatório e em baixo a representação do inferno, com ligações flamejantes ao purgatório. Admitindo que o pintor do século XVII queria, em baixo, representar o inferno, este restauro mostra-nos dois infernos: o inferno primitivo, clássico, e o inferno do século XVIII.

5.1. O Céu

Nas duas tábuas originais, o céu ocupava o terço superior da área pintada do quadro. Nuvens separavam-no da parte inferior.

A figura central do céu, neste quadro, é Jesus Cristo, Cordeiro sacrificado, redentor e salvador, com os pés assentes na superfície do globo terrestre. Trata-se da figura do Divino Salvador, padroeiro do mosteiro e igreja de Moreira, de que a paróquia de Vila Nova da Telha era anexa, desde a idade média. A imagem do Ressuscitado, no esplendor da glória do Pai, aureolado com sol nascente, tem a ladeá-lo a sua Mãe e o primo, São João Baptista, o precursor dos novos tempos e da nova

história. Todas as três personagens separam o Antigo do Novo Testamento. Chegou o tempo da salvação do mundo, inaugurando um reino de Verdade e de Justiça, de Amor e de Paz.

A mão esquerda do Ressuscitado aponta o purgatório numa atitude de acolhimento de quem vem e há-de vir. E a mão direita ergue-se ao céu, apontado o destino da glória da libertação. O sangue que purifica é também um sangue que comunica a vida – a vida eterna.

A esse estado de comunhão plena com Deus chamamos céu.

O céu representa-se cheio de luz, a contrastar com a parte inferior, bem mais sombria.

Nossa Senhora aparece à direita de seu Filho, no papel de co-redentora, orando por todos os outros seus filhos.

O facto de a pintura apresentar Jesus ressuscitado semi-despido, isso acentua a sua condição humana, frágil, que se sujeitou a uma morte socialmente infamante. Na verdade, o Filho Eterno de Deus assumiu a frágil condição da natureza humana, que celebramos no Natal, e tomou sobre si os nossos pecados.

Como homem verdadeiro morreu, mas também ressuscitou.

Viveu toda a sua vida terrena na condição de profeta de um mundo novo e de salvador de toda a humanidade. Os pés assentes sobre o globo terrestre significam, na iconografia cristã, que Jesus é o salvador do mundo – o Divino Salvador⁵.

5.2 O purgatório.

Também nas duas tábuas verticais e centrais, cabe, sob as nuvens, o purgatório, que ocupa dois terços da área pintada. Assim, o terço superior representa o céu e os dois terços inferiores representam o purgatório,

5.3 O inferno.

Nas duas tábuas primitivas, só estava pintado um pequeno inferno, com a entrada guardada por um pequeníssimo diabo (um duplo de Caronte), coadjuvado por um horrível cão, postado a seus pés – Cérbero.

Na repintura barroca, este pequeno inferno foi substituído por outro inferno: ocupando toda a tábua inferior acrescentada.

6. As personagens.

As personagens distribuem-se pelos três espaços: no céu, estão Cristo Rei e Redentor, a Mãe, Nossa Senhora do manto azul, em atitude de prece, e São João Baptista, o precursor de Salvador, último profeta do Antigo Testamento; e, no pequeno inferno, descobrem-se o porteiro, desdobramento do Caronte clássico, e o seu companheiro Cérbero, um cão fidelíssimo.

E, no purgatório, acumulam-se imagens humanas, celestes e demoníacas⁶, desde o átrio até à antecâmara do paraíso.

A figura central do purgatório é a do **Arcanjo São Miguel**, símbolo do Bem, que domina, debaixo dos seus pés, o demónio, símbolo do Mal. Como soldado do Bem, o Arcanjo leva na cabeça o elmo decorado com um penacho colorido. Nas suas vestes, predomina o branco e o colorido. Ele

⁵ O orago da igreja do mosteiro de Moreira é o Divino Salvador, tal como o da igreja de Lavra. Moreira herdou a relíquia do Santo Lenho do mosteiro extinto de Lavra.

⁶ No espaço do purgatório, descontando o pequeno e distante inferno, contam-se quinze personagens: uma celeste e outra terrestre, quatro demoníacas, e onze são almas.

ergue a palma da vitória, espada de fogo que purifica, na sua mão direita. A balança que segura na mão esquerda serve para pesar as almas que se purificam, afim de passarem para o lado direito, rumo ao paraíso. O Arcanjo possui asas que se erguem ao céu e apontam ao infinito.

Satanás, amarfanhado sob os pés do Arcanjo, continua a lutar pela conquista das almas. Pretende travar a ascensão da alma da balança que está mais purificada e elevada e capturá-la para o seu reino infernal.

O demónio apresenta-se como uma figura completamente nua e bastante animalizada: uma cabeça de cabrito do demónio principal – Satanás – exagera a fealdade da presença de cornos extensos; o rabo comprido configura uma serpente venenosa; as garras aduncas das mãos lembram a voracidade de uma ave de rapina.

Os três diabitos, ou pequenos diabos, compõem-se de figuras também estranhas e amedrontadoras. Uma das almas que está a entrar no purgatório assusta-se com o primeiro pequeno diabo agressivo, de forquilha de quatro dentes afiados na mão e em riste, pronto a atirar para o pequeno inferno clássico, superior, os que vão entrando. Trata-se de um diabo lobisomem, que a mitologia popular descreve como muito perigoso e assustador, e que aparece onde menos se espera. Assim aconteceu ao casal que ia a entrar no purgatório. A primeira experiência no mundo dos mortos foi, logo, bem desagradável.

Os outros pequenos diabos, um espetando as suas garras nas cabeças do casal que está no caldeirão e o outro, segundo alter ego do pintor, ameaça o mesmo casal, com um instrumento de suplício muito estranho, um espeto com duas pontas, uma mais no alinhamento do cabo e outra oblíqua, mas curvando-se no sentido do ângulo recto.

Os pares leigos, representantes do povo, são representados no átrio, no caldeirão, na balança e na antecâmara do paraíso.

As outras classes sociais também ocupam o espaço do purgatório:

(a) os eclesiásticos: um bispo, com a sua mitra, e um presbítero coroadado.

(b) o nobre, da família dos patronos que gozam do privilégio da apresentação no mosteiro agostinho de Moreira.

Das vinte e duas personagens do purgatório (contando com o fiel cão infernal, Cérbero), quatro são celestes: Jesus Cristo Rei Salvador; a sua Mãe; São João Baptista, o Precursor; e o Arcanjo São Miguel. Esta personagem celeste ocupa o espaço central do painel, situando-se no espaço de purificação, para avaliar o estado de purificação em que se encontra cada alma.

As personagens demoníacas são cinco: Satanás, os três diabos carrascos e o pequeno diabo porteiro do inferno (Caronte). O cão infernal Cérbero está fora daquelas contas.

As personagens humanas são onze. Podemos considerar, a partir de uma leitura narrativa, que elas se reduzem a duas principais, uma para masculino e outra para o feminino, não contando com os três eclesiásticos, os dois da antecâmara do paraíso e o frade agostinho, ao lado do Arcanjo. Supomos que as duas almas minúsculas que estão na balança são uma masculina e outra feminina. Representam o par humano, como nos outros três espaços do purgatório.

Por que razão, um frade na história?

As duas tábuas primitivas tinham sido enquadradas por caixilhos, que foram retirados quando se acrescentaram mais duas tábuas. E, nessas duas tábuas primitivas, em confronto de importâncias com São Miguel Arcanjo, o frade colocou-se também no centro, vestido com o seu hábito de uso.

Não admira esta posição explícita e central, pois acontece nalguns outros exemplares conhecidos⁷.

Podemos encontrar uma explicação no padroado. Quem administrava a vida paroquial em Vila Nova da Telha era o mosteiro agostinho de Moreira da Maia, detentor dos direitos e obrigações do padroado.

Julgo mais plausível a hipótese seguinte: Portugal está a passar por um período de algum dinheiro brasileiro. E as obras de restauro dos imóveis, de aumento do espaço celebrativo foram muitas. E, quando se restaura algum edifício, sobra sempre alguma peça de valor, que teve a concorrência de uma nova, mais artística, ou nem por isso. Assim, o quadro das duas tábuas da igreja do mosteiro de Moreira sobriaria das obras e destinar-se-ia à igreja súbdita de Vila Nova da Telha, também em processo de ampliação e melhoria na decoração. No esforço de adaptação é que surge o novo contexto de analogia com os retábulos anexos da Senhora do Rosário e da Senhora da Ajuda⁸.

6.1 O valor simbólico do vestuário.

O pintor usou um código muito conhecido, na época, para simbolizar a classe social da personagem representada e o seu estado espiritual de graça.

As classes sociais identificam-se por adereços: os bispos, pela mitra; os padres, pela coroa ao meio da cabeça; o nobre deste painel é simbolizado por um colarinho, que cobre todo o pescoço; o povo comum, despido de adereços.

Os seres puramente espirituais servem-se de asas longas, por vezes bastante coloridas; usam vestuário completo.

As almas do purgatório representam-se semi-despidas, com o tronco nu. Só o tronco nu simboliza o seu carácter de pecadores, mas que podem revestir-se da graça do de Deus, após a purificação devida, no purgatório.

Nossa Senhora, São João Baptista, o cónego agostinho e o Arcanjo São Miguel representam-se completamente vestidos,

Os demónios – grande e pequenos – só podem estar completamente nus, sem as vestes da graça divina.

A figura de Jesus Cristo ressuscitado semi-vestida aponta-nos para a sua missão redentora. Ele carregou com os nossos pecados. Esta seminudez é dos nossos pecados, e não da santidade de Jesus.

O frade corporiza a doutrina da «comunhão dos santos», na perspectiva do Concílio de Trento (1545-1563), em que se integra a crença na expiação das almas no purgatório⁹.

No período pós-tridentino, multiplicaram-se os painéis, os retábulos e os altares das almas. Parece que associado a este movimento de espiritualidade também está associada a representação dupla do Arcanjo São Miguel e Satanás, este numa atitude de derrota e de sujeição. Encontram-se muitas esculturas deste par dramático, de conotações apocalípticas.

Além do Arcanjo São Miguel, associam-se à intercessão pelas almas do purgatório as representações iconográficas da Santíssima Trindade, de Jesus Cristo Crucificado, de Jesus Cristo Ressuscitado, de Nossa Senhora do Carmo. É também frequente a figuração de frades, como São Francisco de Assis, Santo António, São Tolentino, um frade agostinho, etc.

⁷ O Retábulo das Almas de Azurara também situa um frade em posição semelhante.

⁸ Precisamos de mais dados documentais, para chegar a verdade dos factos.

⁹ Esta crença é muito antiga, mas foi explicitada pelo Concílio de Trento, com uma relação muito estreita com a celebração do mistério da Eucaristia.

Nas paróquias, relacionados com o culto das almas do purgatório, realizavam-se cerimónias de encomendação das almas, obradórios, procissões aos cemitérios, e outros ritos. Promoveram-se os meses das almas, com orações ao fim do dia, nas igrejas matrizes ou outros templos.

7. Uma perspectiva narrativa.

1

Uma história aos quadradinhos, sem quadradinhos e sem balões

As duas tábuas primitivas marram uma história de banda desenhada (e pintada), sem quadradinhos e sem balões (com texto). Só com uma «prancha» e uma «tira», numa sintaxe particular.

A banda desenhada lê-se como uma sequência narrativa figurada.



A banda desenhada selecciona imagens e dispõe-nas de modo a narrar uma história, ou a «dramatizar uma ideia». Aqui, a história narrada tem um protagonista: a alma no purgatório: como é que a alma entra no interior do purgatório? Que é que lhe acontece?... Como termina a história?...

A leitura da banda desenhada, normalmente, faz-se da nossa esquerda para a direita; mas, nestas duas tábuas pintadas, ao contrário, a leitura faz-se da nossa direita para a esquerda, e de cima para baixo. Ao centro encontra-se a representação da hora mais esperada – a do julgamento e da sentença favorável. E, à nossa esquerda, agrupam-se as almas que já se purificaram, já repararam a sua vida de todos os pecados, prontas para entrar na glória definitiva do Reino de Deus, presidido por Jesus Cristo, Rei e Senhor.

Resumindo, os quatro momentos narrativos recebem aqui os seguintes títulos:

- 1.º momento: a entrada da alma no purgatório;
- 2.º momento: o momento dos suplícios do purgatório;
- 3.º momento: o momento da avaliação ou julgamento («juízo final»);
- 4.º momento: momento da concentração das almas purificadas, para ascenderem ao paraíso, aquando da «última vinda de Cristo Salvador».

NO PURGATÓRIO UMA HISTÓRIA AOS QUADRADINHOS	
No átrio ou vestíbulo 'a entrada'	
No caldeirão 'a pena ou castigo'	

	<p>Na balança 'o julgamento'</p>
	<p>Na antecâmara do paraíso 'a espera'</p>

Na lógica do crime-e-castigo, o crime foi cometido antes de se entrar no purgatório. E no purgatório só se narra a história do resgate, pelo cumprimento da pena, que é o castigo.

Todavia, o cumprimento da pena é reparador: dá acesso à liberdade. Mais, dá acesso à glorificação. Recupera-se o valor de todas as coisas boas que foram praticadas na terra e que são motivo de glorificação, para quem as praticou.

O escuro do cumprimento da pena dá lugar à luz da santidade.

2

Dentro deste purgatório, a alma segue um itinerário: entra do nosso lado direito (que é o esquerdo do painel). A alma feminina, já mais adiantada, depara-se com o diabo-lobisomem e assusta-se, interpondo o seu braço esquerdo, protegendo a cara. E a alma masculina, um pouco recuada, a transpor o limiar do purgatório, com metade do corpo no interior do purgatório e outra metade no processo da transição da terra para o purgatório, parece assustada, não só com o diabo-lobisomem, mas sobretudo pela visão do inferno, que se encontram mais ao fundo, num plano mais distante.

Quando as almas entram no purgatório, já despiram as suas vestes terrenas. Por isso, aparecem de tronco nu.

Depois de a alma ter entrado, o destino imediato é para o caldeirão dos suplícios. Essa tarefa de lançar as almas para o caldeirão cabe ao diabo-lobisomem¹⁰, com um instrumento análogo à “forquilha” que o lavrador utiliza para carregar o esterco, ou estrume, dos gados para cima dos carros que o transportam para adubar os campos.

Duas almas ocupam o caldeirão. Aí se opera o essencial da purificação, que dá direito à suprema luz.

Quando as almas chegam ao seu estado de suficiente de purificação, são avaliadas. A avaliação faz-se pelo Arcanjo São Miguel, que actua como um juiz. A balança é o símbolo comum da justiça. Por isso, nos pratos da balança são colocadas as almas. Nesta pintura, a alma mais

¹⁰ Parece não ser de excluir uma interpretação mais lógica: o diabo-lobisomem desejaria introduzir a alma que chega imediatamente no inferno. E parece ser essa a orientação da curvatura dos dentes da forquilha.

purificada é mais leve; por isso, o seu prato sobe. A cor branca reforça o mesmo significado: a cor branca remete para as vestes litúrgicas da graça de Deus, ou seja, da santidade.

A quarta fase, e última, passa-se na antecâmara do paraíso. Depois do julgamento positivo, as almas ficam na espera derradeira para deixar este lugar de suplícios. Na antecâmara do paraíso, congregam-se os candidatos para, na hora da partida, todos partirem em direcção ao estado de felicidade definitiva.

A composição dos dois terços inferiores do painel das duas tábuas originais organiza-se da esquerda para a direita, do mais sombrio para o mais luminoso¹¹. Isto é, na esquerda, entra-se no purgatório; e da direita sobe-se ao céu. O caldeirão do purgatório situa-se à esquerda e também os três diabos menores.

Eles enfrentam agressivamente as débeis almas do purgatório com instrumentos de suplício pontiagudos.

A distribuição das almas, de ambos os lados do Arcanjo lembra, imperfeitamente e de modo bíblico menos adequado, o juízo final relatado na parábola em que as ovelhas e os cabritos são separados, as primeiras à direita e os segundos à esquerda¹².

Se, no lado direito, há a figura superior do nobre, que já superou o último obstáculo, encontram-se no movimento de escalada o padre e a mulher. Mais afastados estão colocados o bispo e, sobretudo, o pintor¹³ (na sua terceira representação), bastante desequilibrado, próximo do grande demónio.

A pintura original das duas tábuas primitivas foi decidida e mandada executar pelos cónegos regantes de Santo Agostinho, do mosteiro de Moreira da Maia. Eles eram os patronos da igreja de Vila Nova da Telha. Assim se compreende que o pintor os faça representar na figura vestida de negro que está por detrás da balança. Esta presença, ao lado do Arcanjo, é de intermediário, no processo de salvação, já que os actos de oração e celebração eucarística presididos pelos cónegos regantes gozavam de valor purificador das almas do purgatório, no mistério da comunhão dos Santos.

Perspectiva narrativa do olhar

Os olhos são o espelho da alma. Também aqui, nesta pintura original.

Mais. A sua análise, o seu estudo, guiam-nos na percepção e na construção narrativa da pintura vista como um todo. De facto, para compreender e acompanhar uma história aos quadrinhos, o analista precisa de seguir cronologicamente a série dos quadrinhos¹⁴, de ler os balões, identificar a posição das personagens e sobretudo o seu olhar: a direcção dos seus olhos e o objecto onde se fixam ou do qual procuram fugir.

O fixar o olhar em determinado objecto ou, pelo contrário, o esforço para retirar dele os olhos acusa um segundo momento do sujeito cognoscente: ao olhar inicial, inocente, segue-se um olhar medroso e instintivo de repulsa. E gestos do corpo, funcionando como um todo orgânico e psíquico, acontecem em sintonia com a experiência desagradável da personagem. Combinados, olhar e gestos, retratam-nos uma alma toda, na sua complexidade emotiva. O que ela sente e pensa, o

¹¹ Na nossa perspectiva, a nossa direita é a esquerda do quadro; e vice-versa.

¹² Os judeus e latinos privilegiavam a mão direita; e os guerreiros etruscos acreditavam que o lado esquerdo era o abençoado. Os exércitos em marcha, herdeiros dos costumes etruscos, começam a deslocar-se ao comando de «esquerdo, direito, um, dois...» Entram com o pé esquerdo.

¹³ O pintor, apesar de artista consagrado, situa-se no base inferior da pirâmide, desvalorizado socialmente, pertencendo à classe da «arraia miúda», colocada sempre em último lugar e na posição mais baixa de representação simbólica.

¹⁴ Os quadrinhos são pequenos slides desenhados, pintados ou não. Aqui são pintados em duas tábuas.

observador atento, mesmo sem grande formação académica, o compreende. No geral, esta compreensão gera no observador empatia: partilham-se sentimentos entre a imagem e o seu observador contemplativo.

Nesta prancha do purgatório, atestam-se dois momentos de certa densidade psicológica, marcada pela surpresa e pelo medo. Trata-se da primeira visão da alma, ao entrar no purgatório; e da surpresa e do susto apanhado pelo homem comum, depois de ter passado na prova da purificação.

A alma que entra no purgatório tem à sua frente dois quadros possíveis para decidir: um pequeno inferno, lá distante, mas do qual lembra fracas histórias contactos enquanto este na vida terrestre; ou as penas do purgatório, que, embora temporárias e transitórias, não deixam de ser penas, castigos, que causam sofrimento, Sofrimento reparador. Reparador e acompanhado com o sofrimento de Cristo, vencedor de dor e da morte, coroado Rei da Glória. Esta história é prefigurada pelo diabo lobisomem, com a gancheta pronta para empurrar, de imediato, para o caldeirão infernal a alma que chega. Para esta alma que chega, não há discussão: entre o inferno e o purgatório, não há que escolher. É seguir, com prontidão, nos dentes do forçado do lobisomem para as penas do purgatório. Começa, logo ali abaixo, a descontar o tempo de purga. O lugar de purga é lugar de purificação. O tempo que vem a seguir é sempre melhor do que o tempo que foi antes. Não se concebe o purgatório como um lugar do desespero, mas como um lugar de esperança.

Por outro lado, já na antecâmara do paraíso, não seria de esperar que a alma viesse a encontrar-se, de novo, com Satanás, o diabo maior. Embora com o olhar de Satanás muito afastado, só o facto de rever o diabo, de que se destaca uma enorme cauda, remete o vidente para o mundo das serpentes venenosas, para a perigosa serpente primordial do paraíso perdido,

Uma visão inesperada num dos lugares mais tranquilos – a antecâmara do paraíso – não poderia deixar de causar novas emoções negativas e assustadoras numa alma indefesa. Verifica-se que a surpresa da alma do homem comum foi de tal ordem que ela se desequilibrou, tendo de estender o seu braço esquerdo e a sua mão, para não tombar perigosamente no chão e se magoar largamente, deixando no corpo mazelas indesejáveis.

Parecem-me estes dois olhares da prancha pictórica das duas tábuas primitivas os mais carregados de verdadeira emoção humana, ou humanizada.

Os sentimentos humanos não acabam: são reais e vividos verdadeiramente.

8. A «última vinda de Cristo» Salvador.

O mistério associado ao último quadradinho – o da espera – intitula-se a última vinda de Cristo. Situa-se numa estrutura definida: começa numa promessa; e acaba na glória do Paraíso.

Jesus Cristo, morto e ressuscitado, subiu ao céu – a ascensão – e surge a promessa: «Homens da Galileia, porque razão estais a olhar para o céu? Esse Jesus que vos foi arrebatado para o céu virá da mesma maneira que agora o vistes partir para o céu.» (Actos 1, 11).

Com base nesta promessa, no caminho da plena glorificação, pode estabelecer-se um percurso definido pelo seguinte esquema:

Promessa ► esperança ► expectativa ► espera ► cumprimento ► glorificação.

Esta promessa da segunda vinde de Cristo – a última vinda do Senhor – gera a esperança de que a promessa se venha a cumprir e coloca os crentes na expectativa dessa vida. Quando acontecerá?

A última vida de Cristo «virá, de noite, como um ladrão» (1Ts 5,2). Esta incerteza aparece em São Lucas: «O Filho do Homem chegará na hora em que menos o pensais» (Lc 12, 40). E explicita São Marcos: «Quanto a esse dia ou a essa hora, ninguém os conhece: nem os anjos do céu, nem o

Filho; só o Pai» (Mc 13, 32). Esta incerteza coloca o crente em estado de vigilância permanente.

A vigilância resulta da expectativa, que se traduz numa espera paciente e continuada, num estado de tensão. É que este dia e esta hora são do absoluto, do eterno, do infinito, de Deus, do luminoso da coroa da glória. Só resta ao crente que espera lançar um grito de apelo urgente «Vem, senhor Jesus!», enquanto espera «a vinda gloriosa de Jesus Cristo, nosso Salvador»¹⁵.

O último «quadrado» do purgatório impõe ao analista uma reflexão particular, formulável nesta questão: Por que razão as almas já purificadas e julgadas favoravelmente são acumuladas na antecâmara do paraíso, sem nele entrar? Que pretende o pintor maneirista, impondo às almas esta estação forçada? Pariria dele esta decisão? Ou foi sugerida pelo patrono ou pelos frades agostinhos mandatários?

Quer num caso (decisão do pintor), quer noutro (obrigação imposta pelos frades agostinhos de Moreira da Maia), parece estar implícita a doutrina radical da «última vinda de Cristo». Só nesse tempo – no «fim dos tempos» – é que todos os mortos ressuscitariam para a plenitude da vida na glória de Deus.

Na antecâmara do paraíso, concretiza-se a espera da última vinda do Senhor Jesus Cristo, que é o fundamento (1Cor 3, 11) e também o destino – «alfa e ómega, princípio e fim, primeiro e último» – da esperança cristã: «o Jesus Cristo anunciado e o Jesus Cristo prometido; o Jesus Cristo encontrado e o Jesus Cristo aguardado; o Jesus Cristo amado e o Jesus Cristo sempre novo; o Jesus Cristo amigo e Salvador e o Jesus Cristo Senhor e Juiz»¹⁶.

A última vinda do Senhor acontece «para retribuir a cada um conforme a resposta de fidelidade e generosidade criativa ao chamamento feito para viver no seguimento de Jesus Cristo, à luz de um discernimento, comunitário e pessoalmente assumido»¹⁷.

A última vida de Cristo conduz os salvos ao banquete da Vida eterna das núpcias do Cordeiro, à mesa do Pai. No Espírito da Santidade de Deus, a festa não tem limites, porque está fora do tempo. Melhor, acima do tempo. Esta é a Coroa da glória!

9. O inferno.

O pintor que adaptou as duas novas tábuas às duas primitivas, quando se construíram os retábulos, abastardou a pintura original, desvalorizando o seu valor simbólico.

Que é que ele fez?

(1) ampliou a área do céu.

(2) cobriu os três diabos pequenos com figuras de almas, deixando apenas o demónio enorme sob os pés de São Miguel Arcanjo.

(3) cobriu o pequeno inferno original, com a figura de outra alma.

(4) para compensar a desaparecimento do pequeno inferno, preencheu a nova tábua inferior com um inferno enorme, que invade o próprio purgatório. Mas, se o objectivo do pintor do século XVII era, não representar o inferno, mas ampliar o purgatório, ele infernizou o próprio purgatório.

(5) o busto do pintor, funcionando como assinatura própria, também foi eliminado. E o



¹⁵ Formulação da aclamação da pós-consagração eucarística.

¹⁶ Pedro Bravo, «Espiritualidade carmelita», in *Communio* – Revista Internacional Católica. Ano XXIX – 2012, n.º 2 – 3 de Junho, p.230.

¹⁷ *Ibidem*.

caldeirão onde se encerrava a assinatura do pintor foi coberto de tinta escura.

É possível que a identidade do próprio pintor primitivo se consiga obter, com a multiplicação de investigações que as universidades vão produzindo nas mais variadas especialidades.

O inferno do quadro original situava-se logo à entrada do purgatório, mas a uma distância longínqua. Por isso, de poucas dimensões. Um pequeníssimo diabo, qual Caronte clássico, acompanhado do seu fiel cão de guarda, Cérbero, vigia o movimento das almas dos que morrem. Combinam-se aqui elementos da mitologia medieval com elementos da mitologia clássica. Assim, o portal do inferno não tem porta nem cadeados. Parece que cada um que lá entrar terá a liberdade suficiente para regressar, sem oposição de nada nem de ninguém. Não é verdade: a entrada é viagem sem regresso. A liberdade humana terrestre é completamente anulada. O cão chamado Cérbero, portador de três cabeças ameaçadoras, ao lado de um diabo menor, guarda a entrada. A vigilância do pequeníssimo diabo e do seu cão de guarda é contínua e apertada.

O portal do inferno não tem portas nem cadeados: somente um arco de fogo, que serve de aviso. Adverte quem entra: ‘Uma vez dentro do inferno, não há retorno’. Só o purgatório garante a esperança de que o destino final é o céu. As grandes e definitivas opções e escolhas apenas acontecem enquanto se vive na terra.

Um pintor borrou a pintura

O chamado «altar das almas» passou por três fases: primeiro, foi painel ou um quadro encaixilhado, formado por duas tábuas pintadas maneiristas; depois, as duas tábuas maneiristas foram integradas num retábulo barroco da década de 1770, a que se adicionaram mais duas tábuas pintadas; e, finalmente, no século XX, as quatro tábuas pintadas ficaram cobertas por uma tela, com o motivo da Missa, celebrada pelas almas do purgatório.



O purgatório «borrado» (séc. XVIII?)



O purgatório restaurado em 2012

A pintura maneirista foi borrada pelo pintor barroco, que lhe encobriu o pequeno inferno e os diabos médios com a figura de almas «desalmadas». O pintor barroco também escondeu a «assinatura» do pintor maneirista e o próprio caldeirão dos suplícios purgativos.

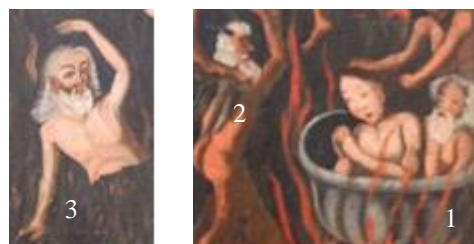
Estas operações do pintor barroco resultaram numa outra consequência mais significativa: acabaram com a história interna e coerente de uma alma no purgatório.

10. Quem é o autor do painel inicial?

Os pintores escolhem o canto inferior dos seus quadros, para os datar e marcá-los com a sua assinatura. Mas, nos finais do século XVI, eram poucos os que sabiam escrever. E resolviam este problema, pintando no mesmo canto a sua pessoa ou o seu rosto. Foi o que aconteceu com o nosso painel. Lá está ele, dentro do caldeirão, ao lado da mulher. Os seus cabelos compridos e barbas brancas falam-nos de uma idade já avançada.

Observamos ainda que, no painel do altar das Almas da matriz de Azurara, se encontra uma pintura que nos remete para o mesmo autor¹⁸. Caso seja verdade esta impressão, o autor pinta-se com cabelo preto, representando uma idade mais jovem. Por isso, o painel das Almas de Azurara seria anterior ao de Vila Nova da Telha. Temos de esperar que nos surjam documentos que o comprovem definitivamente.

Três representações do pintor primitivo: à direita (1), no caldeirão, com a mulher, numa fase inicial de purificação; também à direita (2), na função de diabo; e à esquerda (3), já na fase final de purificação, no purgatório, mas antecâmara do paraíso.



Outro elemento construtivo que parece remeter para o mesmo pintor refere-se à figura central do frade, que induz o observador a concluir que ele assume o papel de verdadeiro mediador entre o purgatório e o paraíso.

Relativamente à representação do autor, no painel de Vila Nova da Telha, encontramos uma outra novidade que nos remete para uma interpretação suficientemente complexa, embora merecedora de muitas reservas. O autor não só quis assinar o quadro com a pintura do seu busto, mas ainda retratar uma meditação – que desejava não esconder completamente – sobre a sua consciência do modo como tem procedido no seu dia a dia terrestre.

Relativamente à representação do autor, no painel de Vila Nova da Telha, encontramos uma outra novidade que nos remete para uma interpretação suficientemente complexa, embora merecedora de muitas reservas. O autor não só quis assinar o quadro com a pintura do seu busto, mas ainda retratar uma meditação – que desejava não esconder completamente – sobre a sua consciência do modo como tem procedido no seu dia a dia terrestre.

O autor coloca-se no purgatório, mas em três atitudes diferentes:

(c) primeiro, ele purga-se dos seus pecados no caldeirão aquecido por chamas leves;

(d) segundo, ele, no seu exame de consciência final, reconhece que fez sofrer os outros com os seus pecados, nomeadamente a mulher, que o acompanha no caldeirão. Por isso, se representa como um diabo, que ameaça o casal com um instrumento estranho de suplício.

(e) finalmente, o autor, já muito purificado no purgatório, ainda se sente amedrontado com a proximidade do demónio. Afasta-se surpreendido para trás, inclinando o corpo, protegendo-se da queda com a mão direita perto do chão e levantando a mão direita, em busca de reequilíbrio. Já se encontra, porém, no lado mais luminoso do purgatório. Mas é a alma que está em posição inferior.

¹⁸ Embora mais jovem, o pintor do painel de Azurara regista traços fisionómicos muito semelhantes aos do pintor de Vila Nova da Telha

Aceitando que esta é uma das três representações do pintor, as dúvidas e os medos dele para superar ainda são muitos.

Admitida esta configuração, com os significados implícitos, não conheço, todavia, caso semelhante a este. O autor não se representa apenas uma vez, mas três vezes, e de forma narrativa.

11. Duas tábuas maneiristas?

O painel primitivo, composto por duas tábuas, parece retratar-nos uma situação fixa, em que cada elemento é único e conserva sempre o mesmo lugar, a mesma posição absoluta. Mas essa percepção primária não resiste a uma análise dialógica, em que se questionam as relações de umas personagens com outras e a complexidade dos espaços e lugares identificáveis. Mais que um quadro único, a pintura articula uma série de quadros, que verdadeiramente nos contam uma história: uma história aos «quadrinhos», sem quadrinhos espacialmente individualizados, nem balões falantes.

Esta tensão entre o estático de um quadro e a dinâmica de uma história funciona como uma das características definidoras do maneirismo.

O maneirismo caracteriza-se «pela deliberada sofisticação intelectualista, pela valorização da originalidade e das interpretações individuais, pelo dinamismo e complexidade de suas formas, e pelo artificialismo no tratamento dos seus temas, a fim de se conseguir maior emoção, elegância, poder ou tensão», marcado pela contradição e o conflito».

O período classificado como maneirismo foi buscar a sua designação ao termo italiano *maniera*, "maneira", que indica o estilo pessoal de determinado autor, e com sua origem no século XVI. Os sinónimos que melhor explicita o termo *maniera* serão 'graça, leveza e sofisticação'. Evidenciam-se as marcas da individualidade e da criatividade do sujeito que pinta e pratica outras artes.

As duas tábuas primitivas do retábulo das almas distinguem-se bem pela sua graciosidade e pelo engenho posto na sua composição.

Conclusão

Este trabalho pretende fazer uma apresentação pública de uma jóia provavelmente seiscentista e descortinar algo do seu percurso acidentado. Tal percurso conjuga-se com os restauros da igreja matriz de Vila Nova da Telha, em 2012.

Há muitas lacunas que é necessário preencher. A leitura cruzada de alguma documentação irá esclarecer dúvidas e confirmar acontecimentos

Apesar de tudo, este achado – uma jóia maneirista – revela-nos a beleza da pintura original e uma carga teológica não muito fácil de apreender.

Mas nunca se acaba uma obra, sem a começar a erguer.

A Confraria das Almas de Águas Santas: breve abordagem e transcrição dos renovados estatutos de 1800

Rui Teles de Menezes*

Resumo: O autor enquadra historicamente, comenta e transcreve os estatutos de 1800 da Confraria das Almas de Águas Santas (Maia)

Palavras-chave: Confrarias, Mosteiro, S. Nicolau Tolentino, Estatutos, Almas

Abstract: The author frames historically, comments and transcribes the statutes of 1800 of the Confraternity of the Souls of Águas Santas (Maia)

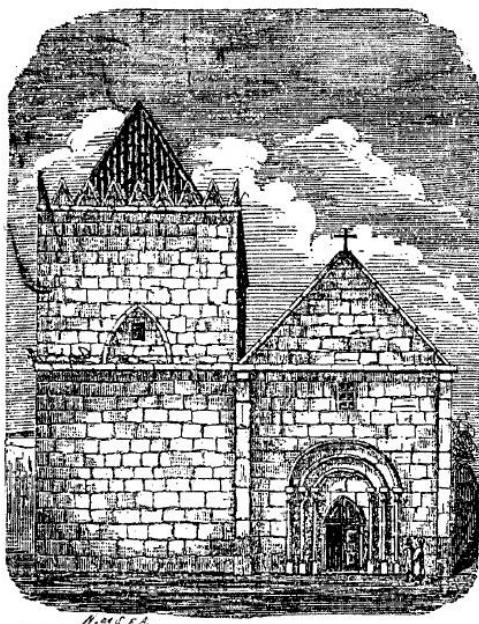
Keywords: Confraternities, Monastery, St. Nicholas Tolentino, Statutes, Souls

Enquadramento geográfico e histórico

“A primordial fundação d’esta igreja de tão gloriosas recordações perde-se em a noite do passado”.

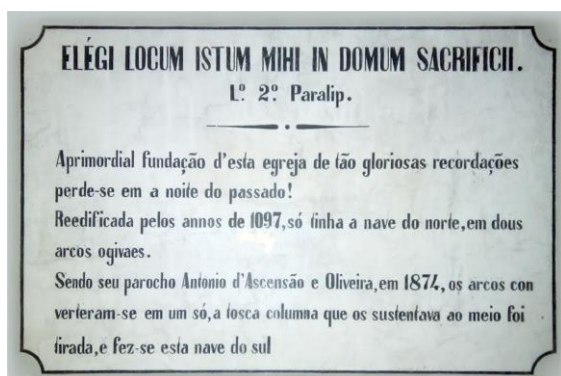
Pode-se ler esta frase numa lápide colocada numa parede da Igreja do antigo Mosteiro de Águas Santas, que se ergue no concelho da Maia, vizinho da «Antiga, muito nobre e sempre leal e invicta cidade» do Porto.

No ano de 1874, realizaram-se obras que modificaram substancialmente o antigo monumento românico. Estas foram levadas a cabo pelo pároco António d’Ascensão Oliveira.



Gravura que mostra a Igreja de Águas Santas tal como seria antes da intervenção do Padre Ascensão de Oliveira (esq.) e fotografia de inícios do século XX ilustrando como ficou depois da intervenção (dir.).

* Câmara Municipal da Maia – Fórum da Maia



Placa que evoca as obras do Padre Ascensão

Santa Maria de Águas Santas tem como orago Nossa Senhora da Expectação ou Nossa Senhora do Ó.

Um dos documentos que faz referência à “Confraria das Almas de Águas Santas”, é a descrição realizada pelo Reitor Manoel da Sylva Parada, por ordem e mandato do Reverendo Doutor António de Souza Pereyra, Provizor e Vigario da Sagrada Religião de Malta, nas “Memórias Paroquiais de 1758, no capítulo referente a Santa Maria de Águas Santas.

Segundo as “Memórias Paroquiais do Porto de 1758”, na

divisão administrativa do Porto, “o Padre Manoel da Sylva Parada é o Reytor Encomendado da Igreja e da freguesia de Santa Maria de Agoas Santas da Sagrada Religião de Malta”; por ordem, e mandato do “Muyto Reverendo Doutor Antonio de Souza Pereyra Provizor, e Vigaryo da mesma Sagrada Relligião”.

A freguesia de Águas Santas encontra-se situada na periferia do Concelho do Porto, sendo uma freguesia do concelho da Maia com 7,86 km² de área e 27 470 habitantes, apesar de ter sofrido a desagregação de parte do seu território em 1985, com a formação da freguesia de Pedrouços.

Com o avançar dos tempos, a população desta freguesia aumentou consideravelmente, tornando-se na freguesia mais populosa do Concelho da Maia até à reorganização do mapa das freguesias de 2013.

Em 1758, a realidade era bem diferente, “Consta esta freguesia de quatro centos e noventa fogos, e de mil quatro centas e sincoenta e trez pessoas com menores, e abzentes; fica distante da Cidade do Porto huã Legoa.”

Os aglomerados de população na freguesia dividiam-se por alguns lugares, que ainda hoje mantêm essas características “...tem oyto aldeas, cujos nomes são os seguintes: Ardegães, Rebordãos, Maya, Granja, Pedrouços, Sanjemil, Parada e Mosteyro, onde vão incluídos alguns lugares menores adjacentes a alguns dos nomeados”.

O relevo também sofreu modificações, encontrando-se hoje, a zona à volta do Mosteiro, bastante urbanizada. Resta a vista privilegiada em direção ao centro do Concelho, sendo possível avistar Milheirós, Vermoim, Gueifães e até a zona central da Maia. “A Igreja está situada na descida de um alto, não em campina nem em vale, onde se podem ver algumas povoações e freguesias circundantes”.

No aspeto religioso fazem-se referências várias, como ao Orago, aos altares, às Capelas, Ermidas e sua localização, local de romaria e dias de festas. “O Orago, ou Padroeira desta Igreja he Nossa Senhora do Ó edentica a Santa Maria de Agoas Santas, e nella hã seis altares, que são o altar môr, onde estão as Imagens da Padroeira, e Sam João Baptista; o segundo de Nossa Senhora do Rozario, o terceyro de Nossa Senhora dos Remedios, o quarto do Senhor Crucificado, o quinto de Santo Antonio, o sexto de Sam Niculão de Tolentino e Almas...”¹

Ano	Habitantes
1864	2646
1871	3275
1890	4213
1900	4672
1911	5611
1920	6444
1930	7748
1940	10998
1950	13493
1960	18079
1970	22812
1981	26523
1991	17440
2001	25249
2011	27470

População da freguesia de Águas Santas –
Fonte: INE, Censos

¹ Neste altar, a imagem de S. Nicolau de Tolentino foi substituída pela de S. José.

Quanto à organização religiosa, refere-se: “*Nesta Igreja alem da Irmandade Comûa, a que chamaô do Subsino que tem a seu cargo os enterros, e mais obrigações da Igreja, hâ tambem outra Confraria das Almas Debayxo da protecção de S.Niculao de Tolentino, a qual não he muyto numeroza, mas abrange também alguas freguezias circumvizinhas; tem tambem confraria do Santissimo Sacramento.*”

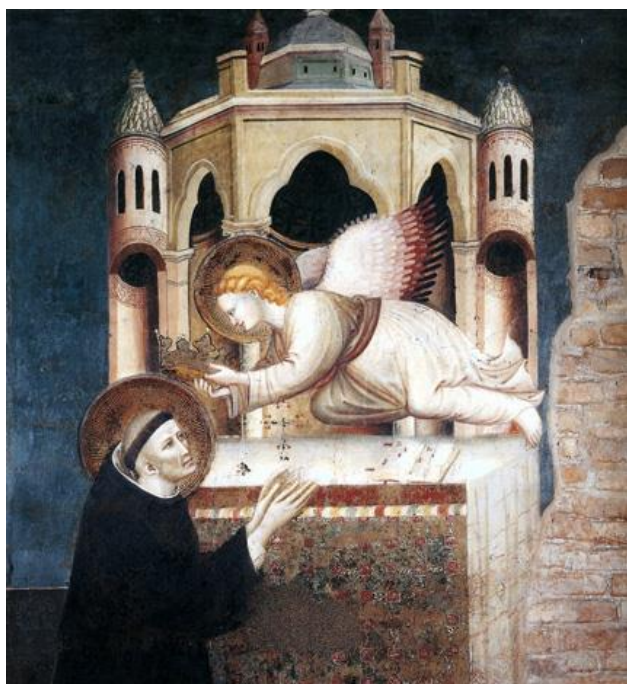
Nesta época, não existia nenhum Convento, Hospital ou Casa de Misericórdia, havendo, porém, oito Ermidas ou Capelas:

- Nossa Senhora do Pilar na Quinta da Azenha;
- S. Braz na Quinta da Carvalha;
- Uma na Quinta de Novais;
- Outra na Quinta de Novais de Nossa Senhora do Rosário;
- Nossa Senhora da Vitória na Quinta da Boavista no lugar da Maia;
- S. João Baptista na Quinta do Brasileiro;
- Nossa Senhora da Natividade no lugar de Pedrouços, pertença do povo;
- Nossa Senhora da Guadalupe, considerada milagrosa e local de várias romarias - S. Miguel Arcanjo, S. Sebastião e S. Roque, sendo, as últimas duas, pertença dos Comendadores desta Comenda.

10 de setembro, dia de S. Nicolau Tolentino

Até meados de 1800, S. Nicolau foi um dos grandes santos da Cristandade, fortemente caracterizado por um culto marcadamente popular.

Nasceu por volta de 1245, em Itália. De acordo com o seu biógrafo, Pedro de Monte Tubiano, os seus pais foram convidados em sonhos a irem a Bari, aparecendo-lhes S. Nicolau de Mira



Coroação de S. Nicolau, Basílica de Tolentino,

pois tinha sido libertada pelas suas celebrações.

Era muito rigoroso consigo mesmo, com o desapego absoluto dos bens terrenos e a modéstia profunda, chegando ao ponto de reduzir o sono a três ou quatro horas para dedicar-se à oração.

prometendo-lhes um menino. Como agradecimento, deram o nome à criança de batismo de Nicolau. Aos 20 anos, já era cônego, tendo aderido à Ordem de Santo Agostinho por efeito da pregação de um eremita. Ordenou-se padre em 1270 e celebrava missa todos os dias. Após seis anos de peregrinações por várias cidades, passou a dedicar a sua vida ao apostolado definitivamente em Tolentino. Aí focou-se na meditação assim como no cuidado dos doentes e necessitados.

Segundo consta, certo dia viu uma alma no Purgatório, pedindo-lhe que celebrasse por ela. Respondeu que não podia, mas a alma retorquiu, mostrando uma imensidão de espíritos ávidos de socorro. Com licença do prior, pediu para celebrar pelos defuntos durante a semana. Ao fim de sete dias, a alma reapareceu com alegria, agradecendo,

De hábitos alimentares muito severos, pouco comia, adoecendo com frequência. Jejuava a pão e água às segundas, quartas e sextas, e aos sábados em honra de Maria Santíssima. Estando mais uma vez doente, curou-se por graça de Nossa Senhora, comendo um pedaço de pão molhado em água, depois de fazer o sinal da cruz. Vem daí o costume de benzer o pão para os fracos em honra de S. Nicolau.

É considerado o protetor das almas do Purgatório e invocado pelos que sofrem injustiças ou são oprimidos na sua liberdade, assim como o protetor dos recém-nascidos e da infância, da "boa morte" e também contra os incêndios e epidemias.

São Nicolau de Tolentino morreu no dia 10 de setembro de 1305. Quarenta anos após sua morte, o seu corpo foi encontrado intacto, tendo sido, nesta ocasião, cortado os seus braços, daí jorrou assinalável sangue.

Os seus restos mortais foram depois preservados na Basílica de São Nicolau, em Tolentino e aí, desde o século XV, os braços amputados do santo foram conservados em custódias de prata e tiveram periódicas manifestações de sangue.

Definição de Confrarias; objetivos e tipologias

No domínio canónico, as confrarias são associações de fiéis constituídas organicamente com o fim de exercerem obras de piedade ou caridade e de promoverem o culto público. As confrarias, cuja designação provém do étimo latino *confraternitas*, são também conhecidas por confraternidades, fraternidades e irmandades.

O objetivo principal das confrarias era a assistência material e espiritual, sobretudo aos seus membros; o fomento do culto, destacando-se a veneração do respetivo patrono e a realização da sua festa, momento alto da comunidade confraternal. As confrarias tornaram-se decisivas para consolidar as atitudes de solidariedade humana, num espírito de fraternidade cristã, visando medidas atenuadoras das dificuldades dos homens, nomeadamente na fome, pobreza, doença, sendo os seus principais destinatários as crianças, idosos e inválidos. Procediam ao enterramento e oração pelos mortos, acolhiam os viajantes e peregrinos e praticavam a caridade.

Aos olhos da Igreja, eram vistas como uma forma de enquadrar a vida religiosa dos leigos, fortalecendo o dia-a-dia integrado no catolicismo, através da prática caritativa baseada no amor ao próximo como forma de alcançar a salvação individual e pela orientação doutrinal dos fiéis, do estímulo da procura dos sacramentos, do culto dos mortos e do exercício de outras atividades devocionais e piedosas.

Existem vários tipos de confrarias:

- As que centram a sua atividade na expiação dos pecados, pela disciplina, à imagem e veneração do sofrimento de Cristo;
- As que se destinam à prática da caridade cristã e beneficência; as vocacionadas para a celebração de uma devoção especial, ou outra devoção como as associações religiosas encarregues do culto e da festa nos santuários,
- As confrarias de ofícios, identificadas pelo reforço da sociabilidade e integração profissional.

Para se aprofundar o conhecimento das estruturas e formas de organização das confrarias é necessário conhecer os seus estatutos, compromissos ou regimentos. O estudo das formas de organização deve ter em conta o tipo de confraria analisada, a sua evolução histórica e a época que estamos a estudar.

Os primeiros estatutos e o primeiro caderno

Os Estatutos iniciais da Confraria das Almas de Águas Santas foram criados em 1704, sendo a última reunião registada em 12 de dezembro de 1842.

O livro primitivo apresenta a designação de de “*Livro dos assentos dos irmaos da confraria d’almas de Agoas santas*”.

Seguindo uma ordem cronológica, o primeiro caderno consiste num conjunto de folhas de dimensão mais reduzida, que se encontra no fim do livro onde estão compilados os estatutos mais recentes.

Logo de início, referem o patrocínio e proteção do glorioso S.Nicolau Tolentino. Segue-se uma introdução, fazendo referência às almas no Purgatório, no juízo que o defunto enfrenta, esperando a acção divina, sob a forma de indulgências e ausência de sofrimento.

De seguida faz-se a dedicação ao santo protector, procurando “o alívio das penas das almas que estao no Purgatorio”.

Numeram os capítulos por numeração romana, seguido do título do estatuto:

Cap. I: de como se hão-de aplicar os Sufrágios - sobre as missas semanais.

Cap. II: da Solenidade da Festa do nosso Protector - dia da festa é ao domingo, cada clérigo receberia 150 réis por missa cantada.

Cap. III: de quando se há-de fazer o Aniversário – segunda feira depois da festa, também com esmola de 150 réis, com a melhor cera nos altares.

Cap. IV: da Eleição dos Novos Officiaes – juiz, escrivão, procurador, tesoureiro e mordomos. Revela também, a rotação de cargos por anos, a divisão de funções entre leigos e clérigos.

Cap. V: da Obrigação dos Offeciaes – no dia de S.Miguel de cada ano, procedia-se na freguesia e vizinhança a recolha de esmola.

Cap. VI: das Entradas dos irmaos – até aos 40 anos estaria isento de pagamento, dos 40 aos 60 anos pagaria 250 réis,daí em diante teria outro pagamento mas a folha aparece ilegível.

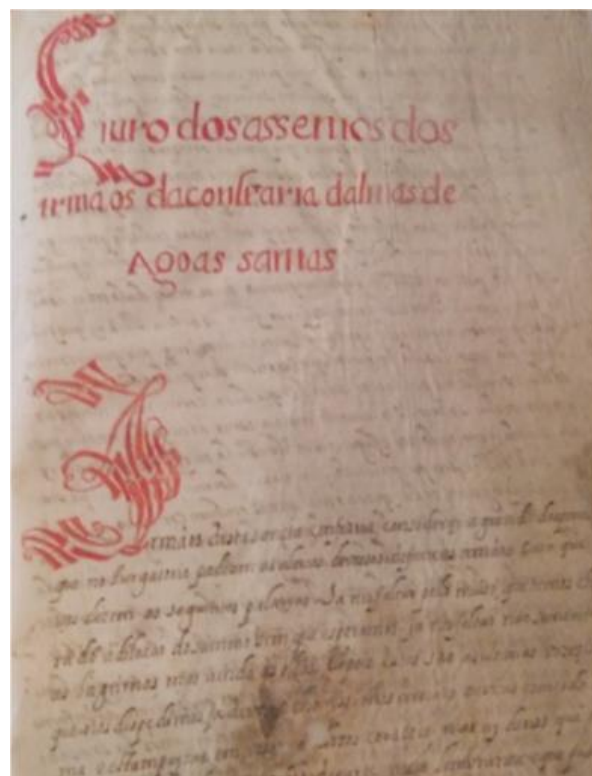
Cap. VII: dos Annuaes – o annual era de 50 réis pago no dia da festa ou aniversário, fazem referência ao veludo da roupa, e o pagamento de 50 réis por falta injustificada.

Cap. VIII: das Avenças e Acompanhamento – obrigatoriedade de uma pessoa de cada casa acompanhar a cerimónia.

Cap. IX: que Pena terá quem não pagar assim Anual como Avença – Ausência de obrigações da confraria por 2 anos.

Cap. X: das Contas que há-de dar os Officiaes – os oficiais teriam 15 dias para apresentar as contas, depois do aniversário.

Cap. XI: dos Livros que terá a Confraria – além deste livro, existiria um na posse do tesoureiro para inventário dos bens, pessoas e fábrica da confraria.



Cap. XII: dos Sufrágios que se hão-de fazer os Irmãos – posteriormente revogado conforme nota ao lado do capítulo, encontrando-se o documento em parte ilegível.

Cap. XIII: que os Mordomos e Thezoureiro da Freguezia assistam aos Offícios e enterro dos Irmãos defuntos e sua obrigação – a não presença a um ofício de um irmão defunto significava 50 réis de multa e o custo da cera dos altares.

Cap. XIV: dos Irmãos que não levarem os terços – uma questão que poderia indicar pouca devoção e descuido com os terços.

Cap. XV: do que hao de fazer os irmaos faltando dinheiro pero os suffragios – de acordo com o cap. XII, havendo muita mortandade e consequente falta de dinheiro para pagar ofícios, os sacerdotes teriam de esperar, sob pena de substituição por outros mais antigos.

Cap. XVI: que os Offeciais poderao acrescentar ou deminuir estes estatutos para melhor bem da confraria – futuros acrescentos ou supressões, teriam de ter a autorização do Reverendo Prelado, ao serviço de Deus.

Cap. XVII: que os ornamentos desta confraria, se nao deem aos que não forem irmãos – todos os não irmãos, com a autorização dos herdeiros, poderiam levar esquife e pano da confraria na tumba mediante o pagamento de 480 réis, entregues ao juiz ou tesoureiro, pagando a cera que acompanhará o morto na tumba.

Cap. XVIII: que os irmãos peguando na tumba levem vestidas opas e mursas – a falta de roupa da confraria implicava o pagamento de 100 réis.

Posteriormente, encontram-se um conjunto de folhas, em muito mau estado, maioritariamente elegíveis, onde se supõe que faltam algumas páginas, tendo em conta o sentido das frases e uma suposta numeração no canto superior direito. Estão sob a forma de aditamentos. Aqui aparecem datas como 15 de dezembro de 1706, 23 de agosto e 7 de setembro de 1723, seguindo-se algumas assinaturas.

O aditamento de 23 de agosto de 1723 foi escrito pelo escrivão da Confraria Padre Manoel Moreyra e assinado pelo Procurador Manoel Fernandes Ferreira, pelo Juiz, contendo mais algumas assinaturas como o Padre Manoel Farinha Barbosa, Domingos António e outros.

Em 13 de Dezembro de 1730 procedeu-se a uma revogação e inovação do cap. XII, no que concerne ao número de missas e pagamento de quantias. Foi transcrito pelo escrivão Manuel da Sylva, tendo por baixo diversas assinaturas e símbolos. Aparece mais outro aditamento, com data 14 de novembro de 1730. Na última folha, está a última modificação deste caderno, com data de domingo, 25 de novembro de 1736. Esta incide no número de missas por irmão falecido e na quantia a despender de esmola. No final surgem as assinaturas dos irmãos presentes, tendo como Procurador André Jorge e o escrivão Manoel Marques Barbosa.

Estatutos reformulados; novo livro

Ao abrir o livro mais recente, encontram-se compilados os estatutos posteriores à reforma de 1763, que foram transcritos para este novo livro em 1800.

Inicia-se a escrita dos estatutos reformulados, com uma abreviada menção dos antigos capítulos, para um melhor entendimento pode-se aceder aos mais antigos, no final dos novos. Estes antigos estavam “*velhos, fáceis de romper-se e extinguir-se*”.

Procedem à dedica tória ao protetor das almas, S. Nicolau de Tolentino, rogando a este, a salvação das almas, tentando-o imitar no zelo e seguir os seus passos. Na exortação aos fiéis irmãos,



referem a unidade da confraria em torno do santo, a sua devoção e fé, os sacrifícios do santo para alívio do sofrimento das almas dos irmãos, as orações, o lucro das indulgências e a compaixão do santo para com os “verdadeiros amigos”.

Passam à enumeração dos renovados estatutos:

Cap. I: da Solenidade da Festa Anual – a festa de S. Tolentino por altura do 2º Domingo de Setembro ou no domingo seguinte, com missa cantada e sermão, com a distribuição das esmolas arrecadadas durante o ano. Na segunda-feira seguinte, o número de padres admitidos ao ofício em honra dos irmãos defuntos, seria aberto a todos padres, recebendo de esmola por missa e ofício 200 réis.

Cap. II: da Eleyção dos Officiaes – Os oficiais seriam o juiz, o procurador, escrivão, tesoureiro, 3 mordomos, possibilidade de mordomos de outras freguesias vizinhas. Quem não aceitar o cargo para que foi nomeado, sem que lhe faça razão, pagaria 4000 réis.

Cap. III: dos Livros que há-de ter a Irmandade – Existia o dos estatutos, outro com a descrição de todos os inscritos na confraria, os falecidos e rendimentos, que estaria em poder do escrivão. Haveria um livro para registo dos irmãos falecidos, dos sacerdotes a quem eram distribuídas missas, livro de inventário de peças e fábrica da irmandade, livro de contas, receita e despesa, que estaria em poder do tesoureiro.

Cap. IV: das Entradas, e Annuaes – Toda a pessoa que entrasse para a irmandade pagaria mediante a idade: até 8 anos a soma de 60 réis, os mais velhos pagariam essa quantia conforme os anos que tivessem. O anual remido para quem entrasse na confraria era de 4000 réis. O anual passava a ser de 60 réis, vencendo no dia da festa ao protector. Este capítulo subscrevia as disposições da adição de 1723.

Cap. V: dos Sufrágios em Comum – Além do disposto nos estatutos anteriores, passava-se a dizer duas missas pelos vivos e pelos mortos, pagando-se 100 réis por cada uma.

Cap. VI: dos Sufrágios por cada Irmão – Depois de se resumir o percurso das missas e ofícios por cada irmão, decretou-se a obrigatoriedade de 30 missas, de 100 réis cada uma, sendo 6 destas em altar privilegiado.

Cap. VII: da Sera e enterro dos irmãos – Cada irmão falecido teria tumba ornada com pano preto, cruz, frontal para altar, duas velas de meio arrátel e quatro tochas. O que sobrasse de cera teria de ser devolvido para a confraria. Em caso de não devolução, esta seria descontada por sufrágios.

Cap. VIII: da Obrigação de acompanhar o Defunto – Observa-se a obrigação do mordomo ou outra pessoa por ele, acompanhar o defunto com a cruz. A falta era punida com 100 réis.

Cap. IX: da Obrigação dos Officiaes – No dia de S. Miguel os mordomos percorriam a freguesia em peditório, acompanhado do escrivão para o assentamento dos anuais e fazer o importe para o tesoureiro. Pedia-se uma participação abundante aos fregueses, pelos vivos e mortos.

Cap. X: das Contas que hão-de dar os Officiaes de cada Ano – Depois da colecta, o tesoureiro e mordomos eram obrigados a prestar contas, e entregar documentação aos novos eleitos, sob pena

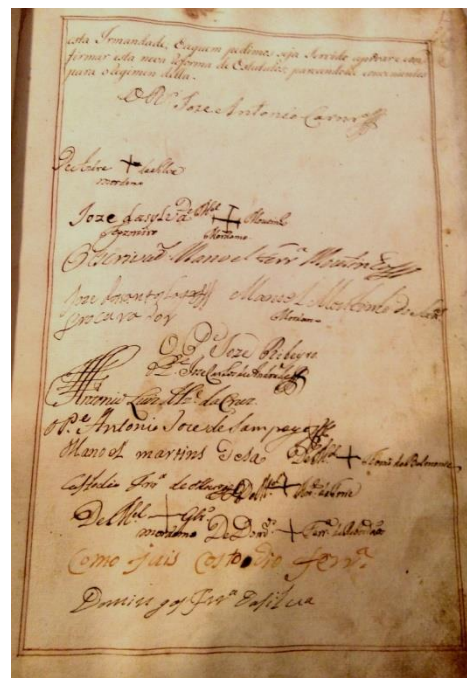
de 500 réis. As contas eram aprovadas pelo Prelado.

No final dos estatutos surgem as assinaturas dos Mordomos, do Tesoureiro, do Escrivão, do Procurador, dos Padres e do Juiz, como pode ver-se na figura ao lado.

Seguem-se 4 páginas de Aditamentos, com despachos e súplicas, despachos de confirmação, onde se destaca uma cruz e selo em papel, da Ordem Sagrada de Malta, e diversas assinaturas. Estes despachos têm datas diversas como 18-8-1704, 15-1-1706, 2-11-1729, 14-11-1730, 21-1-1763, 19,25-6-1800, 12-7-1800, 26-2-1832, 29-6-1834, 20-8-1834, 14-6-1836 e 18-12-1842.

Na Junta de Freguesia de Águas Santas, além deste livro, também se pode encontrar:

- “Inventário dos assentos de todas as alfaias e jóias pertencentes às confrarias e irmandades da freguesia de Águas Santas” que vai desde 16-4-1837 até 1909.
- “Inventário das alfaias” de 18-1-1911 a 1926
- “Actas da confraria de S. Pedro e Sancta Leonor na sua capella de Pedrouços da freguesia de Águas Santas” de 11-12-1881 até 1894.
- “Actas da confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Águas Santas” de dezembro de 1886 até 1893.



Conclusões

Podemos, então, concluir que a Confraria das Almas de Águas Santas insere-se no movimento religioso típico do séc. XVIII e XIX, caracterizado por um grande número de confrarias e irmandades e que acabou por perder o fulgor com a entrada no séc. XX e consequente implantação da República.

Esta confraria tinha como objetivo primordial a assistência espiritual e material, tendo como Santo devocional, S. Nicolau de Tolentino, que estaria encarregue de salvar as almas do Purgatório.

Considerada uma confraria de modestas dimensões, esta seria composta pelos membros mais importantes e abastados da freguesia. Alguns dos seus descendentes ainda hoje se conseguem identificar na freguesia, como a família Lage, Casal, Quelhas, Brites ou Moutinho.

Efetivamente, em 1915, em Águas Santas, o ambiente não era muito propício ao culto católico, existindo uma querela, ou melhor dizendo, um contencioso entre católicos e não católicos da freguesia. Até mesmo é realizado um ofício ao Administrador do Concelho da Maia a 24 de fevereiro de 1915 assinado pelo Presidente da Junta da Paróquia Manoel Luiz Regado Júnior e pelos vogais Joaquim Carlos Coutinho, Albino da Silva Bathazar Brites, Manoel Francisco do Valle e Joaquim da Silva Cavadas, a fim de “ser-lhes restituído o templo da sua Igreja Paroquial e ser proibida a entrada nele e exercer actos a qualquer ministro que não pertença ao grémio da religião católica”. A quase totalidade dos paroquianos não poderia aceder à Igreja Paroquial, que se encontrava sob jurisdição de “um número insignificante de indivíduos que nunca manifestaram crenças católicas, que sempre desprezaram os Sacramentos e outros preceitos religiosos”.

Também o Regedor efetivo Manoel dos Santos Quelhas e o seu substituto António Marques Barboza se manifestaram favoráveis ao total acesso da população ao culto religioso, achando “de toda

a justiça o deferimento ao pedido que os católicos desta freguesia fazem, em ordem a ser-lhes facultado e garantido o livre exercício do seu culto, de portas a dentro da sua Igreja Paroquial, onde por enquanto, lhes é vedado entrar”.

Acusavam o Reverendo António Joaquim Farinhote de exercer atos de culto não católico na Igreja, com grande escândalo de todos os fiéis, afirmando que este não pertenceria ao Grémio da Religião Católica. O Pároco católico designado em despacho da Câmara Eclesiástica do Porto a de 20 de fevereiro de 1915, seria o Reverendo Bacharel Eduardo Alves Espinheira, natural e residente nesta freguesia. Ao Padre António Joaquim Farinhote terá sido aplicada pena de excomunhão.

Juntamente com estes pedidos, surge uma petição ao Administrador do Concelho sob a forma de abaixo-assinado por mais de 250 católicos e habitantes da freguesia onde descreviam o mau estar geral e seu descontentamento da forma como o acesso e realização do culto se procedia. Este documento realizado a 24 de fevereiro de 1915, encontra-se assinado no final pelos diversos subscritores, revelando a sua profissão.

Conforme podemos confirmar na análise dos documentos abaixo transcritos, guardados no Arquivo Municipal da Maia, em 1916 produz-se um documento para a entrega dos bens da extinta Confraria das Almas de Águas Santas à Comissão de Assistência da Maia. Passados dois anos, em 1918 lavrou-se o auto de transferência da posse dos edifícios e objetos de culto à Comissão Administrativa da Junta.

TRANSCRIÇÕES

1. Revisão dos Estatutos da Confraria das Almas de Águas Santas de 1763 no ano de 1800

Como requerem, e formados os capitulos da reforma 22 de Fevereiro de 1800

Domingos Ferreira Joze

Juiz, Officiaes, e mais Irmaos da Confraria das Almas, en sita na Igreja de Sancta Maria de Agoas Santas, sujeita á jurisdicção eccleesiastica do Izemplo da Sagrada Religião de Malta, do distrito da Relação da Cidade do Porto; Pertendem agora dar á execução a Reforma dos seus Estatutos para o que já no anno de 1763 seus antecessores alcançarão do R.mb Prellado, que então existia, a Provisão retro infronte, como nella se manifesta; mas para evitar neste livro o traslado do que contem o antigo caderno, será melhor que aquelle se incorpore no fim deste, fazendo-se agora somente huma abreviada menção dos antigos capitulos quando for precizo para melhor intelligencia do que agora se estabelece, visto estar aquelle muito velho, facil de romper-se, e extinguir-se, por, isso

Para a Nossa Igreja seja servido ordenar, que incorporado o antigo caderno a este livro, se proceda na reforma do modo referido; e havendo de ser trasladado o fundamento da ereção, se faça no principio deste mesmo livro.

DEDICATORIA, / AO GLORIOSO PROTECTOR DAS ALMAS / S. NICOLAO TOLENTINO.

Para quem, se não vós glorioso São Nicolao Tolentino, se devião dedicar, e consagrar na sua origem, e nesta reforma os estatutos desta pia irmandade; porque tendo elles por baze fundamental a virtude da Caridade para com almas do Purgatorio, a qual foi o especial movel de vossos passos, e de vossas acçoens enquanto vivestes sobre aterra; só a vós deviamos tomar por nosso protector, certos de que nisto vos fazemos hum agradável sacrificio, bem conforme ao vosso compassivo, e devoto coração em procurar, e promover o

seu alivio. Derramai pois benigno, dessa patria ditosa, onde viveis os vossos influsos, e as vossas luzes sobre nós miseraveis desterrados neste halle de mizerias; accendey com vossos sopros nos nossos coraçoens as vivas chamas daquella ardente caridade, em que o vosso espirito se abraçou, applicando fervorosos sacrificios ao refrigerio daquellas padecentes almas; para que seguindo nós ao vossos passos, e imitando o vosso caritativo zello para com as mesmas, vamos depois gosar com vosco, e com ellas da feliz eternidade na gloria. Amen.

EXORTAÇÃO / AOS FIEIS IRMÃOS.

Pios, e caritativos irmaões desta devota irmandade, que unidos pellos doces vinculos de huã recomendavel caridade, debaixo do estandarte de Nicolao sancto vosso soberano protector, e animados continuamente pello seu generoso exemplo, fazeis frequentemente chover sobre aquelles estereis, e abraçados carceres do purgatorio as sagradas refrigerantes agoas dos suffragios, e sacrificios que fazeis celebrar para alivio das aflitas, e atormentadas almas de vossos irmaões que ali padecem pena acerbissimas até serem de todo purificadas do leato de seus peccados, por meyo da applicação dos infinitos mericimentos de nosso amantissimo mediador Jesus Christo; applicando-lhe juntamente o mericimento satisfatorio de vossas oraçoens, e o lucro das indulgencias, que podeis ganhar para seu refrigerio, depositando tudo nas mãos do nosso amantissimo Deos que sumamente dezeja o alivio daquellas almas: se assim obrais, ó quanto sois felizes! Ah! Vós tereis o nome de redemptores do purgatorio de povoadores do ceo, e de fieis dispenseiros das misericordias do senhor. Sirva isto de estímulo à vossa caridade, não vos deixeis sepultar no letargo de hum culpavel esquecimento do muito que ali padecem as almas de vossos parentes, e irmaos: day toda a extenção ao vosso zello; ouvi e attendey piedosamente os ternos clamores, e gritos dos que suffocados em hum labirinto de fogo supplicão a vossa compaixão: miseremini mei, miseremini mei saltem vos amici mei = tende compaixão de mim, tende compaixão de mim ao menos vos os que vos prezais de irmaões, e verdadeiros amigos. Fazeivos qual outo ap // appostolo tudo para com esses miseraveis afligidos. Cooparay – quanto vos for possivel para conservação e augmento desta pia irmandade; e para a obervancia de seu instituto, e destes seus estatutos: assim opertende a gloria de Deos, o alivio das almas, e o vosso proprio interece como o tem experimentado muytos devotos das almas, augmentados nos bens espirituaes, e temporaes; porque chegando aquellas ditozas almas à patria bemaventurada, e a gosar a vizão beatifica, lá tereis outros tantos medianeiros para conseguir as vossas felicidades espirituaes e temporaes, em quanto não foreis gosar com elles avista do summo bem, que he Deos para o louvar eternamente. Assim seja.

Cap. I. Da Solemnidade da Festa Annual.

Na forma do estatuto primordial ordenamos, que a festa do nosso insigne protector são Nicolão Tolentino se faça no seu proprio dia, quando este succeder no domingo segundo do mez de setembro, ou em outro Domingo seguinte, que mais commodamente poder ser, com missa cantada, e sermão, com a solemnidade possivel, à qual assistirão, alem do nosso reverendo paroco, os mais sacerdotes nossos irmaões, aquem se dará de esmola o que arbitrarem os officiaes de cada hum anno.

E da mesma sorte ordenamos, que na Segunda feira immediata ao dia da festa se faça hum officio anniversario por todos os defuntos irmãos, que estiverem nas pennas do purgatorio, para o qual antigamente erão admitidos somente dez padres; porem de annos aesta parte se custuma celebrar com todos os padres nossos irmãos, a cada hum dos quaes se dará de esmolla por missa, e officio duzentos reis.

Cap. II. Da Eleyção dos Officiaes.

Confortando-nos com os estatutos originaes, e uso praticado até agora; ordenamos que no dia da festa do nosso senhor insigne protector de cada anno, se faça eleyção de novos officiaes, para servirem no futuro anno, que serão os seguintes, juiz procurador, escrivão thezoureiro, e mais tres mordomos nesta freguezia, e sendo necessario nomearão alguns nas freguesias vezinhas; a qual eleyção feita com acordo, e voto dos irmãos prudentes, e assistencia do reverendo paroco será logo publicada: e o irmão que não quizer acceytar o cargo para que for eleyto sem cauza relevante que o escuze, será riscado de irmão, nem tornará a ser admitido sem pagar quatro mil reis para a Irmandade.

Cap. III. Dos livros que hade ter a Irmandade.

Queremos, e ordenamos, que alem des// deste livro de estatutos, haja outro em que se faça huã inteira discripção de todos os irmãos, que nella estão alistados para por elle se arrecadarem os annuaes, e se apontarem os que falecem, e para isso estará em poder do escrivão, a quem encomendamos toda a fidelidade no que escrever nelle sob cargo de sua consciencia; e outro sim terá mais outro livro em que faça asiento dos irmaos que falecem, e dos sacerdotes a quem forem distribuidas as missas dos falecidos: tambem haverá livro de inventario das pesas, e fabrica da irmandade que se guardará no cayxão; e alem destes haverá sempre livro de contas, receyta, e despeza rubricado pello Reverendissimo Prellado, e este terá em seu poder o Thezoureiro.

Cap. IV. Das Entradas, e Annuaes.

Tem havido varias determinações nos estatutos antigos, sobre o quanto hade pagar de entrada toda a pessoa que quizer ser alistada nesta irmandade, como se vé no capitulo original 6º e da innovação, e com adição do anno de 1723: pelo que conformando-nos com o estado prezente, ordenamos que toda a pessoa que quizer entrar nesta irmandade pagará de entrada conforme a idade em que se achar; a saber até oito annos secenta reis, e dahi por diante, se dará a dita quantia tantas vezes, quantos fo // forem os annos que tiver, e em que se achar então : e havendo alguma pessoa que pertenda entrar na irmandade com o annual remido, dadrá por huma vez somente quatro mil reis.

A respeito dos annuaes; no principio desta irmandade, consta dos antigos estatutos terem cada irmão obrigação de pagar de annual sincoenta reis, porem por nova determinação feita no anno de 1723 se acrescentarão dez reis, e assim se tem praticado até ao presente; e da mesma sorte ordenamos se continue para o futuro, pagando annualmente, secenta reis que vencerá no dia da festa do nosso protector; e se o irmão falecer depois da passarem seis mezes, se julgará vencido por inteiro o annual daquelle anno.

Em quanto à multa, que haverá para os que não pagarem os annuaes; no capitulo 9 dos estatutos originaes se ordena que todo o irmão que for remisso em pagar o seu annal por tempo de dous annos lhe ficará a confraria desobrigada dos suffragios de que se fará termo; e assim queremos se observe no futuro, se nisso concordarem os officiaes que então servirem. E queremos que a determinação de tudo quanto contem este capitulo, se observe fielmente sem alteração, sob penna de serem condemnados os transgressores na forma da addição do anno de 1723.

Cap.V. Dos Suffragios em commum.

Alem do anniversario determi// minado no capitulo primeiro supra, e missas da festa que serão por todos os irmãos, ordenamos, que daqui por diante, em cada semana se digão duas missas da mesma sorte pelos vivos, e defuntos desta irmandade, das quaes huma foi determinada no original para se dizer nas segundas feiras, e na addição de capitulo no anno de 1770 se determinou que se dicesse outra nas quartas feiras de cada semana, e ambas as ditas missas, queremos se continuem daqui em diante com a esmola de 100 reis. Por cada huma, as quaes serão distribuidas pelos irmaos sacerdotes ou hum para cada mez, ou pelo melhor modo que se poder cumprir.

Cap.VI. Dos Suffragios por cada Irmão.

Na instituição desta irmandade se ordenou fazer hum officio de dez padres por cada irmão falecido, e no anno de 1730 se reduzio o dito officio a 24 missas, incluindo neste numero quatro missas pela obrigação dos terços, que no original tinham obrigação de rezar pello falecido, os irmaos vivos, como declara a addição do anno de 1723, e pella que se acha feita no anno de 1736 se augmentarão as missas ao numero de trinta, todas de esmola de 80 reis cada huma; porem no anno de 1747 se ordenou que do mesmo numero fossem ditas em altar privilegiado seis em augmentada esmolla; ultimamente no acordo de 23 Abril do anno antecedente, se ordena que todas estas trinta missas se digão de esmola de 100 reis cada huma, com tanto que sempre continuem a di// dizer seis do mesmo numero em altar privilegiado, e distribuidas aos irmaos sacerdotes, que mais brevemente as poder celebrar; e assim ordenamos se observe daqui por diante.

Cap.VII. Da Sera, e Enterro dos Irmãos.

Desde a sua origem teve esta confraria o uzo de dar para cada Irmão falecido, tumba ornada com seus panos de veludo preto, Cruz para acompanhar o enterro, e hum frontal para se fazer forma de altar em caza do defunto, e para elle duas velas de meyo arratel; e quatro toxas para acompanhar o corpo de caza até a sepultura; e assim ordenamos se observe no futuro, advertindo porem que o sobejo da sera deve tornar para a confraria, como sempre se uzou nesta freguezia, evitando assim oiniquo procedimento, que alguns tem pratica do de se ficarem com o tal sobejo: E se houver alguém que pertenda uzar o contrario se lhe descontará nos suffragios o que for racionavel.

Cap.VIII. Da Obrigação de acompanhar o Deffunto.

No capitulo oitavo do original desta irmandade, se ordenou que seja obrigado huma pessoa de cada caza desta freguezia, a hir acompanhar o enterro dos irmãos falecerem nesta mesma freguezia; O que justamente se deve observar, e compeler debaixo de alguma pena a sua inteira observancia; E principalmente não deve faltar no enterro algum dos Mordomos para levar a Cruz, e ter cuidado de guardar as couzas da confraria; E faltando a esta obrigação será condemnado em cem reis por cada vez; porem poderá satisfazer mandando outra pessoa em seu lugar, tendo cauza justa para não poder assistir pessoalmente.

Cap.IX. Da Obrigação dos Officiaes.

Alem do que fica dito a respeito dos enterros, a que não he justo faltar os Officiaes, serão obrigados pello Sam Miguel de cada um anno, nos dias que se cus// costumão de signar, farão os Mordomos o Peditorio nesta freguesia; E porque nesses mesmos dias se tem introduzido o costume de arrecadar os Annaes, hirá tambem o Escrivão eleyto para fazer descarrega no Livro com muita fidelidade, e fazer a conta do importe que receber o Thezoureiro em cada dia; E da mesma sorte se fará nas freguezias vezinhas conforme o uzo praticado há muytos annos aesta parte. E querendo praticar de outra sorte, se elegerá Mordomo em cada huma das mesmas freguezias vezinhas, o qual fará o Peditorio, e arrecadará os annaes entregando tudo ao Thezoureiro. E recomendamos muyto aos nossos Irmãos presentes, e futuros sejam Liberaes em Esmolar para esta confraria, porque assim participarão mais abundantemente dos Suffragios, que nella se fazem pello bemfeitores vivos, e defuntos.

Cap.X. Das Contas que hão de dar os Officiaes de cada Anno.

Depois que o Thezoureiro; e Mordomos tiverem concluido o Peditorio, e cobrança dos annaes com abrevidade possivel, serão obrigados a dar contas da receyta, e despeza que ouver em cada anno, e fazer entrega dos novos eleytos antes do termo de trinta dias; sob pena de serem condemnados em quinhentos reis, havendo rebeldia; as quaes contas serão tomadas, e aprovadas pello Reverendissimo Prellado da Jurisdicção de Malta, por cuja autoridade foi erigida es// esta Irmandade; E a quem pedimos seja servido aprovar e confirmar esta Reforma de Estatutos; parecendolhe convenientes pra o regimen della.

O [...] Jose Antonio Carmo

Andre da Silva Mordomo

Joze da Sylva Thezoureiro

Manuel Moutinho Mordomo

O Escrivão Manuel Ferreira Moutinho

Jose dos Santos Lage Procurador

Manuel Moutinho dos Santos Procurador

O Padre Joze Ribeyro

O Padre Joze Carlos de Andrade

Antonio Luiz Alves da Cruz

O Padre Antonio Joze de Sampayo

Manoel Martins Lesa
 De Manoel Tomé de Belmonte
 Costodio Ferreira de [...]²
 Manoel Antonio da Torre
 De Manoel Gonçalves Mordomo
 Domingos Ferreira de Rebordãos
 Como juís Costodio Ferreira
 Domingos Ferreira da Silva.

2. Bens que pertenceram à confraria das Almas

Copia Relação dos haveres que pertenceram à extinta Confraria das Almas, da freguesia de Aguas Santas do concelho da Maia, e que vão ser entregues á Comissão de Assistencia d'esse concelho, conforme a resolução da Comissão de Assistencia d'esse concelho, conforme a resolução da Comissão de Assistencia Pública do Porto.

1º Um padrão com haste, crucifixo e imagem de S.Nicolau, tudo de prata e com a designação gravada na parte inferior da cruz: Almas da freguezia de Aguas Santas = 1881 = sendo tesoureiro J.S.Cavadas. Estes objectos acham-se em mau estado, faltando-lhe o cravo da mão direita do crucifixo e uma pequena extremidade d'um raio;

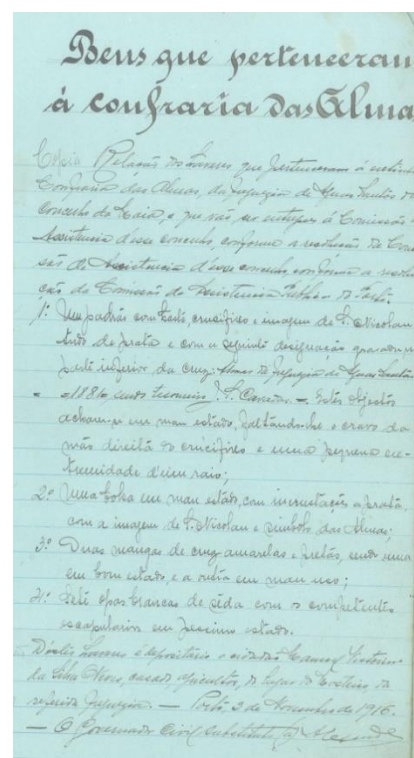
2º Uma bolsa em mau estado, com incrustações a prata, com imagem de S.Nicolau e simbolo das Almas;

Duas mangas de cruz amarelas e pretas, sendo uma em bom estado, e a outra em mau uso;

Sete opas brancas de seda com os competentes escapularios em pessimo estado.

D'estes haveres é depositario o cidadão Manuel Victorino da Silva Neves, casado, agricultor, do lugar do Mosteiro, da referida freguezia. – Porto, 3 de Novembro de 1916.

- O Governador Civil Substituto



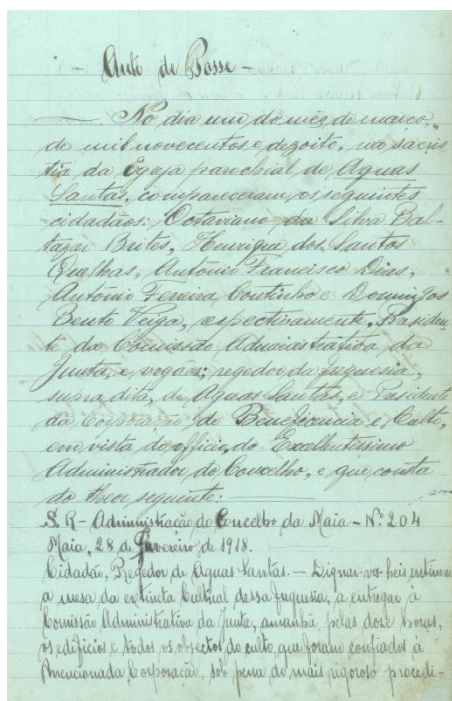
3. Auto de Posse

No dia um do mês de Março de mil novecentos e dezoito, na sacristia da Igreja parochial de Aguas Santas, compareceram os seguintes cidadãos: Octaviano da Silva Baltazar Brites, Henrique dos Santos Quelhas, António Francisco Dias, António Ferreira Coutinho e Domingos Bento Veiga, respectivamente, presidente da Comissão Administrativa da Junta, e vogaes; regedor da freguesia, supra dita, de Aguas Santas, e Presidente da Corporação de Beneficiencia e Culto, em vista do officio, do Excellentissimo Administrador do Concelho, e que consta do theor seguinte:

S.R – Administração do Concelho da Maia – nº204

Maia, 28 de Fevereiro de 1918

² As palavras ilegíveis colocaram-se entre parêntesis retos.



Cidadão, Regedor de Aguas Santas. – Dignar-vos-heis intimar a mesa da extincta cultural dessa freguesia, a entregar à Comissão Administrativa da Junta, amanhã pelas doze horas, os edificios e todos os objectos do culto, que foram confiados à mencionada Corporação, sob pena do mais rigoroso procedimento. Saude, Fraternidade. O Administrador (a)

Antonio Ferreira Pinto, afim de tomar posse dos edificios e todos os objectos do culto, achando-se tudo na melhor ordem e boa disposição, excepto o altar de Nossa Senhora das Dôres, cuja cupula havia desabado, sendo todos unanimes em que esse desabamento foi motivado pela deterioração. E nada mais havendo a tratar, do se lavrou o presente auto, que depois de lido em voz alta, por todos vai ser assignado para os effeitos legais.

Octaviano da Silva Balthazar Brites

Henrique dos Santos Quelhas

Antonio Francisco Dias

Antonio Ferreira Coutinho

Domingos Bento Veiga

BIBLIOGRAFIA:

- Araújo, Ana Cristina – *A morte em Lisboa, atitudes e representações: 1700-1830*, Lisboa: Notícias Editorial, 1990
- Beirante, Ângela – *Confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1990
- Castro, Zília Osório de; Lerou, Paule, dir. – *Piedade Popular em Portugal*, T.1-Noroeste, Lisboa/Paris, 1998
- Gomes, J. Pinharanda – “Confrarias, Misericórdias, Ordens Terceiras, Obras Pias e outras associações de fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX”. *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8,1996
- José Leite, S.J., Org.de Santos de cada dia III, Editorial A.O. Braga, 3ªedição, 1994
- Oliveira, António de Sousa – “A Igreja de Águas Santas, templo de duas naves e testemunho da arte medieval no alfoz do grande Porto”. In *O Tripeiro*, Série Nova, ano VI, nº1,2 , Jan-Fev 1987
- Penteado, Pedro “Confrarias portuguesas na época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 7, 1995
- Penteado, Pedro – “Confrarias”. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos de Azevedo, Lisboa:, Círculo de leitores, 2001, vol.A-C
- Simão, Ana Catarina Gomes “A confraternidade do Porto moderno – confraternidade corporativa um caso singular”, *Maia, História Regional e Local, Actas do Congresso*, vol. II, C.M.Maia, 1ª Edição, 1999
- “Memórias Paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758. Santa Maria de Águas Santas”, *O Tripeiro*, nº 1, 1967, pág. 24-25
- “Monumentos Românicos, a Igreja de Águas Santas no concelho da Maia”, *O Tripeiro*, ano 1, nº1,2, Maio 1945.

De 25 a 29 de março de 1809, a segunda invasão francesa e os registos paroquiais de óbitos¹

André Tomé Ribeiro*

Resumo: neste texto procuramos realizar uma avaliação sobre o impacto que a Batalha do Porto, e as movimentações militares preliminares, tiveram na população paisana que habitava no interflúvio entre o Douro e Ave. Para tal foram consultados os registos paroquiais de óbitos ocorridos entre os dias 25 e 29 de março de 1809, e a sua georreferenciação através de um Sistema de Informação Geográfica.

Palavras-chave: Invasões francesas, óbitos, registos paroquiais, Terra da Maia.

Abstract: In this text, we attempt to evaluate the impact of the Battle of Oporto and the preliminary military movements on the civilian population living in the inter-river between the Douro and Ave. For this purpose, we used as a research basis the parish records of deaths occurred between 25 and March 29, 1809, and its geo-referencing through a Geographic Information System.

Keywords: Second French invasion, Barca da Trofa, Battle of Oporto, parish records of deaths, municipality of Maia, geographic information system.

Freguesia de Milheirós

“Outr’ora tinha a igreja, na capela mór pendente uma rica alampada de prata, bem como havia um pallio, com varas de prata, o que todo foi roubado pelos francezes, que em 1807 invadiram Portugal sob o comando do general Junot. (...) A alampada de prata foi collocada no anno de 1758, sendo o seu custo de 80.000 réis, que para este fim deixou em testamento Sebastião Ferreira (...)”².

Freguesia de Gueifães.

Da passagem do exército francês pela freguesia de Gueifães conta-se a estória que durante o saque realizado na Quinta de Gueifães os franceses roubaram diversas cabeças de gado entre as quais duas jumentas. Passado algum tempo, durante a madrugada, os donos da Quinta ouviram restolho junto à porta de entrada, sendo surpreendidos com o regresso dos dois animais que carregavam nos alforjes diversos objetos de prata. A partir de então passou-se a dizer que naquela quinta havia muito ouro e prata escondida³.

Freguesia de Barca.

Nesta freguesia contava-se a estória que existiu uma pastora que, perante a proximidade do exército francês do Monte de Santa Cruz, colocou em cada chifre dos animais uma vela. Durante a noite e perante tal luminosidade os franceses, julgando tratar-se de um grupo de defensores armados, evitaram passar neste lugar.

* Câmara Municipal da Maia – Gabinete de Arqueologia

¹ Este texto corresponde ao conteúdo de uma comunicação por nós apresentada no seminário “As Invasões Francesas na cidade do Porto”, no Forte S. João Baptista, na Foz, Porto, a 18 de novembro de 2016. Organizado pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, com o apoio do Instituto da Defesa Nacional e da União das Juntas de Freguesia de Nevogilde, Foz e Aldoar.

² Acontecimento, relatado pelo Padre João Vieira Neves da Cruz em 1868, relaciona-se com ocupação da cidade do Porto pelas tropas franco-espanholas, entre dezembro de 1807 e outubro de 1808, durante a primeira invasão francesa do território nacional. Esta invasão é caracterizada pela sua pacificidade. Cruz, P. João Vieira da Cruz- *Descrição topográfica e histórica da freguesia de S. Tiago de Milheirós, concelho da Maia Bispo do Porto*. Estudos sobre a Terra da Maia, I, Câmara Municipal da Maia, 1969. p. 44.

³ Existe um registo de uma estória idêntica para a casa do Gil Preto, Reguenga, Santo Tirso. Adaptado do sítio da internet da Junta de freguesia de Gueifães, http://www.freguesias.pt/portal/lendas_freguesia.php?cod=130606, (consultado a 9-12-2016).

1. Objetivo

Este trabalho procura realizar uma aproximação ao impacto da segunda invasão francesa na população civil.

As invasões francesas do território nacional tiveram repercussões nas populações locais. Muitas são as histórias referentes a saques, roubos e assassinatos; a sua avaliação, cerca de dois séculos passados, ainda se encontra apenas parcialmente realizada.

Como início da reflexão colocamos diversas questões: como é que concelho da Maia foi trespassado pela baioneta e cavalaria napoleónica no período compreendido entre os dias 25 a 29 de março de 1809? Que locais foram saqueados? Ocorreram execuções arbitrárias? Qual foi o grau de destruição na zona envolvente das estradas e caminhos utilizados pelas diversas colunas militares?

A posição geográfica limite da cidade do Porto, a produtividade da população e a existência de diversas companhias de ordenanças⁴, milícias e o povo com armas, eram aliciantes para o início de abordagem ao tema.

A complexidade da investigação obrigou-nos a circunscrever as nossas questões de partida. Procuramos então, através da cartografia da morte, avaliar o impacto da Batalha do Porto nas freguesias situadas na antiga divisão administrativa do concelho da Maia, Bouças e Vila do Conde. A única fonte documental utilizada foram os livros paroquiais de registos de óbitos depositados no Arquivo Distrital do Porto.

Temos a noção de que este trabalho não esgota o assunto. É apenas um caminho que pode tomar maior consistência através do cruzamento de outras fontes, ampliando assim o mapeamento histórico da Batalha do Porto.

2. Sobre a Guerra Peninsular, as invasões francesas.

As invasões francesas do território ibérico inserem-se numa série de acontecimentos político-militares pós-revolução francesa. Na batalha naval de Trafalgar, 21 de outubro de 1805, a esquadra franco-espanhola é derrotada e destruída pela inglesa. Napoleão perde a possibilidade de conquistar a Inglaterra por via marítima⁵.

No início do século XIX Portugal era uma potência colonial e detinha uma importante frota de navios militares e comerciais. A costa sul de Portugal continental permitia o controlo da entrada no mar mediterrâneo e as ilhas da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde facilitavam a navegação transatlântica⁶.

Os portos de mar portugueses eram importantes entrepostos comerciais de mercadorias vindas do Brasil e África com destino ao Reino Unido. Perante a impossibilidade bélica, Napoleão procurou então subjugar a Inglaterra através da guerra económica⁷.

Em 1807, procurando uma política de neutralidade, Portugal aceita o Bloqueio Continental, mas autoriza que cidadãos ingleses continuem a residir no país⁸.

⁴ Marques, José A – “Maia, Notas sobre as listas das companhias de ordenanças do concelho da Maia, freguesia de Vilar do Pinheiro (1764/1797)”. In *Maia – páginas de memória*, Cadernos do Mosteiro nº 2, Câmara Municipal da Maia. 2001.

⁵ Ribeiro, Jorge Martins- “A cidade do Porto e as invasões francesas (1807-1809)”. In, *Actas do IV congresso histórico de Guimarães. Do absolutismo ao liberalismo*. Vol II. Câmara Municipal de Guimarães. 2009. p.281.

⁶ Ribeiro, Jorge Martins – “The impact of the Peninsular War on the Portuguese civil population (1807-1809)”. In, *34th Congress of the International Commission of Military History, Acta*, Tomo I. Commissione Italiana di Storie Militare. Roma. 2009. pp. 255-256.

⁷ Ribeiro, J. M. o.c. p.281.

⁸ Silva, Francisco Ribeiro da – “Objectivos e aspectos estratégicos da invasão de Sout”. In *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto, III Série, vol.10 .2009, p.105.

É neste contexto que os exércitos franceses chegam a Portugal. O Tratado de Fontainebleau, assinado entre a França e Espanha a 29 de outubro de 1807, permitiu que o exército napoleónico invadisse Portugal por via terrestre. A 30 de novembro de 1807, Junot entra em Lisboa. O príncipe regente D. João retira a corte para o Brasil, numa frota composta por navios mercantes, apoiados pela armada portuguesa e por diversos navios ingleses. O Noroeste de Portugal é ocupado por forças espanholas, assim como o Alentejo e Algarve.

Estava instalado em Portugal um clima de instabilidade militar, social e política, provocada pelos avanços e derrotas do exército napoleónico no território peninsular.

O fim da aliança franco-espanhola, após o levantamento popular de Madrid a 2 de maio de 1808, e a presença de forças militares inglesas em Portugal, são alguns dos fatos que terminam com a 1ª Invasão Francesa. Após a assinatura da Convenção de Sintra, 30 de agosto de 1808, parte forças francesas e suíças capturadas abandonam Portugal a 15 de outubro de 1808, através da barra do Douro, em navios da armada inglesa⁹.

Com o objetivo de expulsar as tropas napoleónicas, que ainda se encontravam em Espanha, o exército inglês tenta desembarcar a 16 de janeiro de 1809 na Corunha. O fracasso desta operação militar implicou uma retirada do exército inglês para o território nacional¹⁰.

Napoleão, a 28 de janeiro de 1809, ordena ao Marechal Soult, a invasão de Portugal pelo litoral norte, a conquista da cidade do Porto a 5 de fevereiro e a de Lisboa a 16 do mesmo mês¹¹.

Soult, perante a impossibilidade, devido a diversos fatores, em utilizar o caminho pelo litoral, vê-se obrigado a entrar em Portugal por Chaves, que capitula a 12 de março. A cidade de Braga é conquistada a 20 de março¹².

Fica então aberto o caminho para a cidade do Porto.

3. A batalha do Porto e o impacto da guerra na população civil.

A 25 de março de 1809 o grosso do exército de napoleónico deixa Braga em direção ao Porto, nesse mesmo dia prepara-se para a travessia do rio Ave.

São então formadas 3 colunas com diferentes itinerários e objetivos estratégicos. A coluna da direita, comandadas pelos generais Franceschi¹³ e Mermet¹⁴, avança pela renovada estrada Guimarães-Porto. A 26 de março cruza, após forte resistência, o rio Vizela, na ponte de Negrelos¹⁵.

A coluna do centro, divisões dos generais La Houssaye De Ladorde e Merle compunham-se, respetivamente de : a 4ª divisão de Dragões, cavalaria pesada, era formada pelo 5º, 17º, 18º, 19º e 27º regimento de Dragões, cerca de 1900 cavalos; a 3ª divisão era composta pelo 17º regimento de infantaria ligeira e pelo 70º e 86º regimento de infantaria pesada, num total de 4000 homens; a 1ª divisão era composta pelo 2º e 4º regimento de infantaria ligeira, e pelo 15º e 36º regimento de

⁹ Serém, Maria do Carmo; Pereira, Gaspar Martins – “O Porto Oitocentista”. In *História do Porto*, direção de Luís A. Oliveira Ramos, 3ª edição. Porto Editora. Porto. p.454.

¹⁰ Silva, F. R., o.c. p.105

¹¹ *Idem*, *ibidem*.

¹² Silva, F. R., o.c. p.106.

¹³ Divisão de cavalaria ligeira era formada pelo 1º regimento de húsares, 22º regimento de caçadores, caçadores hannoverianos e o 8º regimento de dragões, cerca de 1000 cavalos. Dados de 15 de Fevereiro de 1809. Ver tabelas II e III em, Le Noble, Pierre - – *Memoires sur les opérations militaires des francais en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage, en 1809, sous le commandement du maréchal Soult, Duc de Dalmatie, avec un atlas militaire*. Chez Barrois L’Ainé, Libraire. Paris. 1821. pp. 352-354.

¹⁴ A 2ª divisão era composta em 15 de Fevereiro de 1809, pelo 31º e 47º regimento de infantaria ligeira, 122º regimento de linha, pelos 2º, 3º e 4º regimento Suíço. Num total de cerca de 4800 homens. c.f, Le Noble, o.c.

¹⁵ Azeredo, Carlos de – *As populações a Norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809*, Museu Militar do Porto, Porto, 1984. p 118.

infantaria de linha, num total de 6000 homens¹⁶. Utilizam a estrada Braga-Porto, com a intenção de cruzar o rio Ave na Barca da Trofa numa ponte militar. O combate, designado como Barca Trofa, ocorre entre os dias 25 e 26 de março. Perante bloqueio da travessia do Ave, na zona da Barca e na Langocinha, Soult opta pela ponte de Caniços em Rebordãos¹⁷. A conquista de uma das travessias do rio Ave pelas divisões de Franceschi e Mermet, e o ataque pela margem sul, num movimento militar do tipo pinça, provocou o recuo das forças portuguesas em direção ao Porto¹⁸. O controlo da estrada de Porto-Braga permitiu o reagrupamento das colunas da esquerda e central.

À direita, a divisão de Dragões comandada por Lorges, encontrava-se bloqueada, desde o dia 25, no lugar do Casal do Pedro, freguesia de São Simão da Junqueira, devido à resistência das defesas colocadas da ponte do Ave¹⁹. Soult envia em apoio a Lorges, pela margem sul do rio, o 27º regimento de Dragões, sob o comando do coronel Lallemand. Perante a ferocidade da defesa Lallemand é obrigado a retirar-se para Vairão. Durante a noite de 27 de março, esta posição é reforçada com infantaria, a ponte é desobstruída e reparada²⁰.

A coluna central, o grosso do exército, segue em direção ao Porto, pela Carriça, Ponte da Pedra, sobre o rio Leça, e São Mamede de Infesta, onde chega no dia 27.

Em São Mamede de Infesta é instalado o quartel-general francês. A 28 de março, pelo meio-dia, chega a 1ª Divisão e o Marechal Soult. É definida a estratégia do assalto, sendo as diversas divisões distribuídas pelas zonas de ataque. Tomar a Ponte das Barcas, sobre o rio Douro, era um dos principais objetivos militares, pois só assim era cortada a linha fuga das forças portuguesas²¹.

A coluna da direita terá estacionado, no dia 28 de março, nas imediações do Padrão da Légua, zona de um estratégico cruzamento viário das estradas para Vila do Conde, Barcelos, e de uma outra, que de São Mamede de Infesta se dirige para o litoral, por Aldoar e Ramalde. O controlo destas vias permitia a deslocação ao longo da linha da frente das divisões francesas em situações de defesa, apoio e ataque.

Um dos objetivos desta coluna era chegar rapidamente ao litoral, conquistar a fortificação de São João Batista, junto à foz do rio Douro, impossibilitar a aproximação da frota inglesa e controlar a estrada do Ouro.

A 29 de março é transmitida por Soult a ordem geral para o assalto. Após um ataque pelo centro, onde são tomadas as baterias localizadas na Água-Ardente, Santo António e São Francisco, a defesa fica partida em dois, permitindo o ataque pelos flancos²². No flanco direito, pelo poente, a divisão de Mermet, apoiada pela divisão de Lorges, cavalaria pesada, rompe facilmente as defesas da cidade. No ataque à zona oriental da cidade a situação não deve ter sido fácil conforme escreve Pierre Le Noble:

“La division de Mermet se estableció en el primeir descanso del alto, delante de San Mamed da Infesta, ordenándole el Mariscal que se apoderase de una posición muy próxima a la linea enemiga, a la que juzgava necessário ocupar. El 31º ligero expulso de alli al enemigo, quien era muy consciente de la importância de la posición ya que mantuvo el fuego sobre este corpo hasta

¹⁶ Dados de 15 de fevereiro de 1809. c.f, Le Noble, o.c.

¹⁷ Martins, Carlos Henrique Moura Rodrigues – *O programa de obras públicas para o território de Portugal Continental, 1789-1809, intenção política e razão técnica – o Porto do douro e a cidade do Porto*. Vol I, Tese de doutoramento, na especialidade de Teoria e História de Arquitetura. Universidade de Coimbra, Coimbra, maio de 2014. p.540.

¹⁸ Le Noble, Pierre – o.c.. p.156-157.

¹⁹ Também denominada de ponte de D. Zameiro.

²⁰ Le Noble, Pierre – o.c.. p.157.

²¹ Idem, *ibidem*. p.162.

²² Azeredo, Carlos de – *As populações a Norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809*, Museu Militar do Porto, Porto, 1984. p 129.

el fin de la batalla, el día 29²³”.

4. O itinerário do exército napoleónico e o impacto na população civil.

Durante a segunda invasão francesa o antigo território da Maia foi cruzado pelas diversas colunas do exército francês. Se o espelho do passado fosse possível poderíamos vê-las em muitos dos locais que cruzamos diariamente. Mas esta faculdade não nos é permitida, resta-nos apenas a história como instrumento da reconstrução de uma forma de sentir o passado.

Após a consulta de trabalhos realizados para outros locais sobre esta matéria, e de entre os quais destaco, os da autoria de Maria Antónia Lopes²⁴, o coordenado por Roberto Carlos em colaboração com Francisco Ribeiro da Silva²⁵, o de Miguel Portela²⁶ e o de Saul António Gomes²⁷, direccionamos a nossa investigação para uma abordagem diferente da aplicada na história militar.

A metodologia utilizada no trabalho integrou diversas fases.

Em primeiro lugar construímos uma cartografia dos itinerários, locais de confrontos e zonas de bivaque do exército francês no interflúvio do Ave e Douro. Para tal, foram utilizadas como bases de cartografia, as reproduzidas nos trabalhos de Pierre Le Noble²⁸, Plan de la bataille d’o Porto, de Charles Oman²⁹, Oporto. March –May 1809. Showing the portuguese lines, e no de Carlos de Azeredo³⁰, Dispositivo de Sout para a passagem do Ave e Defesas da cidade do Porto. A cartografia atual utilizada foi Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folhas nº 97, 109, 110 e 122.

Em seguida, consultamos todos os registos paroquiais de óbito ocorridos entre os dias 24 de março e o mês de junho de 1809³¹. A informação recolhida foi georreferenciada, tendo em consideração os descritores, naturalidade: concelho, freguesia, lugar; local de morte: freguesia, lugar e dia correspondente³².

Desta forma foi possível filtrar a informação com o objetivo de determinar quais os óbitos que ocorreram no corredor de passagem do exército francês, nas zonas envolventes onde esteve bivacado e nos locais de confrontos ou batalha.

²³ Le Noble, P., o.c., p. 135.

²⁴ Lopes, Maria Antónia - *Na rota da 3ª invasão francesa: o concelho de Mangualde e as suas vítimas*. Mangualde: Câmara Municipal, cop. 2011. Lopes, Maria Antónia - “Sofrimentos das populações na terceira invasão francesa. De Gouveia a Pombal”. In *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular* (volume III - 2010-2011), Lisboa/Parede, Exército Português/Tribuna da História, 2011, pp. 299-323..

²⁵ *Arrifana e as Invasões Francesas: colectânea de textos*. Coord. Roberto Carlos; colab. Francisco Ribeiro da Silva. Arrifana, Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, 2009.

²⁶ Portela, Miguel – “A terceira invasão francesa no norte do distrito de Leiria”. In *Caderno de Estudos Leirienses*, Caderno 2, coord. Saul António Gomes, Leiria, Textilviro, 2009.

²⁷ Oliveira, Samuel de Bastos - *Os mártires da 2ª Invasão Francesa entre Douro e Vouga*. Oliveira de Azeméis: Vila Nova de Gaia. Rocha - Artes Gráf. 2009

²⁸ Le Noble, Pierre – *Memorias de las operaciones militares de los franceses en Galicia, Portugal y el Valle del Tajo en 1809*. Trad. de Mark Guscín, La Coruña, Arenas Publicaciones, 2005. p.289.

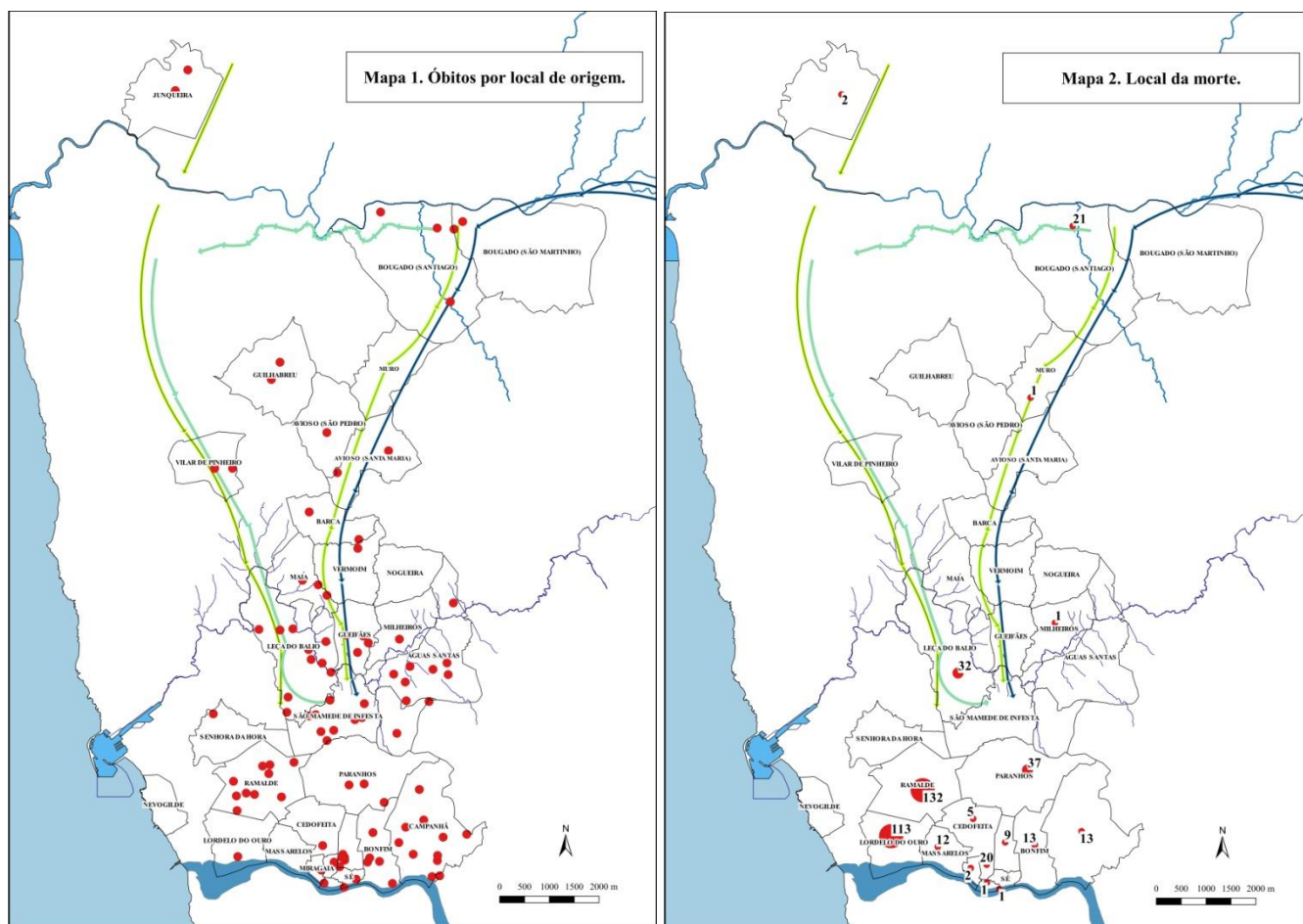
²⁹ Oman Charles – *A history of the Peninsular War*. Jan-Setp. 1809. From the battle of Corunna to the end of the Talavera Campaign. Vol II Oxford. Clarendon Press. 1903. p.249.

³⁰ Azeredo, Carlos de., o.c.

³¹ Foram consultados os registos de óbitos de 43 freguesias: Águas Santas, Aldoar, Alvarelhos, Avioso, (São Pedro), Avioso (Santa Maria), Barca, Barreiros, Bonfim, Bouças, Campanhã, Cedofeita, Custóias, Folgosa, Gemunde, Gião, Gueifães, Guilhabreu, Junqueira, Lavra, Leça do Balio, Lordelo do Ouro, Massarelos, Milheirós, Miragaia, Moreira da Maia, Muro, Nevogilde, Nogueira da Maia, Paranhos, Perafita, Ramalde, São Mamede de Infesta, São Pedro Fins, Santa Cruz do Bispo, Santo Ildefonso, São Martinho Bougado, São Nicolau, São Tiago de Bougado, Silva Escura, Vermoim, Vila Nova da Telha, Vilar do Pinheiro e Vitória.

³² Sobre a fonte documental utilizada ver anexo II.

O tratamento destes dados permitiu a construção de 2 mapas distintos, mas complementares³³.



No mapa 1, esquerda, encontram-se representados os lugares de proveniência dos indivíduos que morreram devido à da passagem ou confrontos com o exército francês. Comparando as representações do mapa 1 com o 2, onde se encontra representado o local de morte desses indivíduos, deparamos que estes apresentam uma maior concentração nas freguesias situadas na linha de defesa e dentro dos limites da cidade do Porto. As linhas de cor verde e azul representam o trajeto das colunas militares francesas até ao local de bivaque³⁴.

Devemos realçar que no mapa 2 existem casos a destacar. O primeiro é a freguesia da Junqueira³⁵, com o registo 2 mortes, Milheirós, 1, Leça do Balio, 32, e a freguesia do Muro, 1.

Da freguesia de Milheirós o único óbito é o de Francisco, enjeitado, solteiro, com cerca de 25 anos, no dia 12 de maio, morto a tiro pelos franceses no Monte Penedo. Desta freguesia morreram mais 5 indivíduos, todos do sexo masculino, 1 na defesa da Barca da Trofa, a 26 de março, e 4 em Paranhos, a 29 de março. O registo dos óbitos apenas foi realizado no mês de abril, sendo designado como local da morte a batalha do Porto ou na entrada do Porto pelos franceses. Todos foram

³³ Uma das dificuldades sentidas foi a identificação do lugar, em virtude da falta de estudos sobre microtoponímia.

³⁴ A leitura dos mapas 1 e 2 pode ser complementada com os dados apresentados no anexo 2, tabelas.

³⁵ A freguesia de São Simão das Junqueiras encontra-se fora da nossa área de estudo. Contudo foi aqui incluída pois no lugar do Casal do Pedro esteve estacionada a divisão do general Lorges, tendo-se dado combates na conquista da ponte do Ave. Os óbitos registados são de Custódio Lopes, casado, do lugar de Barros, que foi fuzilado, e de Antónia Lima, solteira, do lugar da Junqueira, e que a causa de morte foi atribuída “(...) à revolução dos franceses nesta freguesia (...)” (sic). Ambos foram sepultados no dia seguinte.

sepultados no local da morte.

Da freguesia de Leça do Balio, as 32 mortes registadas, merecem uma atenção particular³⁶. O assento do óbito refere que estes ocorram entre os dias 27 e 29 de março, devido à invasão francesa do país. Estes são registados sob a forma de listagem de nomes, organizada por lugares, não especificando o dia. Este dado não nos permite diferenciar os do dia 29, o dia da batalha, dos ocorridos nos dias 27 e 28, talvez devido a ações de saque, retaliação etc.

Os locais de morte são, contudo, estratégicos. De Goimil, morreram 2 homens, de Gestal, 1, ambos os lugares são próximos de pontes de travessia do rio Leça. Em Recarei e Monte da Légua, local onde terá bivacado a divisão de dragões comandadas pelo General Lorges, morreu 1 mulher, um menor³⁷ e 5 homens. Da freguesia de São Mamede de Infesta, local do quartel-general das forças francesas, as 16 mortes ocorrem fora freguesia, mais precisamente nas de Ramalde, Lordelo do Ouro, Cedofeita e Paranhos, todas situadas na linha de defesa e combate.

As 13 mortes dos lugares de Santeiro, Pintas e Gaio³⁸ poderão estar relacionadas com pilhagens de produtos alimentares perpetrados pelo movimento da coluna central. Outra hipótese a considerar poderá estar relacionada com uma ação popular de defesa da passagem da Ponte da Pedra. Do lugar de Santeiro são mortos 10 indivíduos, dos quais 3 são mulheres, havendo inclusive uma ligação direta de parentesco³⁹.

Interessante é o caso da freguesia de Gueifães, que confronta com os lugares acima referidos, onde todos os óbitos declarados são de homens que morreram na entrada dos franceses no Porto, não sabendo onde foram enterrados.

Da freguesia de Águas Santas⁴⁰, que na altura incluía o lugar de Pedrouços, são registados, a 29 de março, 27 mortos, todas de indivíduos do sexo masculino, 26 dos quais casados⁴¹. Das aldeias de Ardegães, Castelo, Picua, Brazoleiro e Real morreram em cada uma delas, apenas 1 indivíduo do sexo masculino. Das aldeias da Maia e de Parada, 2, nas de Pedrouços e Paço, 6, de Sangemil, 5. O único indivíduo do sexo feminino registado em Águas Santas é Maria Ferreira dos Santos, casada, da aldeia do Paço. Todos eles morreram na cidade do Porto. Desconhece-se o local onde foram sepultados, o que não permite determinar o setor em que combateram.

Da paróquia de Barreiros, depois freguesia da Maia, encontram-se registados 8 mortos. Destes, 7 morreram na defesa da Barca da Trofa, dia 26 de março, e 1 no Porto, a 29 de março. Quatro eram moradores no lugar do Viso, 2 eram dos lugares de Catassol e da Estrada, e 1 do lugar da Carriça. Na Barca da Trofa morreram, Manuel da Silva, conhecido pelo Manuel das Ovelhas, José de Sousa Pereira, caseiro da casa do Cónego Pinheiro e António José, conhecido pelo palhoceiro⁴². Sobre Francisco José de Sousa, é referido que consta que morreu com um tiro dos franceses na barca da Trofa, pertencia regimento do Porto como soldado de linha. António José, de Catassol, era conhecido como o da casa das tábuas tendeira. No Porto, na porta de Gonçalo Cristóvão, no Bonjardim, morreu António Alvarez do Rosário, pedreiro de profissão.

³⁶ Esta freguesia é a única das consultadas onde foi registada a morte de 3 menores, 2 do sexo feminino e um masculino, um no lugar do Gaio, junto à Ponte da Pedra, e os outros na zona do Araújo e Monte da Légua.

³⁷ José, menor, filho de Manuel Gomes Freire, do lugar do Monte da Légua, ambos mortos.

³⁸ Maria, menor, filha de Feliciano José Barbosa.

³⁹ Domingos e a sua mãe Custódia Maria, são ambos mortos.

⁴⁰ O registo de óbito da paróquia de Águas Santas terá sido realizado entre os dias 30 de abril e 2 de junho. A causa da morte é assinalada é na entrada dos franceses na cidade do Porto no tempo do combate falecerão as pessoas seguintes.

⁴¹ Esta freguesia é a do atual concelho da Maia que regista maior número de mortos.

⁴² Palhoceiro é aquele que faz capas de palha.

O registo de Barreiros é único dos consultados em que é referida a tragédia da Ponte das Barcas, *no dia 29 de Março mês e época; infausta catástrofe lá na ponte do Douro sucedida*⁴³.

De Vermoim apenas existe o registo de Rosa Azevedo, solteira, que segundo um testemunho ocular, foi morta a tiro, no dia 29 de março, num local próximo das trincheiras do Porto. Da freguesia de Barca morreram 3 indivíduos do sexo masculino. António Moreira da Silva, com 22 anos de idade, José, filho de Manuel António Duarte, ambos do lugar de Mandim, foram mortos nas trincheiras e sepultados no local. Damião da Costa Lopes, com 59 anos de idade, do lugar do Paiço, foi morto no Porto.

De Avioso, São Pedro, morreu Capitão José Oliveira Maia, na barca da Trofa, a 25 de outubro. O óbito refere que foi despedaçado pelos franceses. Foi sepultado no jazigo da família na igreja da paróquia no dia 27 de março.

De Avioso, Santa Maria, encontram-se registados dois óbitos, um a 25 de março, de Manuel Francisco Duarte, solteiro, 45 anos de idade, do lugar do Castêlo, morto no Monte de São Pantaleão, onde foi sepultado, e o de Manuel Jorge Piloto de Sousa, casado, 48 anos, de Cidadelhe, morto num reduto na cidade do Porto. Os registos dos óbitos da freguesia de Avioso, Santa Maria, foram efetuados entre os dias 30 de maio e 25 de junho.

As freguesias de Moreira da Maia, Vila Nova da Telha, Nogueira da Maia são omissas neste texto devido à inexistência de obituários para o ano de 1809. Em São Pedro Fins, Folgosa, Gemunde e Silva Escura não foram registados óbitos atribuídos ao conflito.

Do atual território do concelho da Maia morreram 55 indivíduos, 3 dos quais do sexo feminino.

As freguesias de Ramalde e Lordelo do Ouro foram aquelas que apresentaram valores mais elevados, 237 indivíduos, 10 dos quais do sexo feminino⁴⁴. Nestes números incluímos os combatentes de outras freguesias que lá morreram, 10 eram provenientes de São Mamede de Infesta, 5 de Miragaia e 2 de Guilhabreu, Vila do Conde.

Sobre as freguesias que integram a cidade do Porto os dados são desconcertantes. Os registos paroquiais não materializam a chacina provocada pelo exército francês na entrada da cidade. Apenas foram contabilizadas 54 mortes. Estamos conscientes que os acontecimentos dentro dos limites da cidade do Porto merecem uma abordagem mais específica que obriga a consulta de outros fundos documentais. Mesmo assim deixamos esta referência.

Da freguesia do Bonfim, morreram 13 indivíduos, de Campanhã, 15, Cedofeita, 2, Massarelos, 10, Miragaia 8, Nevogilde, 2, Paranhos, 3, São Nicolau, 1. Da freguesia da Vitória morreram 43 indivíduos, 17 eram locais, 23 eram soldados portugueses que morreram no Hospital Militar e 3 franceses. Jacques Phillipe Brun, de 50 anos, chefe de batalhão do Estado-maior General, ajudante de Campo do General em Chefe⁴⁵, morreu na casa do Chanceler da Relação do Porto, a 7 de abril, na rua das Taipas, Gratiano Pierre Alexis, de 45 anos, capitão, morreu a 29 de março, foram ambos sepultados na Sé Catedral do Porto. Um furiel francês, de 24 anos, natural do Cantão de Niwald, Suíça, que deveria pertencer à 2ª Divisão de Infantaria do 2º, 3º ou 4º regimento Suíço, comandado pelo General Mermet⁴⁶, morreu a 7 de abril, no Hospital Militar, tendo sido sepultado na igreja da Vitória.

⁴³ ADP: PT/ADPRT/PRQ/PMAI07/003/0002_m00647.

⁴⁴ De Ramalde morreram 100 indivíduos e de Lordelo do Ouro 120.

⁴⁵ Le Noble, Pierre – *Mémoires sur les opérations militaires des français en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage, en 1809, sous le commandement du maréchal Soult, Duc de Dalmatie, avec un atlas militaire*. Chez Barrois L'Ainé, Libraire. Paris. 1821. p. 349

⁴⁶ Idem, *ibidem*. p. 351

5. Considerações finais.

Os 447 óbitos atribuídos ao conflito armado resultante da segunda invasão francesa, apesar para a sua elevada expressão, não são nem de perto, um valor que se aproxima daqueles apontados pela bibliografia.

Para evitar sublevações populares, por questão de saúde pública, tal deveria ter sido o número de cadáveres, foram proibidos pelos vencedores cerimónias religiosas fúnebres⁴⁷. Os registos paroquiais de óbito foram na maioria dos casos efetuados passado algum tempo chegando, em determinados casos, a atingir os 2 meses.

Deveria ser extremamente difícil determinar, devido à ausência de identificação, quem eram os mortos e qual o seu lugar de origem. As sepulturas eram abertas no local da morte, talvez até em valas comuns.

Os registos que nos chegaram através dos obituários paroquiais são apenas daqueles que foram comunicados pelas famílias ou por testemunhos, devido entre outras causas, a razões legais, a encomendação de alma, ou pelos inquéritos efetuados pelos párocos locais. Todos os outros que poderão ter morrido são no verdadeiro sentido do termo soldados desconhecidos.

Se para as freguesias limítrofes da cidade, os dados podem corresponder a uma mostragem com maior realismo, devido à proximidade e conhecimento de quem partiu e não voltou, para a cidade do Porto a situação é mais complicada. As mortes registadas na cidade e nas freguesias situadas nas linhas de defesa não devem corresponder ao que de fato terá ocorrido. Veja-se o caso da tragédia da Ponte das Barcas que não apresenta qualquer tipo de relevo nos registos paroquiais de óbito.

Sobre as questões colocadas no início, não podemos avançar com respostas, mas apenas com hipóteses mais sólidas. Entre o rio Ave e a cidade do Porto o exército francês fez uma guerra relâmpago, apenas nas zonas onde estacionou é que terão sucedido conflitos abertos com os paisanos. Em nossa opinião entre a zona do lugar da Santana e a estrada de Barcelos, freguesia de Leça do Balio, deverá ter sido instalado um clima de guerra para que a população local não atacasse, através de guerrilha, as diferentes divisões francesas estacionadas. Fato que poderá ser fundamentado pelas mortes ocorridas nesses locais.

A história da Batalha do Porto pode e deve ser incorporada na história dos lugares onde esta ocorreu. Dando-lhe assim uma visão mais “humana”. Se a tragédia da Ponte das Barcas, ainda hoje é recordada, porquê esquecer os outros locais de conflito, como Ramalde, Lordelo do Ouro ou Santeiro. Como terá sido a partida para a linha da frente dos homens de Águas Santas?

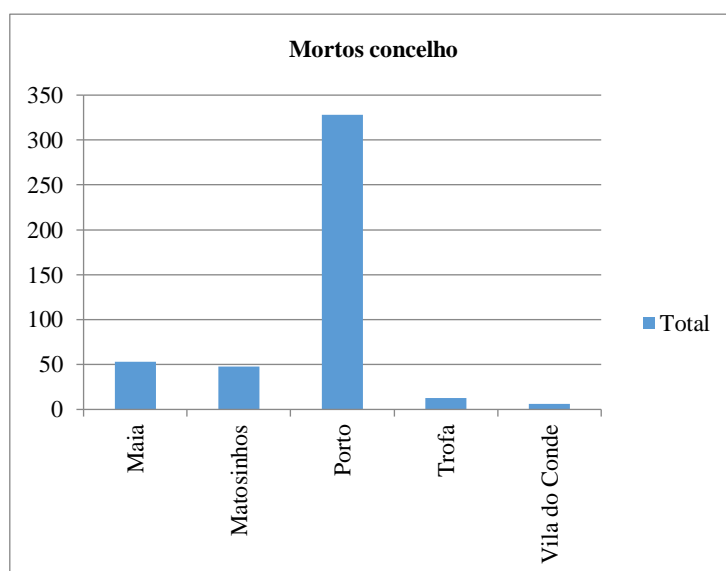
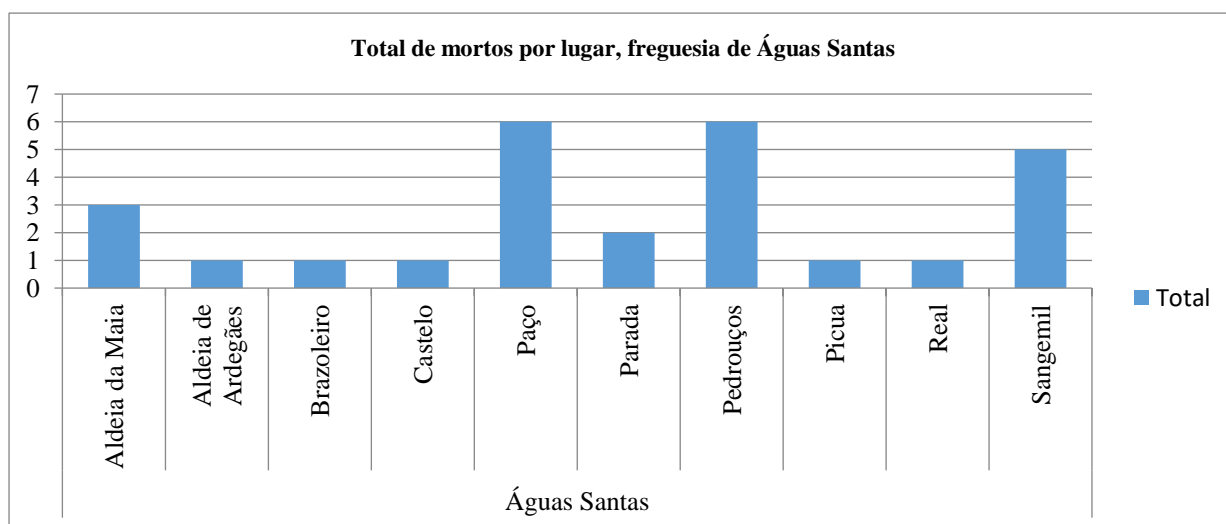
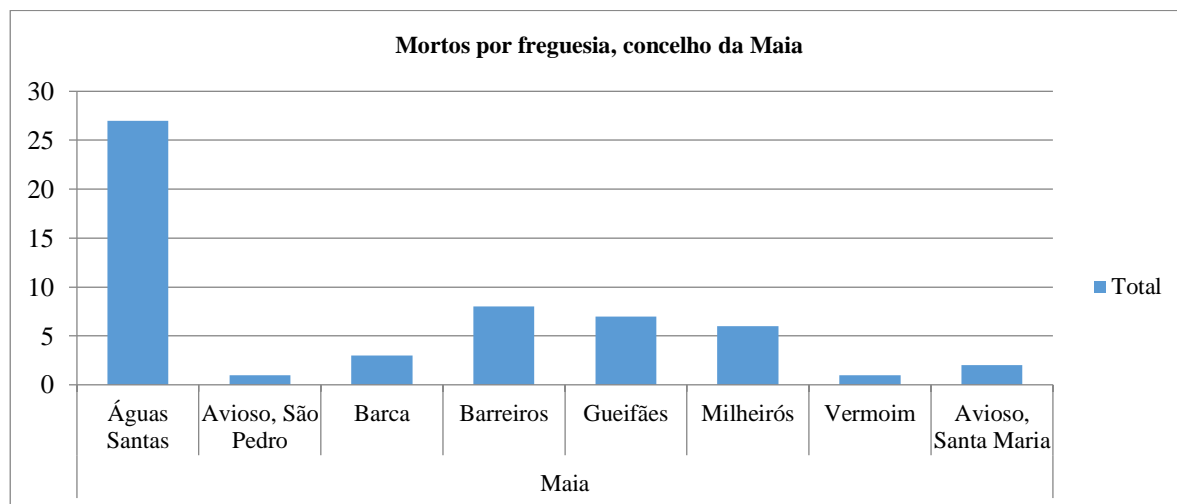
Carlos de Azeredo refere que as tropas da linha de defesa eram cerca de 6366 homens, a que se somava cerca de 3000 de milícias, 10.000 de ordenanças, num total de cerca de 20.000 homens⁴⁸. Estes números deveriam ser, contudo superiores, pois nunca poderemos contabilizar aqueles que ocorreram de livre vontade à defesa da cidade. É muita gente para tão “poucos” mortos. Do lado francês, segundo Pierre Le Noble, foram contabilizados 80 mortos e 450 feridos⁴⁹.

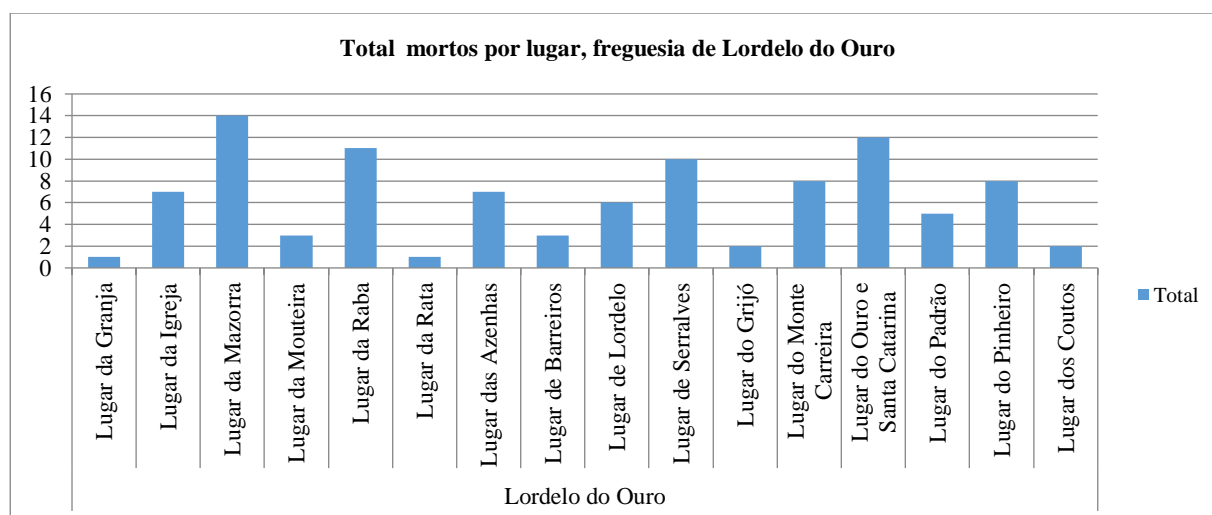
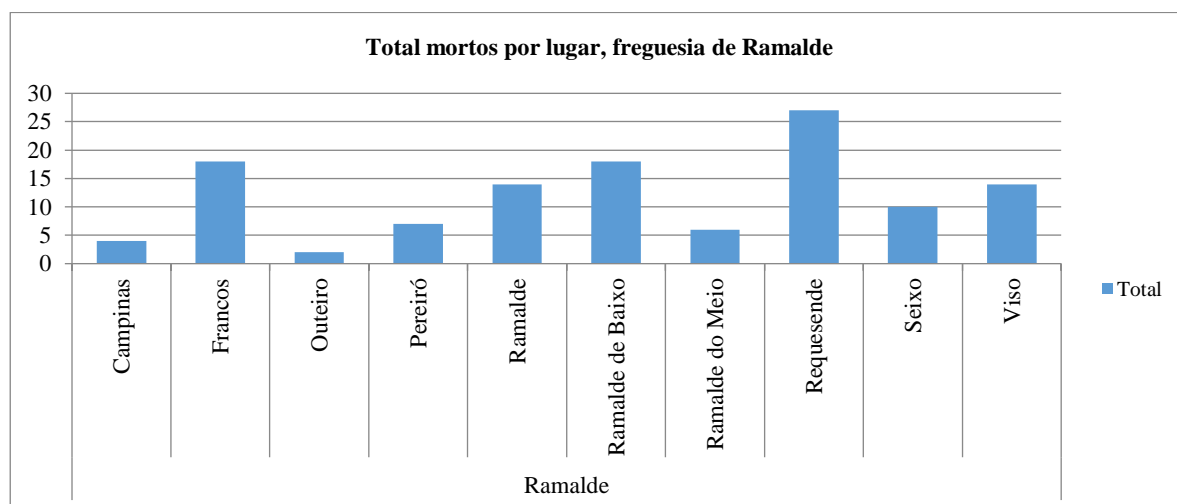
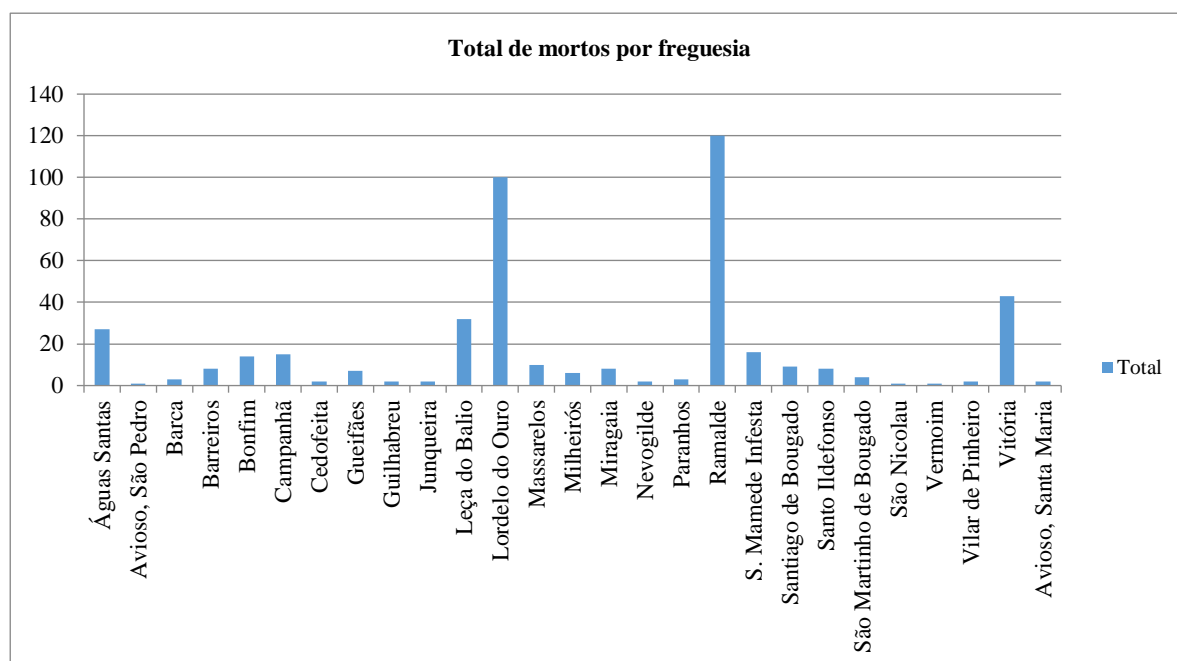
Esta reflexão trouxe para o presente a memória daqueles que morreram na defesa da sua terra invadida por um exército estrangeiro, composto por experientes soldados oriundos de diversos pontos da Europa. A sua continuidade é por isso premente.

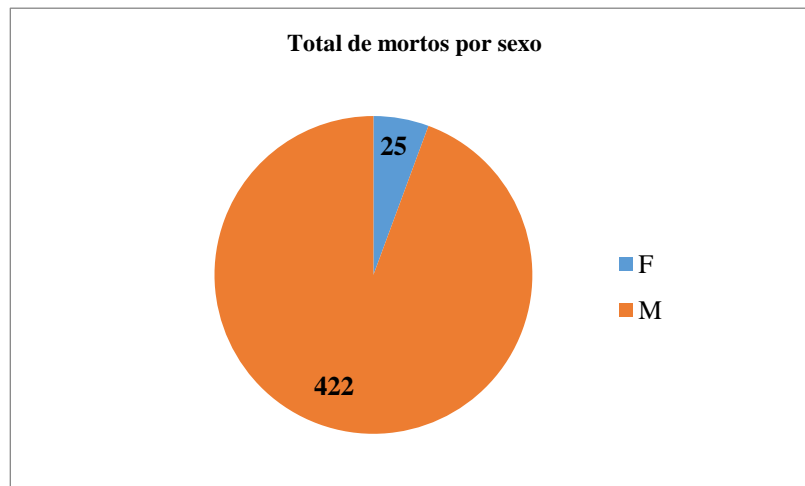
⁴⁷ Veja-se a descrição do pároco de Lordelo do Ouro, “todos foram sepultados pelos campos e caminhos desta minha freguesia, por ordem do governo francês, então dominante; achei serem os seguintes”: ADP, PT/ADPRT/PRQ/PPRT06/003/0006_m0089.

⁴⁸ Azeredo, Carlos de – o.c., p. 120

⁴⁹ Silva, Francisco Ribeiro da – “Objectivos e aspectos estratégicos da invasão de Soult”, in *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto, III Série, vol.10 .2009, p. 107

Anexo 1. Gráficos.





Anexo 2. Tabelas.

Inventário dos óbitos registados, nos atuais concelhos da Maia, Trofa, Vila do Conde e Matosinhos. Os dados referentes às freguesias da cidade do Porto não se encontram representados devido à extensão da listagem. [Consulta entre 1-out -2016 e 10-dez-2016]. Disponível WWW em URL: <http://pesquisa.adporto.pt/asearch>.

ID	Concelho	Freguesia	Lugar	Nome	Sexo	Estado civil	Idade	Profissão	Local da morte	Dia morte	Local sepultura	Fonte: Arquivo Distrital do Porto: código de referência_ imagem.
1	Maia	Águas Santas	Aldeia de Ardegães	António Vale	M	Solteiro			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
2	Maia	Águas Santas	Aldeia da Maia	Manuel Ferreira da Silva Barros	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
3	Maia	Águas Santas	Aldeia da Maia	José Moreira Alfaiate	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
4	Maia	Águas Santas	Aldeia da Maia	José	M	Solteiro			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
5	Maia	Águas Santas	Castelo	Manuel de Sousa	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
6	Maia	Águas Santas	Picua	António Ferreira dos Santos	M	Viúvo			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
7	Maia	Águas Santas	Brazoleiro	João da Cunha	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
8	Maia	Águas Santas	Pedrouços	Manuel Gomes da Gesta	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
9	Maia	Águas Santas	Pedrouços	Carlos Pereira	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
10	Maia	Águas Santas	Pedrouços	Manuel Tomás	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
11	Maia	Águas Santas	Pedrouços	Manuel Ferreira da Silva	M	Viúvo			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
12	Maia	Águas Santas	Pedrouços	António Francisco	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
13	Maia	Águas Santas	Pedrouços	Manuel da Silva	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
14	Maia	Águas Santas	Sangemil	António Francisco	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
15	Maia	Águas Santas	Sangemil	António	M				Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
16	Maia	Águas Santas	Sangemil	Joaquim	M	Solteiro			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
17	Maia	Águas Santas	Sangemil	Manuel Tomás	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
18	Maia	Águas Santas	Sangemil	Manuel dos Santos	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
19	Maia	Águas Santas	Paço	Custódio Ferreira Barbosa	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
20	Maia	Águas Santas	Paço	José Moreira	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
21	Maia	Águas Santas	Paço	Bento Alves	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
22	Maia	Águas Santas	Paço	Maria Rosa da Silva	F	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
23	Maia	Águas Santas	Paço	Custódio da Silva Moura	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107

24	Maia	Águas Santas	Paço	Manuel Ferreira dos Santos	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
25	Maia	Águas Santas	Parada	José da Silva Neves	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
26	Maia	Águas Santas	Parada	Francisco dos Santos	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
27	Maia	Águas Santas	Real	António Ferreira dos Santos	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
28	Maia	Avioso, São Pedro		Capitão José Oliveira Maia	M	Sem dados			Santiago de Bougado	25 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
29	Maia	Barca	Mandim	António Moreira da Silva	M	Sem dados	22		Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
30	Maia	Barca	Paço	Damião da Costa Lopes	M	Sem dados	59		Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
452	Maia	Barca	Mandim	José, filho de António Duarte					Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
31	Maia	Gueifães	Munique	António Gonçalves	M	Viúvo			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
32	Maia	Gueifães	Munique	Custódia Maria	F	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
33	Maia	Gueifães	Gueifães de Baixo	José Pereira serrão	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
34	Maia	Gueifães	Aldeia do Arco	Basílio de Sousa	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
35	Maia	Gueifães	Enxinhães	Domingos	M	Solteiro			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
36	Maia	Gueifães	Aldeia da Igreja	Domingos da Silva	M	Casado			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
37	Maia	Gueifães		Manuel José	M				Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
38	Maia	Milheirós		José Luis Braga	M	Casado	40		Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
39	Maia	Milheirós		António Ferreira Vendeira	M	Casado	50		Porto	28 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
40	Maia	Milheirós		Feliciano	M	Casado	35		Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
41	Maia	Milheirós		António Martins	M	Casado	30		Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
42	Maia	Milheirós		José da Silva	M	Casado	40		Porto	30 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
43	Maia	Milheirós		Francisco	M		28		Milheirós	12 de Maio	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
44	Maia	Vermoim		Rosa de Azevedo	F	Solteiro			Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
313	Maia	Barreiros		Francisco José de Sousa	M				Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
314	Maia	Barreiros	Estrada	António José o Palhoceiro	M				Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
315	Maia	Barreiros	Catassol	António José	M				Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
316	Maia	Barreiros	Viso	Diogo José	M				Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
317	Maia	Barreiros	Viso	José de Sousa Pereira	M			Caseiro	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
318	Maia	Barreiros	Viso	Manuel da Silva Pereira	M				Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
319	Maia	Barreiros	Viso	Filho de Manuel	M				Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
320	Maia	Barreiros	Cariça	António Alvarez do Rosário	M			Pedreiro	Porto	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMIAI 01/003/0008_m0107
455	Maia	Avioso, Santa Maria	Castêlo	Manuel Francisco Duarte	M	45			Monte de São Pantaleão	25 de Março	Sepultado no local	E/12/5/3-10.1
456	Maia	Avioso, Santa Maria	Cidadelhe	Manuel Jorge Piloto Sousa	M	48			Porto	26 de Março	S/R	E/12/5/3-10.1

ID	Concelho	Freguesia	Lugar	Nome	Sexo	Estado civil	Idade	Local da morte	Dia	Local sepultura	Fonte: Arquivo Distrital do Porto: código de referência_ imagem	Obs.
342	Trofa	Santiago de Bougado	Lagoa	Domingos António Moreira	M		60	Santiago de Bougado	26 de Março	Adro da Igreja	PT/ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1179	Foi sepultado no adro devido ao medo de abrir a porta da igreja
343	Trofa	Santiago de Bougado	Lagoa	Custódio José da Costa	M		50	Santiago de Bougado	26 de Março	Adro da Igreja	PT/ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1180	

344	Trofa	Santiago de Bougado	Lagoa	Manuel Lopes da Silva	M		49	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1180	
345	Trofa	Santiago de Bougado	Lagoa	Manuel Cruz Maia	M		47	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1180	
346	Trofa	Santiago de Bougado	Lagoa	José Pereira	M		53	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1180	
347	Trofa	Santiago de Bougado	Cedões	Manuel	M	Solteiro	20	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1180	
348	Trofa	Santiago de Bougado	Bairros	José Moreira	M		66	Santiago de Bougado	26 de Março	Igreja de Macieira	PT/ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1180	
349	Trofa	Santiago de Bougado	Lagoa	Mariana Francisca	F	Viúvo	70	Santiago de Bougado	1 de Abril	S/R	PT-ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1180	Morreu por perseguição
350	Trofa	São Martinho de Bougado	Finzes	Domingos Costa	M	Solteiro	60	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PSTS25/003/0004_m1057	
351	Trofa	São Martinho de Bougado	Finzes	Custódio de Azevedo	M		70	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PSTS25/003/0004_m1057	
352	Trofa	São Martinho de Bougado	Finzes	António da Costa Ramalha	M		68	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PSTS25/003/0004_m1057	
353	Trofa	São Martinho de Bougado	Padrão	Maria da Costa a Vermelha	F	Viúvo	70	Santiago de Bougado	26 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PSTS25/003/0004_m1057	Morta a tiro
445	Trofa	Santiago de Bougado	Lagoa	Egídio José Costa	M	Casado	50	Santiago de Bougado	26 de Março	Adro da Igreja	PT/ADPRT/PRQ/PSTS21/003/0005_m1180	

ID	Concelho	Freguesia	Lugar	Nome	Sexo	Estado civil	Idade	Profissão	Local da morte	Dia	Local sepultura	Fonte: Arquivo Distrital do Porto: código de referência_imagem	OBS
381	Vila do Conde	Junqueira	Barros	Custódio Lopes	M	Casado			Junqueira	27 de Março		PT/ADPRT/PRQ/PVCD12/003/0011_m0251	Foi fuzilado
382	Vila do Conde	Junqueira	São Mamede da Junqueira	Antónia Lima	F	Solteiro			Junqueira	27 de Março		PT/ADPRT/PRQ/PVCD12/003/0011_m0251	
383	Vila do Conde	Guilhabreu		António Francisco Silva	M	Casado	50		Lordelo do Ouro	29 de Março	Na casa de António Farinheiro	PT/ADPRT/PRQ/PVCD11/003/0005_m0955	Chacina do pelos franceses
384	Vila do Conde	Guilhabreu	Vila Boa	José Ramos de Oliveira	M	Casado	50		Lordelo do Ouro	29 de Março	Sítio da Mazorra	PT/ADPRT/PRQ/PVCD11/003/0005_m0955	Chacina do pelos franceses
385	Vila do Conde	Vilar de Pinheiro	Povoa	José Dias Moreira	M				Porto	29 de Março		PT/ADPRT/PRQ/PVCD30/003/0004_m0856	Morto a tiro
386	Vila do Conde	Vilar de Pinheiro	Venda	Bernardo José Gomes	M	Casado			Miragaia	29 de Março	Miragaia		

ID	Concelho	Freguesia	Lugar	Nome	Sexo	Estado civil	Idade	Local da morte	Dia	Dia 2	Local sepultura	Fonte: Arquivo Distrital do Porto: código de referência_imagem
45	Matosinhos	Leça do Balio	Monte da Légua	António Francisco	M	Casado		Leça do Balio	27 de Março	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04/003/0020_m00039
46	Matosinhos	Leça do Balio	Monte da Légua	Manuel José Gueifos	M	Casado		Leça do Balio	27 de Março	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04/003/0020_m00039
47	Matosinhos	Leça do Balio	Monte da Légua	Domingos Francisco	M	Casado		Leça do Balio	27 de Março	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04/003/0020_m00039

48	Matosinhos	Leça do Balio	Monte da Légua	Manuel Gomes Freire	M			Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
49	Matosinhos	Leça do Balio	Monte da Légua	José	M		Meno r	Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
50	Matosinhos	Leça do Balio	Gondivai	José	M	Solteir o		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
51	Matosinhos	Leça do Balio	Gondivai	José António da Silva	M	Viúvo		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
52	Matosinhos	Leça do Balio	Gondivai	Domingos da Silva	M	Viúvo		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
53	Matosinhos	Leça do Balio	Goimil	José António	M	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
54	Matosinhos	Leça do Balio	Goimil	Custódio da Silva	M	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
55	Matosinhos	Leça do Balio	Araújo	Teresa da Silva	F	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
56	Matosinhos	Leça do Balio	Araújo	Agostinho	M	Solteir o		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
57	Matosinhos	Leça do Balio	Araújo	Ana	F	Solteir o	Meno r	Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
58	Matosinhos	Leça do Balio	Agrela	Joaquim Gomes	M	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
59	Matosinhos	Leça do Balio	Gestal	José Pereira	M	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
60	Matosinhos	Leça do Balio	Gaio	Maria	F	Solteir o	Meno r	Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
61	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	Custódia Maria	F	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
62	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	Domingos	M			Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
63	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	Cecilia da silva	F	Viúvo		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
64	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	Manuel da Silva	M	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
65	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	António da Silva Pato	M	Solteir o		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
66	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	António da Silva Pascoal	M	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
67	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	Bernardo	M	Solteir o		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00039
68	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	José dos Santos	M	Solteir o		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00040
69	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	Tomázia Pereira	F	Viúvo		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00040
70	Matosinhos	Leça do Balio	Santeiro	Bernardo Silva	M	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00040
71	Matosinhos	Leça do Balio	Monte das Pintas	João	M	Solteir o		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00040
72	Matosinhos	Leça do Balio	Requerei de Baixo	Maria da Silva	F	Casado		Leça do Balio	27 de Març o	29 de Març o	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04 /003/0020_m00040

73	Matosinhos	Leça do Balio	Requerei de Baixo	Custódio de Araújo	M	Casado		Leça do Balio	27 de Março	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04/003/0020_m00040
74	Matosinhos	Leça do Balio	São Sebastião	José Francisco da Silva	M	Casado		Leça do Balio	27 de Março	29 de Março	S/R	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04/003/0020_m00040
75	Matosinhos	Leça do Balio	Pombal	Custódio da Silva	M	Casado		Leça do Balio	27 de Março	29 de Março	Foi sepultado no interior da igreja	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04/003/0020_m00040
76	Matosinhos	Leça do Balio	Picoutos	Maria de Sousa	F	Solteiro		Leça do Balio	27 de Março	29 de Março	Com testamento e foi sepultada dentro da capela de sua quinta	PT/ADPRT/PRQ/PMTS04/003/0020_m00040
77	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Senhora da Hora	Manuel Francisco dos Reis	M	Casado	53	Lordelo do Ouro	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00841
78	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Aldeia Nova	Custódio José Pinto	M	Casado		Lordelo do Ouro	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00841
79	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Lagoa	Manuel Francisco	M	Viúvo	43	Lordelo do Ouro	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00841
80	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Lagoa	António Gonçalves	M	Viúvo	61	Ramalde	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00841
81	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Corujeira	António José	M	Viúvo	28	Ramalde	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00842
82	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Ventiela	José Rodrigues	M	Casado	49	Ramalde	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00842
83	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Tronco	António Pereira	M	Casado	47	Ramalde	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00842
84	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Ermida	Luis da Costa	M	Casado		Paranhos	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00842
85	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Ermida	Manuel Pereira	M	Casado	68	Cedofeita	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00842
86	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Picoutos	João Santos	M	Solteiro	24	Cedofeita	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00842
87	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Telheiro	Jerónimo André Duarte	M	Casado	48	Paranhos	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00842
88	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Moalde	João da Silva Batista	M	Casado			29 de Março	S/R	Sepultado no Monte de Senhora da Lapa	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00843
89	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Carril Branco	Custódio Silva Jorge	M	Casado	47	Lordelo do Ouro	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00843
90	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Carril Branco	Manuel Duarte	M	Casado	32	Lordelo do Ouro	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte sítio	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00843
91	Matosinhos	S. Mamede Infesta	Telheiro	Carlos Silva	M		25	Lordelo do Ouro	29 de Março	S/R	Sepultado no lugar da morte	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00843
92	Matosinhos	S. Mamede Infesta		Domingos Fernandes Pereira	M	Casado	34	Cedofeita	29 de Março	S/R	Foi sepultado no quintal da casa	PT/ADPRT/PRQ/PMTS09/003/0005_m00843

Imagens do Arsenal Real do Porto no Regimento de Milícias da Maia: análise de uma infogravura

Sérgio Veludo Coelho*

Resumo: neste texto procuramos contextualizar uma infogravura em desenho digital da nossa autoria, representando dois uniformes do Regimento de Milícias da Maia, aproveitando para lançar pistas a quem se possa interessar por esta temática, através das fontes primárias e secundárias que serão citadas.

Palavras-chave: Regimento de Milícias da Maia, Arsenal Real do Porto, uniformes, infogravura.

Abstract: In this text, we seek to contextualize a digital drawing engraving, representing two uniforms of the Militia Regiment of Maia, and we will launch clues to those who may be interested in this subject, through the primary and secondary sources that will be cited.

Keywords: Militia Regiment of Maia, Royal Arsenal of Oporto, uniforms, digital drawing

Este pequeno artigo não pretende realizar uma abordagem profunda do que foram os Regimentos de Milícias do Reino de Portugal durante a Guerra Peninsular, nem especificamente o Regimento de Milícias da Maia. Esta unidade de 2ª linha do Exército Português merecerá no futuro um estudo mais completo do que foi um Regimento marcante para época em apreço e importante no contexto das antigas Terras da Maia e do Partido das Armas do Porto e Norte de Portugal.

Este texto apenas pretende contextualizar e teorizar uma infogravura em desenho digital da nossa autoria e que com outras ilustrações, serviu para suportar a tese de Doutoramento *Os Arsenais Reais de Lisboa e Porto 1800-1814*, defendida com nota máxima na Universidade Portucalense em 2010 e publicada em 2013 pela Editora Fronteira do Caos.

Serve também este breve escrito para lançar pistas a quem se possa interessar por esta temática, pistas essas fornecidas pelas referências das fontes primárias e secundárias que serão citadas.

É nesse contexto que referenciamos um documento extremamente importante para uma análise prévia desta problemática que é o *Livro Particular do Rezumo das Ordens respectivas à Junta do Arsenal, Distribuição de Géneros a Diversos Depósitos, desde a Reorganização da Junta em 1809 até à sua extinção em 1812*, pertencente aos fundos do Arquivo Distrital do Porto.¹

De acordo com as informações contidas neste livro de registos manuscrito e que são uma fonte essencial para a compreensão da importância das instalações de Lordelo do Ouro, o Arsenal do Porto foi responsável pela gestão do armamento, fardamento e equipamento de várias unidades, fortalezas e outras estruturas militares, no espaço cronológico que vai do final da 2ª Invasão Francesa, em 1809, quando é reorganizado, até ao teatro de operações das tropas portuguesas em Espanha durante o ano de 1812, ano em que é extinto. O índice do livro é fundamental para entender e aferir várias listagens com as unidades e estruturas abrangidas pelo Arsenal do Porto, e os períodos em que receberam materiais e géneros, tendo estes documentos extensas e completas listas de entradas e saídas de materiais do Arsenal. Em termos gerais as unidades da 2ª e 3ª linhas,

* Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

¹ ADP K21 2 34 Lv2.

respetivamente as Milícias e Ordenanças, abrangidas pelos serviços do Arsenal do Porto foram as seguintes, inserindo-se a localização no Livro e com a sua ordem original:²

Batalhões de Caçadores (BCÇ):	Folha:	Serviço prestados pelo Arsenal
BCÇ da Bella União	330	9 de Fevereiro de 1811
BCÇ das Milícias do Porto	331	6 de Fevereiro de 1810 a 6 de Novembro de 1811
BCÇ dos Granadeiros de Milícias do Porto	337	24 de Maio de 1809 a 6 de Julho de 1810

Uma das principais funções do Arsenal do Porto foi o apoio logístico aos Regimentos de Milícias do Norte de Portugal, atuando no Entre Minho e Vouga e em Trás-os-Montes. De acordo com a tabela, a responsabilidade do Arsenal abrangia os seguintes regimentos:³

Regimentos de Milícias (RM)	Folha:	Serviços prestados pelo Arsenal
Porto	225	14 de Agosto de 1809 a 2 de Julho de 1811
Penafiel	235	9 de Setembro de 1809 a 7 ed Outubro de 1811
Vila da Feira	245	29 de Setembro de 1809 a 29 de Outubro de 1811
Oliveira de Azeméis	257	31 de Agosto de 1809 a 31 de Janeiro de 1812
Aveiro	267	22 de Janeiro de 1810 a 3 de Agosto de 1811
Coimbra	275	19 de Setembro de 1809 a 3 de Julho de 1811
Vila Real	283	22 de Março de 1810 a 1 de Julho de 1811
Chaves	285	22 de Março de 1810 a 11 de Março de 1811
Moncorvo	287	27 de Abril a 15 de Maio de 1810
Lamego	289	13 de Abril a 18 de Dezembro de 1810
Miranda	293	15 de Abril de 1810 a 22 de Agosto de 1811
Figueira da Foz	295	3 de Setembro de 1809 a 24 de Dezembro de 1810
Bragança	300	13 de Maio de 1810 a 24 de Abril de 1811
Maia	303	11 de Setembro de 1809 a 27 de Junho de 1811
Barca	311	9 de Fevereiro a 4 de Maio de 1811
Arcos	312	9 de Fevereiro de 1811
Basto	313	5 de Outubro de 1809 a 24 de Março de 1811
Viana	315	24 de Julho a 12 de Setembro de 1810
Braga	316	22 de Fevereiro a 6 de Julho de 1811
Vila do Conde	318	16 de Maio a 7 de Junho de 1811
Barcelos	321	9 de Agosto de 1811
Guimarães	383	Sem data registada

Muito do restante trabalho desenvolvido pelo Arsenal do Porto é demonstrado na seguinte tabela:

² ADP K21 2 34 Lv2-001

³ ADP K21 2 34 Lv2-001-003.

Trabalho prestado.	Folha:	Serviços prestados pelo Arsenal
Cartuchame de Artilharia remetido ao Arsenal real do Porto	385	2 de Maio a 20 de Agosto de 1810
Pólvora distribuída às Ordenanças	136	18 de Maio de 1810 a 4 de Setembro de 1811
Armamento distribuído às Ordenanças	131	2 de Julho a 30 de Agosto de 1810
Companhia fixa de S. João da Foz ⁴	143	29 de Junho a 13 de Outubro de 1809
Quartel de Stº Ovídeo	144	19 de Dezembro de 1809
Câmara do Porto	145	24 de Maio de 1810
Marinha Britânica	147	19 de Maio a 17 de Junho de 1809
Bagagens do Marechal Beresford	147	19 de Maio de 1809 a 18 de Janeiro de 1810
Hospital Militar	148	14 a 27 de Junho de 1809
Diogo Thomas Dumblebum ⁵	430	21 de Setembro a 21 de Outubro de 1810
Jacinto Luís Coelho ⁶	432	11 de Setembro de 1810 a 24 de Setembro de 1811
Magalhães de Vasconcelos ⁷	437	1 a 27 de Maio de 1811
Manuel Luíz Teixeira ⁸	438	24 de Setembro de 1810 a 1 de Julho de 1811

No dia 2 de agosto de 1809, uma provisão da Junta do Arsenal determinava que se mandassem fazer barretinas para as unidades de linha e finalizar chapéus, que se deviam destinar aos regimentos de milícias e às brigadas de ordenanças. O Arsenal era responsável por este tipo de fabrico de materiais, o que não implicava que o fizesse nas suas instalações, já que da documentação do Arquivo Histórico Militar constam referências ao fabrico de barretinas em S. João da Madeira, local com forte tradição nas indústrias chapeleiras. De notar que neste período ainda se estariam a usar as barretinas portuguesas do modelo de 1806, que eram de fabrico algo complexo, e certamente dispendiosas, dados os materiais que usava e o seu formato. Estas barretinas começaram a ser substituídas em inícios de 1810 pelos modelos cilíndricos do modelo inglês, muito mais simples de serem feitos. Estes modelos, conhecidos como *StovePipe*, foram primeiramente importados e posteriormente fabricados em versão portuguesa, com reforços de couro nos tampos e orlas do cilindro, tal como se pode ver na infogravura.

O crescendo da atividade do Arsenal do Porto é visível através da série de Avisos Régios, Ordens do Dia ou ordens dos Estados-Maiores das Brigadas que são emitidos com instruções para o provimento das unidades. Como exemplo podemos referir os documentos de 14 de agosto de 1809, em que o Brigadeiro Trant escrevia para a Junta do Arsenal sobre a necessidade de aprontar o necessário para equipar o Regimento de Infantaria Nº 6 e também concluir o mesmo processo com o Regimento de Infantaria 18, ambos com sede na Cidade do Porto, não esquecendo que estes dois regimentos da guarnição da Cidade do Porto recebiam efetivos dos Regimentos de Milícias e

⁴ Guarnição do Castelo de S. João da Foz.

⁵ Comandante da Brigada de Artilharia nº 4 em 21 de janeiro de 1810 e a quem foi entregue pólvora, tendo por isso de ficar nominalmente registado: ADP K21 2 34 Lv2-186.

⁶ Comandante da Brigada de Artilharia nº 4, em 11 de novembro de 1810, que estava estacionada em Trás-os-Montes. Recebeu nominalmente material de guerra: ADP K21 2 34 Lv2-187.

⁷ Comandante da Brigada de Artilharia nº 4, em 1 de maio de 1811, que estava estacionada no Minho. Recebeu nominalmente material de guerra: ADP K21 2 34 Lv2-189.

⁸ Comandante da Brigada de Artilharia nº 4, em 24 de junho de 1810, possivelmente no Porto. Recebeu nominalmente material de guerra: ADP K21 2 34 Lv2-190.

Brigadas de Ordenanças do Partido das Armas do Porto, onde se incluía o Regimento de Milícias da Maia⁹. Noutro documento, também do Brigadeiro Nicholas Trant, Governador das Armas do Porto, e datado de 13 de junho de 1810, era ordenado ao Inspetor da Junta do Arsenal que entregasse aos comandantes dos regimentos de milícias presentes na cidade, incluindo o Regimento da Maia, todos os artigos que requisitassem ao Arsenal do Porto.¹⁰

Em 5 de Janeiro de 1810, uma provisão resultante de uma solicitação do Governador das Armas, Nicholas Trant, ordenava à Junta do Arsenal que adquirissem panos azuis para fardas e que se deveriam distribuir às unidades, o que pressupõe que os uniformes iriam ser confeccionados localmente e não nas oficinas de alfaiataria do Arsenal, situação que nós pensamos que possa ter sucedido com o Regimento de Milícias da Maia, levantando uma hipótese, não comprovada, de que alfaiates e senhoras costureiras das Terras da Maia teriam que participar neste esforço, mas não sabemos em que moldes.

Em 16 de Março de 1810, era publicada uma provisão da Regência, em que eram louvados os esforços do Arsenal do Porto e da sua Junta no sentido de se fabricarem frascos¹¹, caldeiras, marmitas e correames para posterior distribuição às tropas, estes últimos visíveis nos dois elementos da infogravura deste texto, e a 20 de março do mesmo ano era ordenando que se enviassem para os comissariados o maior número de barretinas que estivessem disponíveis.

Há que ter em conta que os regimentos e batalhões do Exército, tanto da 1ª linha como os regimentos de Milícias, estavam já integrados nos programas de reestruturação do Marechal Beresford, embora se verificassem ainda vários problemas de ordem logística e com o rearmamento das tropas, sobretudo com a uniformização de fardamentos, equipamentos e armamento.

Os problemas com o fardamento eram frequentes e de difícil resolução, pois as quantidades destes materiais fabricadas nos Arsenais de Lisboa e Porto não eram suficientes e que se prendiam com a própria incapacidade de resposta das fábricas de fiação e têxteis, estando muitas estruturas produtivas encerradas devido à passagem das tropas francesas, inativas por falta de matérias-primas e porque muitos dos seus trabalhadores estavam ausentes ou mobilizados para o serviço nos regimentos de milícias.

Nestas provisões Régias enviadas à Junta do Arsenal do Porto, verificamos a premência e pressão sobre esta estrutura, que por sua vez tinha que recorrer a subcontratações para poder corresponder minimamente às requisições que lhe chegavam por diversas vias.

Ainda seguindo a cronologia documental do livro, a 4 de fevereiro de 1811, era confirmado o envio para o Arsenal Real do Porto de 1500 espingardas para o Regimento de Infantaria 24, tendo que seguir mais outras 1500 armas semelhantes para as forças sob o comando do Coronel Trant, que eram constituídas, sobretudo, por regimentos de milícias, armas essas do modelo *Brown Bess India Pattern*, ou como eram também designadas, do *Padrão Inglês*¹². Por outro lado, dois dias depois, a direção do Arsenal recebia um aviso de que iriam chegar 500 espingardas, no “*hiate Defensor da Pátria, de Mestre Manuel Roiz*”, para serem consertadas e ficarem à disposição do Coronel Trant. A ilustração mostra parcialmente esse modelo de espingarda, com fecho de pederneira e baioneta de alvado, uma arma que iria ver um longo serviço em Portugal, desde as revoltas vintistas, guerras civis de 1832 e 1846 e até ser modificada no Arsenal Real do Exército, já em Lisboa, para os sistemas de percussão por fulminante a partir de 1851.

⁹ ADP K21 2 34 Lv2-011.

¹⁰ ADP K21 2 34 Lv2-011.

¹¹ Cantis

¹² ADP K21 2 34 Lv2-027.

Neste pequeno texto falaremos em conclusões; referiu-se já um futuro estudo, mais aprofundado, sobre o Regimento de Milícias da Maia, não só numa visão estrutural, mas também integrado em termos do contexto da Guerra Peninsular e do papel que desempenhou como retrato das forças de Terras da Maia no esforço de combate onde, aí sim, poderemos tirar conclusões

Bibliografia Geral:

- AAVV. (2005). *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*. Lisboa: Tribuna da História.
- Oliveira, V. (Coord.). (2009). *O Porto e as Invasões Francesas* (Vols. I, II, III, IV). Porto: Jornal O Público/Câmara Municipal do Porto.
- Real, M. (Coord.). (2009). *O Porto e as Invasões. Francesas – Exposição Comemorativa do Bicentenário das Invasões Francesas no Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Regalado, J. A. (1997). “Da pederneira à percussão”. Lisboa: *Boletim da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas*.

Bibliografia Específica:

- Chartrand, R. (2000). *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars* (vol. 1). Oxford: Osprey Publishing.
- Chartrand, R. (2000). *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars* (vol. 2). Oxford: Osprey Publishing.
- Chartrand, R. (2001). *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars* (vol. 3). Oxford: Osprey Publishing.
- Chartrand, R.; Coelho, S. V. (2006). *A Infantaria Ligeira da Guerra Peninsular*. Almeida: Edição da Câmara Municipal.
- Centeno, J. (2008). *O Exército Português na Guerra Peninsular, Do Rossilhão ao fim da Segunda Invasão Francesa – 1807-1810*. Lisboa: Prefácio-Edição de Livros e Revistas, Ld.^a, Vol. I.

Fontes de Arquivo Manuscritas:

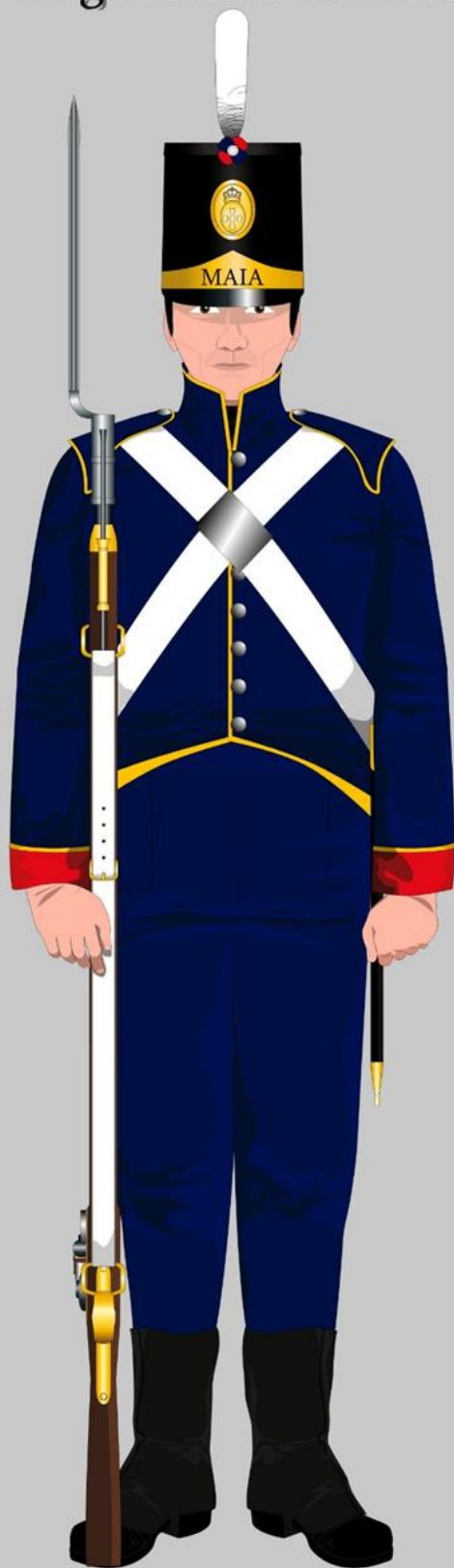
Arquivo Distrital do Porto – (ADP-Porto)

ADP K21 2 34 Lv2-001.
ADP K21 2 34 Lv2-001-003.
ADP K21 2 34 Lv2-004.
ADP K21 2 34 Lv2-007.
ADP K21 2 34 Lv2-008.
ADP K21 2 34 Lv2-011.
ADP K21 2 34 Lv2-012.
ADP K21 2 34 Lv2-013.
ADP K21 2 34 Lv2-014.
ADP K21 2 34 Lv2-015.
ADP K21 2 34 Lv2-016.
ADP K21 2 34 Lv2-017.
ADP K21 2 34 Lv2-018.
ADP K21 2 34 Lv2-019.
ADP K21 2 34 Lv2-020.
ADP K21 2 34 Lv2-021.
ADP K21 2 34 Lv2-022.
ADP K21 2 34 Lv2-023.
ADP K21 2 34 Lv2-024.
ADP K21 2 34 Lv2-025.
ADP K21 2 34 Lv2-026.
ADP K21 2 34 Lv2-027.
ADP K21 2 34 Lv2-028.

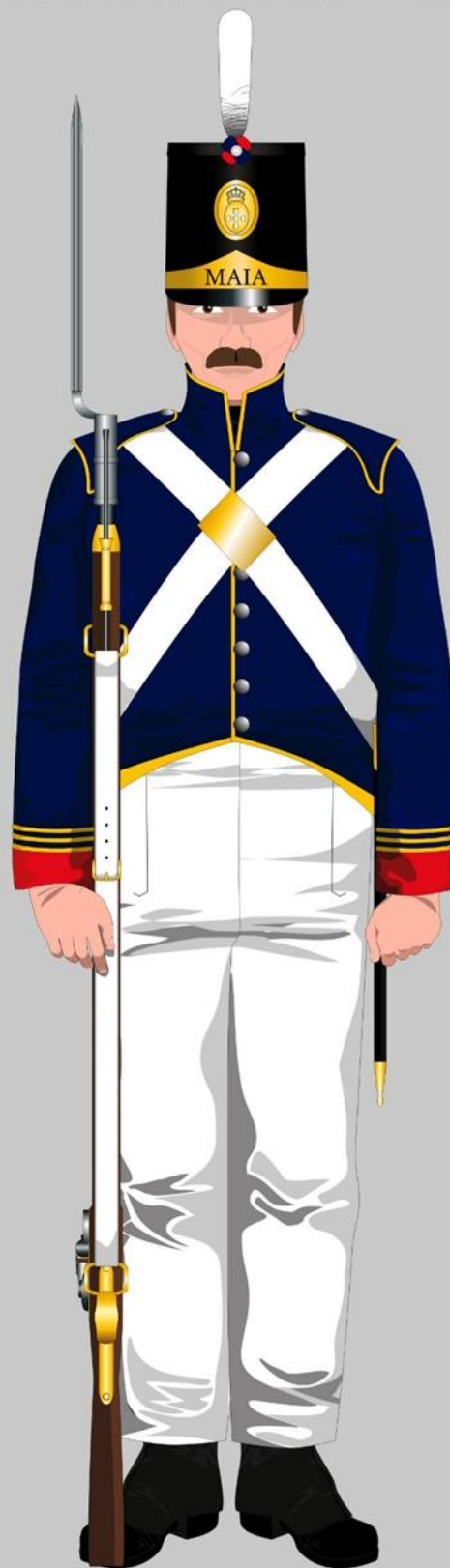
ADP K21 2 34 Lv2-029.
ADP K21 2 34 Lv2-031.
ADP K21 2 34 Lv2-032.
ADP K21 2 34 Lv2-033.
ADP K21 2 34 Lv2-034.
ADP K21 2 34 Lv2-131.
ADP K21 2 34 Lv2-132.
ADP K21 2 34 Lv2-143.
ADP K21 2 34 Lv2-145.
ADP K21 2 34 Lv2-147.
ADP K21 2 34 Lv2-151-153.
ADP K21 2 34 Lv2-155-156.
ADP K21 2 34 Lv2-156.
ADP K21 2 34 Lv2-158.
ADP K21 2 34 Lv2-159.
ADP K21 2 34 Lv2-165-168.
ADP K21 2 34 Lv2-169.
ADP K21 2 34 Lv2-170.
ADP K21 2 34 Lv2-171.
ADP K21 2 34 Lv2-175.
ADP K21 2 34 Lv2-176.
ADP K21 2 34 Lv2-185-187.
ADP K21 2 34 Lv2-186.

ADP K21 2 34 Lv2-187.
ADP K21 2 34 Lv2-189.
ADP K21 2 34 Lv2-189-192.
ADP K21 2 34 Lv2-190.
ADP K21 2 34 Lv2-195-198.
ADP K21 2 34 Lv2-198.
ADP K21 2 34 Lv2-207-209.
ADP K21 2 34 Lv2-212-217.
ADP K21 2 34 Lv2-341.
ADP K21 2 34 Lv2-342.
ADP K21 2 34 Lv2-343.
ADP K21 2 34 Lv2-345-349.
ADP K21 2 34 Lv2-348.
ADP K21 2 34 Lv2-351.
ADP K21 2 34 Lv2-352.
ADP K21 2 34 Lv2-389-393.
ADP K21 2 34 Lv2-395-422.
ADP K21 2 34 Lv2-399.
ADP K21 2 34 Lv2-400.
ADP K21 2 34 Lv2-401.
ADP K21 2 34 Lv2-419.
ADP K21 2 34 Lv2-420.
ADP K21 2 34 Lv2-422.

Regimento de Milícias da Maia 1809-1812



Praça
Unifome de Inverno



Cabo
Unifome de Verão

O Barão de São Januário e a mudança da sede do Concelho da Maia

José Augusto Maia Marques*

Resumo: Januário Correia de Almeida, Barão, Visconde e depois Conde de S. Januário, Governador Civil do Porto entre muitos outros cargos, não sendo maiato, foi um elemento decisivo numa parcela muito importante da história da Maia – a mudança da sede de Concelho. Com este trabalho queremos dar a conhecer quem foi esta personagem e como influenciou no desfecho daquele episódio.

Palavras-chave: Concelho da Maia, mudança da sede de concelho, Governador Civil do Porto, Barão de S. Januário

Abstract: Januário Correia de Almeida, Baron, Viscount and later Count of S. Januário, Civil Governor of Porto among many other positions, thus not being born in Maia, was a decisive element in a very important part of the history of Maia - the change of the county seat. With this work, we want to let you know who this character was and how it influenced the outcome of that episode.

Keywords: County of Maia, change of the county seat, Civil Governor of Porto, Baron of S. Januário

Há pessoas que, mesmo não sendo naturais de uma localidade, acabam por marcar fortemente a sua história. Às vezes por uma intervenção curta, muito localizada no tempo, desconhecida até da maioria da população. Mas as consequências ficam, e fazem-se sentir de modo significativo.

Aconteceu com Januário Correia de Almeida, Barão, Visconde e depois Conde de S. Januário. Não era maiato, pois nascera a 31 de março de 1829 em Paço de Arcos, concelho de Oeiras, onde aliás viria a falecer em 27 de maio de 1901. Não viveu na Maia; quando muito terá vindo cá um par de vezes. Mas duas simples ações envolveram-no diretamente na história do nosso Concelho.

Está consagrado na nossa toponímia, mas a esmagadora maioria dos maiatos desconhece a figura e a sua importância. Vamos tentar esclarecê-los.

Quem foi Januário Correia de Almeida



O Dr. Francisco Barbosa da Costa publicou uma «*História do Governo Civil do Distrito do Porto*». Obra notável, e de consulta obrigatória para quem quiser estudar a história política do distrito nos últimos dois séculos, refere, como não podia deixar de ser, esta figura.

Januário Correia de Almeida, Barão de São Januário, foi um importante político, militar e diplomata da segunda metade do século XIX. O título foi criado pelo rei D. Luís I, por decreto de 10 de fevereiro de 1866, a seu favor. Este foi também o 1.º Visconde e o 1.º Conde de São Januário.

Era filho de Januário Correia de Almeida, Tesoureiro Geral da

* Câmara Municipal da Maia – Fórum da Maia. Investigador do CEDTUR/ISMAI.

Armada, e de Bárbara Luísa dos Santos Pinto.

Assentou praça em 1842 como voluntário no Batalhão de Caçadores N.º 2 e, depois de frequentar a Escola do Exército, foi promovido a Alferes de Cavalaria. Matricula-se então na Faculdade de Ciências de Coimbra, formando-se em Matemática e Filosofia. Volta à Escola do Exército, já graduado no posto de Tenente, onde concluiu o curso do Estado-Maior em 1856, tornando-se Engenheiro Civil e Engenheiro Militar.

Na sua carreira militar, começou como alferes em 1842, chegou a coronel do Estado Maior em 1884 e a general em 1886.

Fundou a Escola Prática de Infantaria em Mafra.

Comandou a 1ª divisão militar, o Estado Maior e a Escola do Exército (Academia Militar) 1896 – 1897.

Participou na Guerra da Patuleia, tendo intervenção importante na Batalha de Torres Vedras.

Foi Par do Reino, membro do Conselho de Estado e do Conselho de Sua Majestade e Ajudante Honorário de D. Luís.

Desempenhou, entre muitos outros, os cargos de Governador da Índia, de Cabo Verde e de Macau e Timor, bem como de diplomata na China, no Japão e no Sião e Encarregado de Negócios junto de todas as Repúblicas da América do Sul. Foi também ministro da Marinha e Ultramar no governo de Braamcamp Freire e da Guerra no governo de Luciano de Castro.

No desempenho destes cargos deixou obras de vulto e de grande importância social. Um



Retrato na Academia de Ciências de Lisboa



Edifício da Alfândega Velha, ao centro – gravura do início do séc. XX

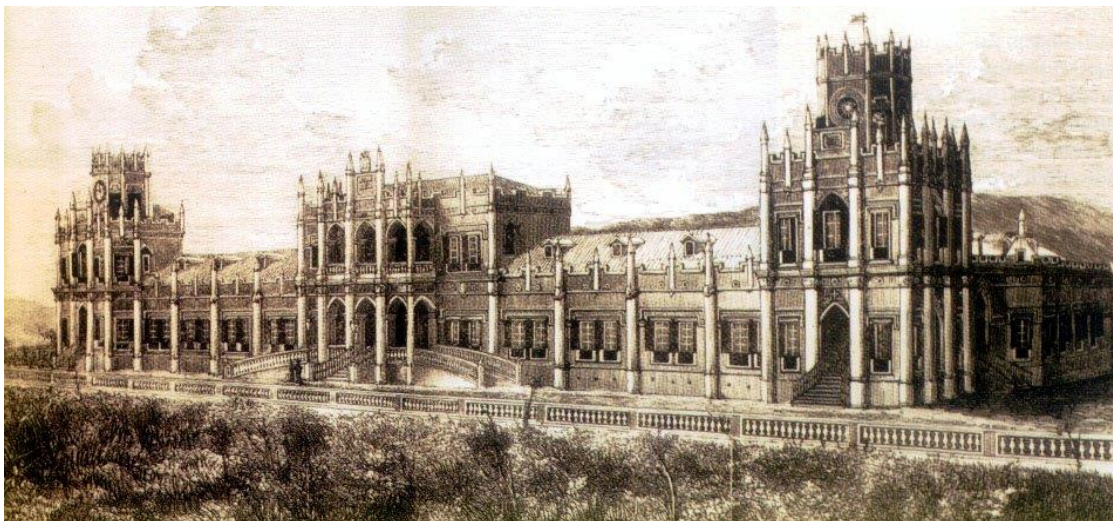
dos exemplos do seu empreendedorismo é a Alfândega Velha do Mindelo, um edifício novecentista, situado na Avenida Marginal, de frente para a Baía do Monte Cara.

Nos seus tempos áureos, na época do carvão, dos ingleses e das grandes casas comerciais, esta Alfândega Velha funcionou como a principal porta de entrada, e de saída, claro de todos os componentes mais

significativos da atividade do Porto Grande do Mindelo, elemento fundamental da economia e da vida em Cabo Verde.

Restaurado em 1997, o edifício alberga hoje o Centro Cultural do Mindelo.

Outra obra de excecional valor, ainda hoje viva, se bem que noutras instalações, é o Hospital de S. Januário em Macau, que ganhou corpo por determinação e empenho do então Governador Visconde de S. Januário. O projeto, da autoria do capitão Dias de Carvalho que delineou o plano e do Barão do Cercal a quem competiu a parte arquitetónica, foi considerado na época como um dos mais modernos edifícios hospitalares. Constituído por um corpo principal a que se ligavam perpendicularmente as enfermarias gerais com uma lotação de 60 camas, contava ainda com uma



Antigo edifício do Hospital Militar Conde S. Januário em Macau

enfermaria para subalternos, quartos-prisão, uma secção de isolamento e quartos para oficiais, o que perfazia uma lotação de 100 camas. Anexa estava também a residência do responsável pelo hospital.

A 1 de dezembro de 1872 era lançada a 1.^a pedra e a 6 de janeiro de 1874, o Hospital Militar de S. Januário foi benzido pelo Governador do Bispado, Pe. António Luís de Carvalho¹, e solenemente inaugurado pelo Governador, ainda o Visconde de S. Januário, com luzida cerimónia e a presença das autoridades e representantes nacionais e estrangeiras.

Foi feita a entrega da chave ao Dr. Lúcio Augusto da Silva, Presidente da Junta de Saúde e entregue à mesma Junta a direção do estabelecimento².



Selos de Macau representando, à esquerda, o Visconde de S. Januário, à direita em cima o primeiro edifício do Hospital Militar Conde S. Januário de 1874 e em baixo o novo edifício de 1974.



Januário Correia de Almeida foi Militante do Partido Progressista, mas demitiu-se por sérias discordâncias com a sua liderança. Em 1865 foi eleito pela primeira vez Deputado da oposição pelo Círculo do Porto.

¹ Governador entre 1870 e 1875, fundou um asilo para pobres e uma escola de portugueses para chineses.

² Cf. <http://macauantigo.blogspot.pt/2009/04/hospital-militar-conde-s-januário.html>, consultado em 20 de novembro de 2016



Quadro a óleo, Soc. de Geografia de Lisboa

Doutorado em Matemática pela Escola Politécnica, foi um dos Fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que foi Presidente Honorário. Foi Sócio Correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e Vice-Presidente da Academia Indochinesa de Paris, entre vários outros cargos académicos. Foi sócio e Presidente da Associação do Arqueólogos.

Recebeu, em Portugal, e entre várias condecorações, a Grã-Cruz da Ordem de Cristo e a de Avis. Foi Comendador da Torre e Espada e Cavaleiro de Avis.

Mas os seus serviços foram igualmente reconhecidos por vários outros países, tendo sido agraciado, nomeadamente, pela França (Legião de Honra), Espanha, Itália, Bélgica, Suécia, Brasil, Japão, Sião e Camboja.

O seu valor como cidadão e como intelectual está bem patente nesta afirmação de João Luís Cardoso³: “Vinha, com efeito, de longe a vinculação do Conde de São Januário à Real Associação [dos Architectos Civis e Archeólogos], já que foi eleito sócio efetivo a 26 de novembro de 1873, tendo presente as relevantes qualidades que então lhe foram reconhecidas, conforme se declara no respetivo Diploma, assinado pelo Presidente, Possidónio da Silva, e pelo Secretário, Valentim José Correia. Por essa altura, já o Conde de São Januário detinha um notável currículo como militar, administrador, engenheiro e diplomata, integrando um escol de notáveis portugueses do seu tempo que tanto prestigiaram e engrandeceram o País, boa parte deles hoje quase completamente esquecidos.”

E, para o caso que nos interessa, foi Governador Civil do Porto por duas vezes, de 26 de dezembro de 1864 a 20 de maio de 1865 e de 8 de setembro de 1865 a 7 de janeiro de 1878. E foi-o num período crucial da história maiata – o processo de mudança da sede do Concelho.

O Barão de S. Januário e a Maia

Decreto 143.

Attendendo ao que me representaram diversas juntas de parochia do concelho da Maia, pedindo que a sede do mesmo concelho seja transferida do logar do Castello, freguesia de Santa Maria de Avioso, para o logar do Picoto, freguesia de Barreiros;

Hei por bem, conformando-me com a Consulta do Supremo Tribunal Administrativo, que a sede do sobredito concelho seja mudada para o referido logar do Picoto, freguesia de Barreiros.

O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 28 de junho de 1902.

= REI = Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.⁴

³ “O Conde de São Januário, Presidente da Associação de Arqueólogos Portugueses (1896-1901)”. *Arqueologia & História*, Vol. 64-65, 2012-2013

⁴ *Diário do Governo* nº 143 de 1 de julho de 1902.

Este decreto, publicado há quase cento e quinze anos, era o princípio de uma nova era para o Concelho da Maia. Mudou-se a sua sede do Castelo para Barreiros. Iniciou-se a construção do novo edifício dos Paços do Concelho. Conseguiu-se uma nova centralidade para a Maia, ruralíssima, atrasadíssima e, então, falha de capacidade de persuasão e de peso político a nível do Governo Central.

Mas este decreto era apenas a face visível e o resultado palpável de uma luta complicadíssima, com muitos episódios, com avanços e recuos, com altos e baixos, que durou quase meio século.

Não cabe aqui fazer a história de todo esse processo, coisa que aliás Álvaro do Céu Oliveira já fez, e muito bem, em três obras fundamentais⁵. Importa, todavia, não esquecer o desenrolar dos factos e relembrar alguns momentos e alguns protagonistas.

A primeira vez que há registo do levantar da questão da mudança da sede de concelho coincide com a eleição de José Maria da Fonseca Almeida Campo Verde, que veio a tomar posse como Presidente da Câmara em 2 de janeiro de 1856.

No entanto o processo iria iniciar-se «oficialmente» em 27 de junho de 1860, com um ofício do Administrador do Concelho dirigido ao Presidente, dando conta da necessidade de resolver problemas de espaço para a Administração, e do facto de ter encontrado duas opiniões a propósito de uma eventual resolução: manter a Administração no Picoto ou mudá-la para junto dos Paços do Concelho. Sim, porque o que acontecia já, e é bom não o esquecer, é que por incapacidade de, no Castelo, se resolver o problema, a população via-se confrontada com um concelho quase «bicéfalo», com a Câmara a funcionar em Avioso e a Administração a funcionar em Barreiros.

Levantada a questão em reunião de câmara, formaram-se, a partir daí, dois grupos de influência, dois «partidos», criando-se uma clivagem que (pasmem-se) ainda hoje existe.

De um lado teremos como protagonistas Manuel de Oliveira Maia, Manuel Vieira Neves da Cruz e Joaquim da Costa Maia, entre outros, que advogavam a manutenção da sede de concelho no Castelo. Do outro, o Visconde de Barreiros, o tabelião Abílio Augusto Monteiro, o Dr. Joaquim Moutinho dos Santos, Manuel dos Santos Lessa e, sobretudo, António Cecioso Sá e Melo, defensores da mudança para o Picoto.

Há quem veja nos primeiros a influência do partido progressista, e nos segundos a do partido regenerador. Se assim foi, parece-me que os interesses das pessoas andaram ao invés das ideologias e ao sabor da politiquice. Mas quero crer que o confronto se deu entre dois modos diferentes de ver o problema e de preconizar soluções. E, claro, interesses pessoais antagónicos.

O que é facto, e isso é que interessa mais, é que o Castelo nunca conseguiu reunir, na prática, as condições necessárias para que nele se instalasse, condignamente, a totalidade dos serviços que constituíam o pulsar da administração municipal – Câmara, Administração, Tribunal, Prisão, etc.

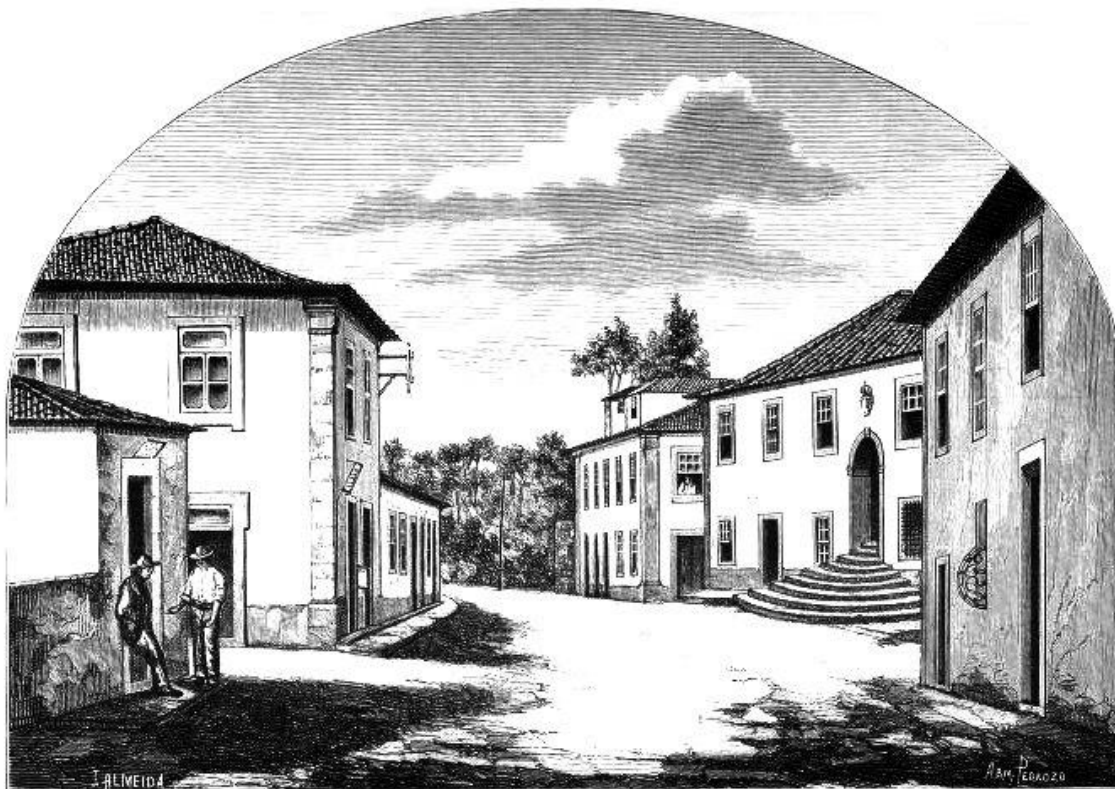
Isto mesmo pode verificar-se por muitos testemunhos, inclusivamente de pessoas de fora. É o caso, por exemplo, de José Augusto Vieira, autor do “Minho Pitoresco”⁶, que em 1887, descreve: “*Brevemente chegamos ao Castelo ou à vila impropriamente designada com tal nome, visto não passar de ser uma aldeia insignificante da freguesia de Avioso (Santa Maria), cuja matriz paroquial se encontra atrás do outeiro e Santo Ovídio, que domina o burgo. Perestrelo, Eduardo*

⁵ Álvaro Aurélio do Céu Oliveira. *Uma luta de 40 anos*. Maia: Tipografia Lessa, 1952; *A Transferência da Sede do Concelho*. Temas Maiatos nº 4. Maia: Câmara Municipal, 1980 e *Desmembramento do Concelho*. Temas Maiatos nº 9. Maia: Câmara Municipal, 1985.

⁶ José Augusto Vieira. *O Minho Pitoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, Editor, 1887.

de Faria, Prazeres Maranhão e outros corógrafos erradamente informaram sobre a vila do Castelo. Se tal nome pode usar, é apenas por estar aí a sede dos Paços do Concelho».

Excerto bem elucidativo.



O Castelo da Maia nos finais do séc. XIX, vendo-se à direita a Câmara Municipal, com a escadaria e o brasão sobre a porta, segundo José Augusto Vieira.

É o caso também de Governadores Civis, como o esclarecido (e influente na Corte) Barão de S. Januário.

Durante a sua permanência no cargo protagonizou vários acontecimentos, como por exemplo a inauguração da estátua de D. Pedro V. Mas aquele que mais diretamente nos interessa foi a elaboração de um relatório enviado em 20 de março de 1867 ao Ministro dos Negócios do Reino. Esse relatório fazia uma radiografia detalhada dos vários concelhos nos anos sessenta do século XIX.

Por ele ficamos a saber muitas coisas sobre a Maia. E temos, o que nem sempre acontece, a possibilidade de fazer história comparada, já que possuímos a mesma grelha de dados para todos os concelhos.

Dada a importância deste documento, resolvemos reproduzi-lo no que toca ao Concelho da Maia.

Concelho da Maia

O Concelho da Maia compreende 20 freguesias e tem 17.225 habitantes. É limítrofe com o Concelho do Porto e confina na sua maior extensão com os Concelhos de Bouças e Santo Tirso. Este Concelho, que actualmente é de pequena extensão, ficará regular quando lhe seja anexada a maior parte do Concelho de Bouças, se este como convém vier a ser extinto.

O Concelho da Maia produz grande cópia de cereais, principalmente milho, que chega a exportar, e é muito importante o seu comércio de gado de engorda com várias casas inglesas. Na freguesia de Águas Santas existe uma fábrica de moagem de centeio e trigo, com motor hidráulico

e a vapor. A carpintaria e tanoaria também são recursos importantes deste Concelho, e finalmente fornece ele copiosamente os mercados do Porto de hortaliças e frutas.

A escrituração da Câmara Municipal é muito deficiente. Alguns dos livros exigidos por instruções não existem, ou estão mal escriturados, e de outros a escrituração finalmente não está em dia. A cobrança das dívidas activas está em grande atraso, tendo algumas deixado de ser relaxadas, posto que pertençam à classe daquelas que devem ser executadas judicialmente. Esta Câmara, não obstante, ser o orçamento do Município de cerca de 1.000\$000 reis, tem-se dedicado pouco aos melhoramentos públicos, como se pode ver das verbas despendidas desde 1860 com este ramo de serviço, e que são as seguintes:

1861	180\$330
1862	162\$170
1863	236\$160
1864	18\$600
1865	194\$170
1866	225\$370
Total	1.016\$800

Com a aplicação destas somas foram reparadas algumas pontes, fontes e caminhos municipais, e fizeram-se concertos e compra de mobília para os Paços do Concelho.

O modo por que se acha escriturado todo o serviço na Administração do Concelho não é mais regular do que na Câmara Municipal, principalmente no diz respeito a fiscalização sobre irmandades e confrarias.

O serviço do recrutamento em ambas as repartições tem sido feito com maior exactidão e clareza, achando-se por isso completos os contingentes desde 1860 a 1865, à excepção dos anos de 1863, em que faltam 10 recrutas, estando, contudo, esgotados os recenseamentos desse ano e do anterior, e do ano de 1865, em que falta apenas 1 recruta.

Para a reforma e melhoramento de todos os serviços em que havia inexactidão ou deficiência, foram dadas as precisas instruções, e impostas obrigações tendentes ao cumprimento das prescrições legais.

O estado do recrutamento neste Concelho é relativamente bastante lisonjeiro, porque devendo 83 recrutas, e esta dívida principalmente contraída nos anos decorridos de 1855 a 1860, e por isso hoje de mui difícil liquidação, enquanto que de 1860 inclusive a 1866 deve apenas 13 mancebos, por ter contribuído nos últimos meses decorridos com 25 recrutas.

Escolas

Em 1864, havia apenas no Concelho 4 escolas de instrução primária. Posteriormente criou-se mais 1; abriu-se um curso nocturno que é bastante frequentado, e requereram-se outras 3 escolas para as quais se prepararam devidamente os respectivos processos. Todas as escolas são muito frequentadas.

Cemitérios

É este um dos serviços, cujas recomendações mais se têm atendido neste Concelho. Em 8 das 22 freguesias do mesmo já há cemitérios, e em quase todas as freguesias restantes, já estão vistoriados os terrenos para idênticas construções, que terão pela maior parte de fazer-se nos passais dos párocos.

Estradas

O Concelho da Maia é cortado longitudinalmente por três modernas estradas reais, que partindo do Porto se dirigem para Vila do Conde e Póvoa, para Braga, e para Santo Tirso. Assim apenas transversalmente o cruzam mui pequena extensão as estradas distritais que de Gondomar se dirigem para o Concelho de Bouças e para Vila do Conde por Santo Tirso. Como estradas municipais são 3 as que se acham classificadas:

- 1ª A que partindo de Santa Cruz do Bispo, no Concelho de Bouças, segue por Pedras Rubras, Moreira e Castelo a terminar em Camposa na estrada Porto a Santo Tirso;
- 2ª A de Moreira por Gueifães, Milheirós e Águas Santas, a terminar no sítio da Maia para depois se dirigir a Valongo;
- 3ª A do Castelo por Guilhabreu, Santa Cristina de Malta a Vila do Conde.

Com grave inconveniente para o serviço público, estão dispersas e distanciadas as repartições públicas por falta de edifício próprio; por isso insinuei à Câmara Municipal a necessidade de preparar meios para contrair um empréstimo, com o qual, além de outros melhoramentos, possa edificar em situação central ao Concelho, uma casa municipal, aonde comodamente venha a reunir todas as repartições.

Comissão de beneficência

Manuel Ferreira de Esmoriz, António da Silva Maia, José Caetano da Silva, José Maria de Sant'Anna e Silva, António de Ascensão Oliveira, João Anacleto Gramacho e Francisco José Pilrão.”

Analisando o texto, logo no início lemos que havia nessa altura na Maia 20 freguesias, com 4.750 fogos e 17.225 habitantes.

Bouças, por exemplo, para apenas 13 freguesias, possuía números idênticos de fogos (4.456) e de habitantes (17.973). Baião, para o mesmo número de freguesias, tinha 5.123 fogos e 19.613 habitantes. E a Póvoa, com metade das freguesias, tinha 5.263 fogos e 19.549 habitantes. Este número faz-nos imaginar uma Maia muito rural, com uma densidade populacional inferior à de muitos dos outros concelhos.

Depois de algumas considerações genéricas descreve-se concelho a concelho, o que se apurou aquando das respetivas visitas.

Entrando-se na Maia começam as surpresas.

Desde logo esta frase importante: “*Este Concelho, que actualmente é de pequena extensão, ficará regular quando lhe seja anexada a maior parte do Concelho de Bouças, se este como convém vier a ser extinto*”. Ou seja, é o próprio Governador Civil a sugerir (propor?) ao Ministério a extinção do Concelho de Bouças e a anexação à Maia da maior parte das suas freguesias, para que tudo ficasse “regular”.

Infelizmente para a Maia isso não se concretizou, embora na “Revista da Maia” da época se tenha feito eco desta hipótese⁷, como poderemos constatar na notícia que aquele órgão de comunicação publicou e cujo fac-simile apresentamos a seguir.

Paradoxalmente aconteceu até o inverso, quando, algo contranatura (e contracorrente local, que não nacional), a Maia perde as freguesias de Guilhabreu, Aveleda, Mosteiró e Vilar do Pinheiro para Vila do Conde.

⁷ Revista da Maia, Nº 12, dezembro de 1884, pág. 20.

Á ULTIMA HORA

Consta que na presente sessão legislativa será extinto o concelho de Bouças; annexando-se algumas de suas freguezias ao Porto e outras á Maia.

Affirma-se, porém, que se trabalha no sentido de ficar pertencendo a um outro municipio uma das freguezias que devem vir para nós.

Recommendamos, pois, aos maienses toda a energia e actividade que o assumpto exige.

Devem annexar-se a este concelho as parochias de Custoias, Guifões, Lavra, Leça do Balio, Perafita e St.^a Cruz do Bispo.

Ser-nos-ha, assim, restituída uma pequena parte do muito que nos tiraram.

Chamamos a attenção dos leitores para o artigo inserto a pags. 5 do n.º 7 d'esta Revista.

Ficamos também a saber que a Maia era grande produtora de cereais, sobretudo de milho, que chegou a exportar, bem como gado de engorda, tomamos conhecimento da fábrica de moagem em Águas Santas e ficamos com a noção de que a carpintaria e a tanoaria tinham também um peso importante no concelho, a par da horticultura

A seguir diz o Relatório que a escrituração da Câmara Municipal era deficiente – e não havia Tribunal de Contas nem IGAT, digo eu. Diz-nos depois que apesar de ter um orçamento razoável, o Município não tinha executado trabalhos de monta. E mostra-se a seguir um quadro, vergonhoso para os Autarcas da época, em que de 1861 a 1866 o investimento em melhoramentos foi de um mínimo de 18.600 reis a um máximo de 236.000 reis. Isto é, nunca nem um quarto do orçamento.

No que respeita ao ensino, havia apenas cinco escolas – Barreiros, Milheirós, Moreira, Nogueira/Silva Escura e S. Pedro Fins/Folgosa – considerando-se serem necessárias pelo menos mais 3, dado que todas as existentes eram muito frequentadas. Refira-se que na Vila havia uma aula de Latim.

Quanto a cemitérios, havia-os em Águas Santas, Barreiros, Gemunde, Gueifães, Milheirós, Moreira e V.N. da Telha, o que comparativamente era francamente razoável.

Em relação a estradas o panorama não era mau, com as estradas reais do Porto a Vila do Conde, a Santo Tirso e a Braga, mais as estradas municipais de Pedras Rubras pelo Castelo até à Camposa, a de Pedras Rubras a Águas Santas e a do Castelo por Guilhabreu a Vila do Conde.

Finalmente, um reparo sobre a dispersão dos serviços públicos e do inconveniente que daí resultava para a população. De facto, enquanto a Câmara Municipal e os seus «anexos» se situavam no Castelo da Maia, a Administração do Concelho⁸ ficava no Picoto de Barreiros. Este facto leva o Governador a afirmar, e cito de novo porque vale a pena: *“por isso insinuei à Câmara Municipal a necessidade de preparar meios para contrair um empréstimo, com o qual, além de outros melhoramentos, possa edificar em situação central ao Concelho, uma casa municipal, aonde comodamente venha a reunir todas as repartições”*.

Está bem visível a artimanha, com esta subtil «insinuação» à Câmara Municipal da Maia e a sugestão de «situação central»!

Claro que este documento deu muita força àqueles que eram partidários da mudança da sede de Concelho, e constituiu um sério revés para os que defendiam a sua permanência no Castelo da Maia.

Lembremos que o problema da mudança da sede de concelho, iniciado de facto em 1856, começou a ter maior acuidade a partir de 1860, com o novo Código Administrativo.

Mas a “intervenção” do Barão de S. Januário neste processo vinha já do ano anterior, mais concretamente a 25 de outubro de 1866, isto é, fez em 25 de outubro passado 150 anos. Nesse dia,

⁸ O administrador de concelho era o magistrado administrativo junto de cada concelho, entre 1835 e 1937. Funcionavam como delegados do governo central junto de cada um dos municípios do país, exercendo as competências de garantia da boa aplicação das leis e dos regulamentos da administração pública, da superintendência dos estabelecimentos escolares, hospitalares e de beneficência e de autoridade policial. Estavam subordinados ao governador civil do respetivo distrito, exercendo as suas competências sob supervisão deste.

e no decurso de uma das suas “visitas de campo” aos concelhos do distrito, estava ele na Maia.

Nessa ocasião, como relata Álvaro do Céu Oliveira⁹, o Governador Civil do Porto participou numa reunião que teve lugar nos Paços do Concelho onde teve ensejo de propor a construção de um novo edifício no Lugar do Picoto, que possuísse capacidade para albergar todos os serviços. E no Picoto porquê? Segundo ele porque havendo a Maia ficado sem parte significativa das freguesias a Norte, a centralidade que o Castelo fora perdera-se para o Barreiros.

E mais: aproveitou para lembrar aos que diziam que não havia dinheiro para essa solução, que a venda dos foros municipais por si só cobriria a despesa.

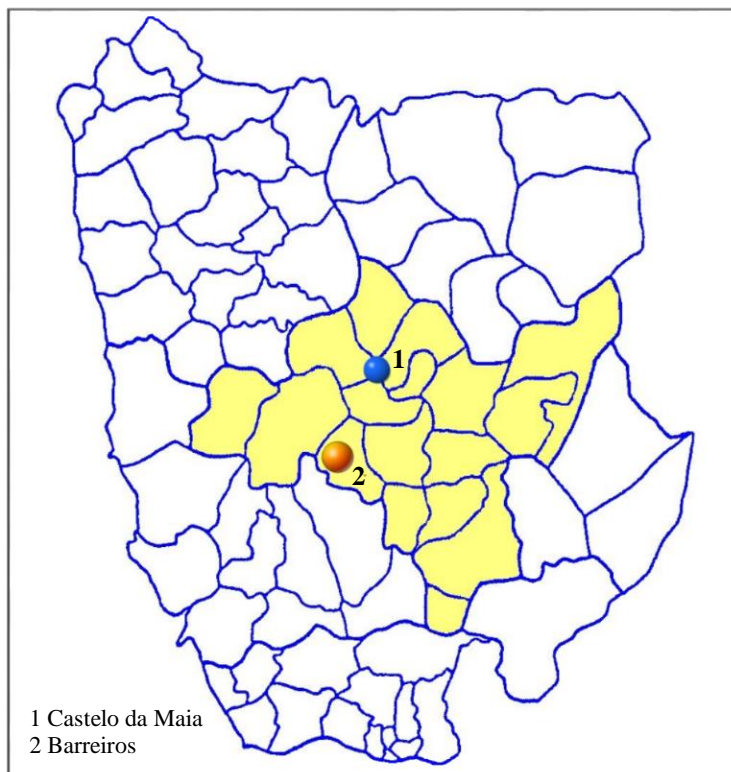
O Presidente da Câmara na circunstância explicou que não estava em condições de tomar decisões, e comprometeu-se a convocar uma reunião do executivo para o efeito, o que fez a 5 de novembro.

Nesta reunião, a proposta de mudança foi derrotada e a questão subsistiu, ora de forma epidérmica ora muito pronunciada.

Mas a “sugestão” do Barão de S. Januário à Maia revelara a sua lucidez e visão de futuro. Futuro que aliás, em grande parte das medidas que preconizou, veio a dar-lhe razão.

Elaborou o famoso relatório sobre o Distrito Administrativo do Porto, verdadeira radiografia da situação do Distrito ao tempo do seu mandato, resultado de várias visitas aos 17 concelhos que então compunham aquela circunscrição. E nesse relatório surgem 13 “recomendações” para um futuro melhor. As três primeiras, preconizavam a criação de escolas diurnas para menores de ambos os sexos, escolas noturnas gratuitas para adultos, e o ensino do francês e/ou do inglês, de princípios de administração e economia política, rural e industrial. As três seguintes sugeriam a distribuição gratuita de livros morais e instrutivos, a promoção da frequência das aulas e a adoção do sistema métrico. A sétima, instava à criação, nas sedes de concelho, de bibliotecas públicas. As seis restantes dirigiam-se para a assistência, os socorros mútuos, os asilos de mendicidade e infância desvalida, os cemitérios e a criação de instituições filantrópicas.

Atente-se na atualidade destas questões: aposta no ensino, combate ao insucesso escolar, aumento da literacia, solidariedade social. Ainda hoje, infelizmente, preocupações primeiras de todos nós.



Se é certo que no contexto da Terra da Maia (a azul), o Castelo da Maia tinha efetiva centralidade, como pode verificar-se, naquele território que restou do concelho da Maia (a amarelo), a centralidade de Barreiros não é visível. antes pelo contrário.

⁹ Álvaro Aurélio do Céu Oliveira, *A Transferência da Sede do Concelho*. Temas Maiatos nº 4. Maia: Câmara Municipal, 1980, pp. 15 e ss.

A posição do Barão de São Januário, Governador Civil do Porto e político influente, não mais deixou de marcar quer os que defendiam a sua permanência no Castelo da Maia quer os que preconizavam a sua mudança para o Picoto. Sobretudo estes últimos, claro.

E os próprios ventos da História cada vez mais sopravam contra o Castelo.

É que, entretanto, como se referiu, o concelho havia sido amputado de várias freguesias a norte, umas anexadas a Vila do Conde e outras a Santo Tirso, donde os Paços do Concelho serem agora muito excêntricos, dado que se situavam num extremo da Maia.

E logo temos a surgir em Águas Santas um movimento visando a anexação dessa populosa e importante freguesia ao concelho de Valongo. É certo que seria mais uma força de pressão do que um objetivo último. Mas os contactos estiveram adiantados.

O mesmo acontece em Gueifães, que se mostra disposta a «mudar-se» para o concelho de Bouças (Matosinhos).

Ou com Gemunde, que esboça uma aproximação a Vila do Conde.

E, prova provada da nula influência e peso político da Maia, é o facto de o próprio concelho ter sido extinto em 10 de dezembro de 1867, tendo sido incorporada toda a sua documentação em Matosinhos. É certo que o erro crasso logo foi emendado em 14 de janeiro de 1869, mas o vexame de ver os carros de bois levarem o espólio documental para o concelho vizinho e rival, nem mesmo com o seu regresso, a 22 de janeiro, por entre manifestações de júbilo, conseguiu apagar-se da memória dos maiatos.

O tempo vai passando, as posições extremam-se, mas o Castelo não consegue esgrimir argumentos a seu favor.



O novo edifício, que albergaria os Paços do Concelho, em construção no Lugar do Picoto, Freguesia de Barreiros, em 1902.

E, assim sendo, as coisas precipitam-se. Sá e Melo (“*Melinho*”, como era mais conhecido, por ser de baixa estatura física), Administrador do Concelho, envia à Câmara um requerimento em

que frontalmente pergunta:

- 1) qual a povoação maiata de maior importância, e que, localizada no centro do concelho, possuía mais edifícios, mais vias, mais estabelecimentos e mais população;
- 2) se o lugar do Picoto era ou não mais central que o do Castelo;
- 3) se o edifício dos Paços do Concelho possuía capacidade para acomodar todas as repartições.

Claro que a Câmara foi, pela justeza dos factos, “obrigada” a responder que:

- 1) Barreiros era a povoação mais importante e mais central;
 - 2) O Picoto era mais central do que o Castelo;
 - 3) O edifício da câmara não era suficiente para nele se sediarem todos os serviços públicos.
- Preto no branco.

A partir daqui a hipótese Castelo entrara num beco sem saída. Contaram-se espingardas, reuniram-se influências, congregaram-se freguesias descontentes (a larguíssima maioria), e Sá e Melo e Campos Henriques fazem amplificar, no Paço, o desejo de transferência da sede de concelho.



N.º 4

VILLA DE BARREIROS — Paços do concelho da Maia

Off. do Commercio do Porto

O “novo” edifício dos Paços do Concelho já a funcionar em pleno e um grupo de munícipes de todas as idades.

O resto já nós sabemos.

Sai o Decreto 143, que transcrevemos atrás, e principia a construção do novo edifício dos Paços do Concelho que viria a ser inaugurado em 1903.

O tempo acabou por dar razão ao Barão de S. Januário, embora só 36 anos depois.

Mas não quis o destino que tivesse oportunidade de assistir a todos estes acontecimentos, já que faleceu em 1901.

A Casa do Povo de Vermoim: algumas notas para a sua história

Liliana Aguiar*

Resumo: As Casas do Povo, enquanto organismos associativos, são uma realidade com alguma história. As primeiras referências datam de finais do século XIX em vários países da Europa. Surgem inicialmente como instituições culturais e de lazer com o intuito de facultar às classes trabalhadoras o acesso à cultura. Em Portugal, pela organização corporativa, o Estado Novo desenvolveu a sua política cultural para o povo. Tinha como intenção primordial o controle social dos meios rurais utilizando organismos como as Casas do Povo, a Escola e a Igreja, bem como outras pessoas influentes dos meios rurais.

Foram também estes os objetivos iniciais da Casa do Povo de Vermoim, constituída em 1943, e cujo desenrolar histórico iremos acompanhar.

Palavras-chave: Casas do Povo; Casa do Povo de Vermoim; Mensário da Casa do Povo; Estado Novo

Abstract: The People's Houses, as associative organisms, are a reality already with some history. The earliest references date back to the end of the 19th century in several European countries. They were cultural and leisure institutions with the purpose of giving the working classes access to culture. In Portugal, by the corporate organization, Estado Novo developed its cultural policy for the people. Its primary intention was the social control of rural areas using agencies such as the People's Houses, the School and the Church, as well as other influential people from rural areas.

These were also the main goals of the Vermoim People's House, constituted in 1943, whose historical background we will follow.

Keywords: People's House; Vermoim People's House; People's House Journal; Estado Novo.

Introdução

Historicamente tem-se verificado que os regimes políticos, mormente os ditatoriais, instituem mecanismos de controlo da população, nomeadamente da menos esclarecida, para que não questione os ideais por eles promovidos. São, por isso, instruídos com base nesses ideais que assumem igualmente como seus, pois não conhecem outra realidade. Tal foi o caso da ação do Estado Novo, de cariz corporativista.

O corporativismo fomentado pelo Estado Novo tinha como intenção primordial controlar atos reivindicativos dos trabalhadores, conflitos entre as classes sociais e impedir a fuga das gentes do campo para a cidade, vista com uma ameaça à perpetuação do regime, pois implicava o contacto com novas realidades e ideias que colocariam em causa os respetivos ideais. Assim sendo a preocupação era enaltecer a vida no campo sobrepondo-a à vida na cidade através da inculcação repetida dos valores propagandeados pelo Regime e assessorados pelo pároco, professores primários e outras pessoas influentes dos meios rurais. Este controlo social foi colocado em prática utilizando meios muito específicos: a escola primária, a Igreja e as Casas do Povo, sobre as quais incide este artigo.

Neste artigo pretende-se apresentar algumas notas que contribuam para o conhecimento da história da Casa do Povo de Vermoim.

Inicia-se com a contextualização do aparecimento das Casas do Povo, nomeadamente na Europa, especificando o caso português.

Após uma definição geral do conceito apresenta-se o percurso legal destas instituições com destaque para o ano de 1933 e a década de 80 e início de 90, com o diploma que constituiu legalmente estas casas, regulamentou o seu funcionamento e definiu os seus objetivos e os diplomas

* Câmara Municipal da Maia – Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

que reestruturaram profundamente estes organismos adaptando-os ao advento de um novo contexto social e económico, descrevendo os objetivos destas instituições ao longo desse percurso.

Termina apresentado um caso local, a Casa do povo de Vermoim, descrevendo algumas notas para a sua história.

Para o efeito recorreu-se a bibliografia sobre as Casas do Povo e outros assuntos correlacionados, a artigos em sítios da internet, à legislação e a entrevistas, nomeadamente ao atual presidente da direção.

1. Casas do Povo: contextualização histórica

1.1. Da Europa a Portugal

A história das Casas do Povo, enquanto organismos associativos, data de finais do século XIX com registos em vários países da Europa: Rússia em 1882, Inglaterra em 1887, Escócia, Turquia, Suécia, Dinamarca, Espanha, Itália entre outros. Surgem inicialmente como instituições culturais e de lazer com o intuito de facultar às classes trabalhadoras o acesso à cultura¹, por isso tinham, normalmente teatro, sala de aula, biblioteca, sala de leitura e salão de chá e associavam-se a museus e a exposições que assumiam o carácter de itinerância (Jaramillo, 2012).

Em Portugal assistiu-se, nas primeiras décadas do século XX, a grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais. Ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, que instituiu em Portugal a Ditadura Militar, seguiu-se em 1933 a instauração de um novo regime político, o Estado Novo que teve como Primeiro-ministro António de Oliveira Salazar que promoveu fortemente o corporativismo. Pela organização corporativa, o Estado Novo desenvolveu a sua política cultural para o povo, assimilando, de acordo com Melo (2010, p. 26-27), as influências de movimentos como a Alegria pelo trabalho Nazi - *Kraft durch Freude* – e a Obra Nacional dos Tempos Livres Fascista – *Opera Nazionale Dopolavoro*, que se verificavam noutros países europeus. Na opinião de Anselmo, citado por Jaramillo (2012, p. 20), o corporativismo fomentado pelo Estado Novo tinha como intenção primordial controlar atos reivindicativos dos trabalhadores, conflitos entre as classes sociais e impedir a fuga das gentes do campo para a cidade, vista com uma ameaça à perpetuação do regime pois implicava o contacto com novas realidades e ideias que colocariam em causa os ideais do regime. Assim sendo a preocupação era enaltecer a vida no campo sobrepondo-a à vida na cidade através da inculcação repetida dos valores propagandeados pelo Regime e assessorados pelo pároco, professores primários e outras pessoas influentes dos meios rurais.

É neste contexto corporativista que surge o fenómeno das Casas do Povo que, juntamente com as escolas primárias e a Igreja tinham como função o controle social dos meios rurais.

De acordo com Vilares (1950) a Casa do Povo era “o verdadeiro lar comum que o aldeão deve frequentar com toda a assiduidade possível não o trocando nunca pela atmosfera bafienta e deletéria da taberna. O lar doméstico duma família virtuosa, a Igreja paroquial para as nossas orações, a Escola para a educação dos nossos filhos e a Casa do Povo para o recreio do nosso espírito são os lugares aconselháveis para a formação do carácter dos melhores aldeãos. Vê sempre na Casa do Povo da tua aldeia o verdadeiro organismo que te dá trabalho para o teu sustento, médico para as tuas enfermidades, assistência nas tuas doenças e alegria quando tens saúde para a poderes frequentar; por isso olha-a com simpatia, ama-a com dedicação”².

¹ The people's House (2015).

² Vilares (1950), p. 233.

2. Casas do Povo: conceito, legislação e objetivos

2.1. Definição

A Casa do Povo era o elemento primário da organização corporativa do trabalho rural, durante o regime do Estado Novo em Portugal. Era o centro da convivência da classe trabalhadora. Apresentava-se como um instrumento de representação dessa mesma classe. Representava, portanto, a vida rural e tudo o que com ela se relacionasse: trabalho, educação, assistência, ajuda social e desenvolvimento da população (Jaramillo, 2012, p. 33).

Cada casa do povo era um organismo de cooperação social, dotado de personalidade jurídica, destinando-se a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais, bem como a assegurar a representação profissional e a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores agrícolas.

A área de atuação territorial de cada Casa do Povo seria, normalmente, correspondente a uma ou mais freguesias, dentro de um concelho. Agrupavam-se em Federações Regionais e estas na Corporação da Lavoura³.

Atualmente, as casas do povo são, essencialmente, associações locais com fins sociais e culturais.

2.2. A Legislação

Apesar de as Casas do Povo já existirem por todo o país pela iniciativa civil, somente em 1933 foi decretada legalmente a sua constituição.

De acordo com o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 23 051 de 23 de setembro, foi “autorizada a criação em todas as freguesias rurais de organismos de cooperação social, com personalidade jurídica, denominadas de Casas do Povo”⁴. Ainda de acordo com a alínea 1 do referido artigo, a iniciativa da criação destes organismos poderia partir de “particulares interessados e de reconhecida idoneidade, das juntas de freguesia ou de qualquer autoridade administrativa e cuja jurisdição [estivesse] submetida à freguesia rural onde se [pretendia] a criação da Casa do Povo”⁵.

Quanto à esfera de ação, o respetivo Decreto-Lei era claro, referindo o artigo 2º que “as Casas do Povo [deveriam] circunscrever-se à respetiva freguesia rural” e na designação deveria constar Casa do Povo seguido da preposição *de* e o *nome* da freguesia onde teria a sua sede.

Entre 1933, data da constituição das Casas do Povo, e 1974, ano da Revolução conhecida como o 25 de Abril, surgiram vários diplomas que tinham como finalidade legislar ou atualizar os propósitos daquelas instituições sem desvirtuar a finalidade da sua obra.

Em 1938, com o Decreto-Lei n.º 28 859, foi regulamentado o seu funcionamento acrescentando à sua finalidade “a representação de todos os trabalhadores nelas inscritos como sócios efetivos”⁶.

No ano de 1940, com o Decreto-Lei n.º 30 710, de 29 de agosto, as Casas do Povo passaram a funcionar como instituições de previdência social de inscrição obrigatória (Jaramillo, 2012, p. 36) para que fosse possível o efetivo apoio no âmbito da assistência social.

Em 1945, por Decreto-Lei n.º 34 373 de 10 de janeiro, foi criada a Junta Central das Casa do Povo para dar uma efetiva resposta aos seus propósitos conseguindo, deste modo satisfazer os

³ Casa do Povo (2014), s/p.

⁴ Decreto-Lei n.º 23 051 (1933), p. 1662.

⁵ Decreto-Lei n.º 23 051 (1933), p. 1662.

⁶ Decreto-Lei n.º 28 859 (1938), p. 1103-1105.

interesses de todos. Considerava-se necessário “coordenar a ação desenvolvida pelas Casas do Povo, no campo da assistência sanitária, com a das outras instituições, de maneira a evitar a fragmentação ou duplicação de esforços”⁷. Deveria ser, nas palavras de Castro Fernandes, citado por Jaramillo (2012, p. 36) um instrumento ativo que refletisse “as virtudes dinâmicas do entusiasmo, da tenacidade e da energia”.

Em 1956, com a Lei n.º 2085, foi instituída a Junta da Ação Social que abraça as funções culturais da Junta Central das Casas do Povo. Esta transferência incentivou à organização de bibliotecas que seguissem os valores ideológicos salazaristas.

No início de 1957 surgiu a proposta de criar federações com o intuito de proteger, de forma mais eficaz, o trabalhador rural e simultaneamente assegurar a coordenação das diferentes Casas do Povo por Decreto-Lei n.º 41 286, de 23 de setembro. As federações eram organismos corporativos intermédios com personalidade jurídica que seriam constituídas por requerimento das Casas do Povo ou por iniciativa do seu presidente ou requerimento da direção⁸. Estas organizações intermédias foram, em 1969, reorganizadas pela Lei n.º 2144 de 29 de maio devendo representar profissionalmente os trabalhadores agrícolas e defender os seus interesses.

Em 1970 pelo Decreto 445, de 23 de setembro, foi estabelecida a reestruturação orgânica das Casas do Povo e a regulamentação dos fundos de previdência para a realização do regime especial de previdência dos trabalhadores rurais.

A grande mudança deu-se após a Revolução de 25 de abril de 1974. Operaram-se profundas transformações provenientes da alteração ao quadro legislativo das Casas do Povo. Progressivamente foi-se disseminando o carácter corporativista, começando pela extinção da Junta de Ação Social passando pelas Federações das Casas do Povo, por Decreto-Lei 737/74 de 23 de dezembro. Este decreto veio, igualmente, retirar a função de representação profissional dos trabalhadores agrícolas que foi atribuída às Casas do Povo. Foi também suprimido o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência ficando as suas funções atribuídas à Junta Central das Casas do Povo.

De 1974 a 1985 surgiram diversos diplomas que introduziram profundas alterações. Foi instituído, por Decreto-Lei n.º 549/77, de 31 de dezembro, um sistema de segurança social no qual foi sendo integrado o serviço das Casas do Povo com finalidade de segurança social⁹.

Em 1982 o regime jurídico das Casas do Povo foi reestruturado de acordo com os novos contextos sociais e políticos da época. Foi definida uma nova caracterização e novos objetivos passando as Casas do Povo a serem “pessoas coletivas de utilidade pública ... com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades, especialmente as do meio rural [devendo, para isso,] promover “ações de animação sociocultural; fomentar a participação das populações nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respetiva área e a melhorar a sua qualidade de vida [bem como] executar, por delegação, tarefas cometidas a serviços públicos para aproximá-los das populações e participar planeamento de ações de carácter económico, social e cultural da respetiva área”¹⁰.

Em 1985 foi reconhecida, por Decreto-Lei n.º 185/85, de 29 de maio, a autonomia das Casas do Povo, sendo extinta, em consequência, a Junta Central das Casas do Povo ficando as tarefas relativas ao apoio, fiscalização, exercício da tutela e gestão de pessoal das Casas, atribuídas aos centros regionais de segurança social dos respetivos distritos (Jaramillo, 2012, p. 38).

⁷ Decreto-Lei n.º 34 373 (1945), p. 23.

⁸ Decreto-Lei 41 286 (1957), p. 906.

⁹ Lei n.º 55/78, de 27 de julho.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 4/82, 11 de janeiro, p. 34.

Com o Decreto-Lei n.º 246/90, vários preceitos do Decreto-Lei n.º 4/82 e artigos do Decreto-Lei n.º 185/85 foram revogados e reforçou as Casas do Povo como pessoas coletivas de utilidade pública de base associativa ficando a respetiva constituição e extinção sujeitas às normas do Código Civil (Jaramillo, 2012, p. 39).

Com as transformações sociais, culturais e económicas verificadas no final da década de 90, as Casas do Povo deixaram de fazer sentido como até então eram conhecidas. No entanto, devido às suas potencialidades e reconhecido valor, foi-lhes permitido, por Decreto-Lei n.º 171/98, de 25 de junho, desenvolverem-se como centros dinamizadores das populações de forma a contribuírem para o bem-estar do povo, equiparando-se, nos direitos, deveres e benefícios às Instituições Particulares de Solidariedade Social¹¹.

2.3. Os objetivos

Os objetivos iniciais das Casas do Povo, descritos no Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de setembro de 1933 que as instituiu legalmente, eram a previdência e assistência; a instrução e os progressos locais.

A previdência e assistência assentavam na criação de uma mutualidade entre os sócios efetivos da mesma Casa do Povo. Para a realização dos fins da previdência e assistência foram criados lactários, creches e asilos para as crianças e idosos, bem como defender as condições de sanidade local, em especial contra a tuberculose.

No que respeita à instrução, de acordo com o artigo n.º 8 do já referido Decreto-Lei, era da competência das Casas do Povo a criação de pequenas bibliotecas e de escolas ou pontos de ensino destinados a ministrar instrução aos sócios e aos seus filhos com o intuito de aperfeiçoar a profissão a que estavam destinados ou exerciam. Procuravam, igualmente, desenvolver a cultura física pela prática do desporto podendo, para o efeito, arrendar terrenos destinados à instalação de campos de jogos.

Também o cinema deveria ser usado como instrumento de cultura e de educação popular, incentivando a exibição de filmes, que promoviam os bons costumes e a ordem social, sem que a visualização dos mesmos perturbasse a economia doméstica dos associados.

Da responsabilidade das Casas do Povo era, igualmente, o progresso das obras locais com a realização de obras de interesse com destaque para as vias de comunicação, águas, esgotos e melhoramentos locais.

No entanto, o ano de 1982 marca uma viragem nos objetivos destas instituições. Para darem resposta a novos contextos sociais, económicos e culturais, o seu plano de ação passou a incidir no desenvolvimento e no bem-estar económico, social e cultural das comunidades, essencialmente rurais, desenvolvendo para isso ações diversas e fomentando a participação das populações.

3. Casas do Povo: informação, propaganda e persuasão

3.1. Os Mensários

Com o intuito informar e de educar a população para a mensagem do Estado Novo, a Junta Central das Casas do Povo, criada em 1945, promoveu instrumentos de divulgação e educação popular (Jaramillo, 2012, p. 47). Foram neste âmbito constituídos a Rádio Rural e os Mensários, que aqui se destacam.

Os mensários das Casas do Povo, da responsabilidade da Junta Central das Casas do Povo e impressos entre 1946 e 1971, surgiram da necessidade de coordenar as diferentes competências

¹¹ Decreto-Lei n.º 171/98.

do organismo que o instituiu e persuadir, pela sua constante presença, a população.

Era um jornal mensal, como indica a designação, cujo intuito na teoria seria o de educar pelo acesso à informação, mas na prática serviu para de forma (in)direta manipular o povo rural, servindo assim a política cultural do Estado. Por isso, em todos os mensários podia ler-se que “o Mensário deve ser lido em voz alta nas Casas do Povo”.

Cada número deveria convencer pela palavra e pela imagem, incluindo, para isso, regras práticas de ação, alvitre e sugestões; ser esteticamente agradável e legível para que os seus leitores e ouvintes não letrados fossem conquistados e convencidos.



Figura 1. Capas dos Mensários, nº 11, nº 19 e nº 22.

Abordava assim temas diversos e considerados de utilidade para a população: a lavoura, a música, a decoração, a arquitetura, adivinhas e contos, destacando o trabalho do homem rural. A partir de 1948, destaca-se o tema relacionado com a trilogia Família, Mulher e Lar.

Os títulos de alguns dos artigos publicados no *Mensário das Casas do Povo* e referidos por Silva (2004, p. 17 e 18) deixam claros os objetivos do Estado Novo com a criação destas instituições:

A Casa do Povo, núcleo da estrutura rural – Amorim Girão
A função social das Casas do Povo – Amorim Girão
As Casas do povo e as Escolas – A. Mendes Correia
Os domingos nas Casas do povo – Armando Xavier da Fonseca
A ação Educativa das Casas do Povo – Castro Fernandes
As ideias sociais – Silvestre Pinheiro Ferreira
Um Milagre que as Casas do Povo podem fazer – A. Pinto Machado
A Casa do povo e a Educação Familiar – Isabel Maria de Athayde
Serões Culturais nas Casas do Povo – Armando de Lucena

De facto, um povo não esclarecido facilmente é moldado de acordo com as diretrizes pretendidas. Na Escola, na Igreja ou nas Casas do Povo, a população era orientada para que nunca ousasse questionar os ideais do Regime em vigor.

4. Um caso local: a Casa do Povo de Vermoim

A Casa do Povo de Vermoim foi constituída em 1943, a 19 de dezembro, dez anos após a constituição legal das Casas do Povo. A sua constituição lícita deu-se por despacho, de 10 de dezembro, do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Joaquim Trigo de Negreiros (Rebello, 2010).

A designação da instituição – Casa do Povo de Vermoim - obedeceu ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de setembro. À designação de Casa do Povo, seguiu-se a preposição *de* e o nome da freguesia onde se iria sediar, ou seja, Vermoim.

Na sequência da sua constituição foi conferida a posse aos membros dos órgãos sociais da Casa do Povo de Vermoim nove dias depois, cujo ato ficou registado do livro n.º 1 das Atas da Assembleia Geral aberto para o efeito e abaixo transcrito.

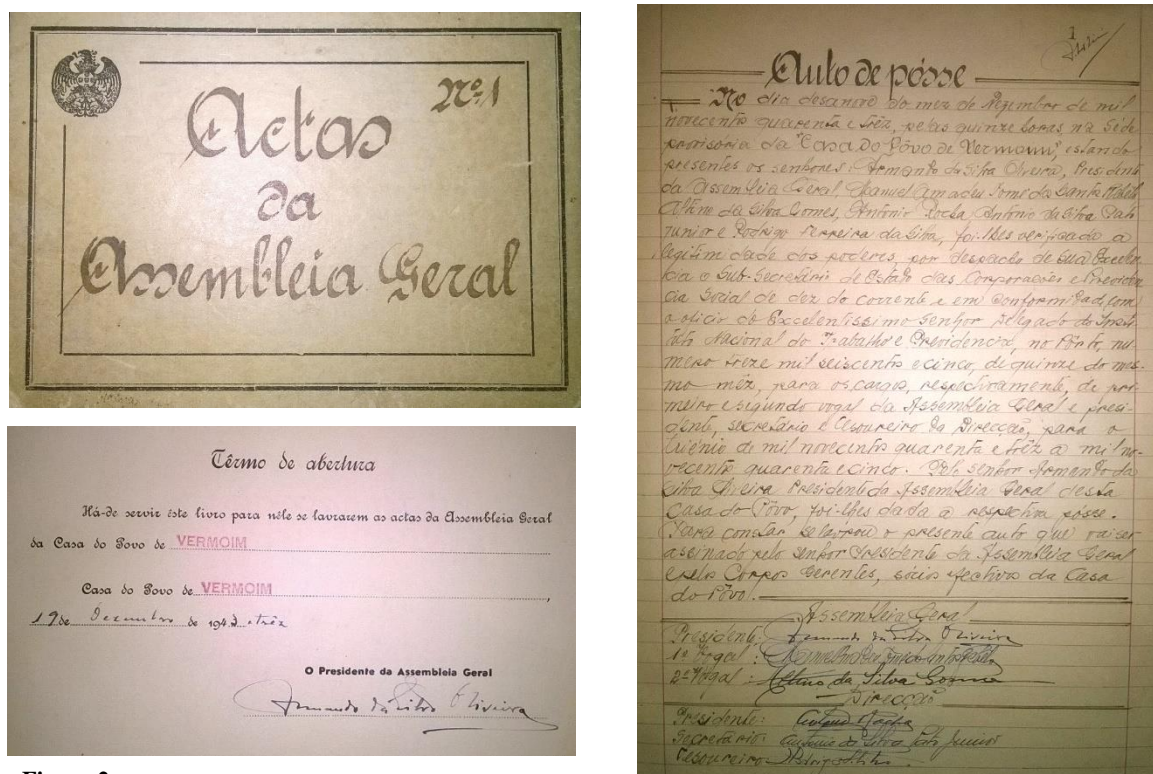


Figura 2.

Em cima: Capa do livro n.º 1 das atas da Assembleia Geral e termo de abertura desse livro. À direita: auto de posse.

Auto de Posse

*“No dia dezanove do mês de Dezembro de mil novecentos e quarenta e três, pelas quinze horas, na sede provisória da “Casa do Povo de Vermoim”, estando presentes os senhores: Fernando da Silva Oliveira, Presidente da Assembleia Geral, Manuel Amadeu Tomé dos Santos Rebêlo, Altino da Silva Gomes, António Rocha, António da Silva Pato Junior e Rodrigo Ferreira da Silva, foi-lhes verificado a legitimidade dos poderes, por despacho de Sua Excelencia o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social de dez do corrente e em conformidade com o ofício do Excelentíssimo Senhor Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência no Pôrto, número treze mil seiscentos e cinco, de quinze do mesmo mês, para os cargos, respectivamente, de primeiro e segundo vogal da Assembleia Geral e presidente, secretário e tesoureiro da Direcção, para o triénio de mil novecentos e quarenta e três a mil novecentos quarenta e cinco. Pelo Senhor Armando da Silva Oliveira, Presidente da Assembleia Geral desta Casa do Povo, foi-lhes dada a respectiva posse. Para constar se lavrou o presente auto que vai ser assinado pelo senhor Presidente da Assembleia Geral e pelos Corpos Gerentes, sócios efectivos da Casa do Povo”.*¹²

O primeiro elenco dos corpos gerentes era constituído pelos seguintes elementos:

¹² Auto de Posse – Actas da Assembleia Geral da Casa do Povo de Vermoim (N.º 1), 1943, p. 1.

Direção

Presidente – António Rocha

Secretário – António da Silva Pato Júnior

Tesoureiro – Rodrigo Ferreira da Silva

Assembleia Geral

Presidente – Armando da Silva Oliveira

Vogais - Amadeu Tomé dos Santos Rebelo e Altino da Silva Gomes



A Casa do Povo de Vermoim, após a sua constituição, funcionou durante algum tempo num espaço ao lado da Igreja Paroquial de Vermoim, nas palavras de Moisés Teixeira e corroboradas por Rebelo (2010), até ter uma sede no Largo do Outeiro em Vermoim. Tal como se pode ler em todas as atas, a sede era provisória, mas o carácter provisório manteve-se até 2009. Viu a sua simbologia aprovada pela FNAT em 1948.

**Figura 3.**

Em cima Sede Provisória da Casa do Povo de Vermoim. Ao lado, entrada da sede provisória onde ainda consta a placa com a designação Casa do povo de Vermoim. Fotos de Liliana Aguiar.



Os objetivos iniciais eram, à semelhança de todas as outras casas do povo, os descritos no diploma da constituição legal destas instituições: providência e assistência; instrução e o progresso das obras de âmbito local. No entanto, como não tinha instalações próprias, a vertente cultural da Casa do Povo foi bastante afetada. Não foram instituídos determinados serviços nem construídas determinadas valências de apoio à instrução, nomeadamente a biblioteca, as salas para as aulas para adultos e o museu rural não aparecendo, por isso, na relação sumária das atividades culturais das Casas do Povo eleitas pela Junta Central das Casas do Povo, como podemos ver nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1:

Atividade Cultural das Casas do Povo eleitas pela Junta Central das Casas do Povo (1948-1954) | P – projetado; O – em organização; D – Dissolvido (Melo, 2001, p. 125)

Localidade	Distrito	Biblioteca	Serões de leitura	Palestras	Curso educação adultos	Boletim impresso	Curso de costura	Curso feminino artesanato	Curso geral artesanato	Centro da OMEN	Sessões de cinema	Telefonia	Jogos lúdicos	Grupo flâmico	Grupo folclórico	Grupo coral (folclórico)	Grupo cénico	Actividades desportivas	Museu rural etnográfico	Concurso de poesia	Salão de festas
Silvares.....	Braga.....	X																			
Sambade.....	Bragança.....	X	X	X				X	P			X	X	X			X			X	X
Caldas de Saúde.....	Porto.....	O								?									O		
Relva (1949).....	Ponte Delgada.....		X			X	D														
Belmonte.....	Castelo Branco.....	O									X	X	X	X			D				X
Montalvão.....	Portalegre.....									X											X
Assumar.....	Portalegre.....																				
Alcáçovas.....	Évora.....																		X		
Canha.....	Setúbal.....	X	X	X							X	X								X	
Arronches.....	Portalegre.....									X											
Relva (1955).....	Ponte Delgada.....	X	X	X	X						X	X	X								X
Ferreira do Alentejo.....	Beja.....														X						X
Nossa Senhora de Machete.....	Évora.....																				X
Sobreira Formosa.....	Castelo Branco.....																				X
Cano.....	Portalegre.....	X	X	X	X		X								X			X			X
Serpa.....	Beja.....															X					
Vila Franca do Campo.....	Ponte Delgada.....																				

Localidade	Distrito	Biblioteca	Serviços leitura	Paletas	Curso de educação de adultos	Campanha anti-analfabetismo	Curso feminino artesanato	Curso geral artesanato	Curso costura & labores	Sessões de cinema	Telefonia	Jogos lúdicos	Grupo coral	Grupo folclórico	Grupo folclórico	Balões regionais	Grupo cénico	Grupo desportivo	Museu rural	Concurso «lar rural»	Concurso literário	Concurso folclórico	Campanha higiene e bom gosto	Prémio melhor trabalhador	Prémio família + numerosa
Salvada.....	Beja.....	X	?	X	P	P	P				X	X	P	P	P	X	P	P	P	P	P				
Canha.....	Setúbal.....	X	O	X	P	P	X		X	X			P	P			P	X	P	P					
Lanhezes.....	V. Castelo.....	X	O										X												
Santa Eulália.....	Portalegre.....	X	O																						
Monforte da Beira.....	C. Branco.....	O	P	P	?						X	X					O	X							
Luz de Tavira.....	Faro.....	P	P	P	P			P					X	X	X					P				X	X
Barqueiros.....	Vila Real.....	P	P	P	P			P						X	X					P					
Cartaxo.....	Santarém.....	X	X	X	X		O													P					
Santa Marinha do Zêzere.....	Porto.....	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X		X	O	X						
Camacha.....	Funchal.....	X	X	X	X	X					X	X	X	X	X		X	O	X						
Alcáçovas.....	Évora.....	X	P	P	P			P				X	P					X	O						
Mafra.....	Lisboa.....	P	P	P	P													X	O						
Sambade.....	Bragança.....	X	X	X	X						X	X	X	X	X		X	R	X						
Lousado.....	Braga.....									X	X	X	X	X	X		X	R	X						
Condeixa.....	Coimbra.....	O	P		X	X		X			X	X	X												
Moleiros.....	Viséu.....	P										X													
Valongo do Vouga.....	Aveiro.....	X	X							X				D	X										
Pinhel.....	Guarda.....	O	X														X								
Alcácer do Sal.....	Setúbal.....										X		P												
Santo António.....	Funchal.....																								
Alfeizerão.....	Leiria.....	P																							

Quadro 2:

Destaques da atividade cultural das Casas do Povo | P – projetado; O – em organização; D – Dissolvido (1947-1960) (Melo, 2001, p. 184)

A instrução resumia-se à promoção da prática dos bons costumes propagandeados pelo regime, pelo ingresso em atividades e associações de carácter cultural, recreativo e desportivo que afastava homens e mulheres dos vícios, considerados pelo Regime em vigor, nefastos e prejudiciais ao lar ideal.

No âmbito da assistência, referem tanto Fernando Aguiar como Joaquim Lessa, que no andar de cima da instituição a população tinha acesso a consultas de clínica geral com o Dr. Vinhas, assistido pela enfermeira D. Eulália e a parteira D. Fernanda.

Quanto à instrução, entendamos neste contexto educação para os bons costumes, foi promovido um curso de artesanato para as senhoras cujos resultados foram expostos em 23 de setembro de 1948 (Fig. 4), quando da comemoração do Estatuto do Trabalhador, valendo à Casa do Povo de Vermoim, rasgados elogios pela Junta Central das Casas do Povo que referiu ser uma instituição exemplar e que procurava realizar todos os seus propósitos¹³.

CASA DO POVO DE VERMOIM



A Casa do Povo de Vermoim (Concelho de Maia) tem procurado realizar todos os alvites preconizados pela Junta Central. As nossas fotografias, tiradas por ocasião da festa comemorativa do dia 23 de Setembro, data da publicação do *Estatuto do Trabalho Nacional*, demonstram que a Casa do Povo de Vermoim, além de ter a sua simbologia aprovada pela F. N. A. T., organizou também um curso de artesanato, cujos resultados foram expostos à observação do público. Bem haja a Casa do Povo de Vermoim

Figura 4 – Notícia da Exposição de trabalhos de Artesanato da CPV, no Mensário n.º 19, p. 18.

Foi também criado o Grupo Desportivo e Cultural da Casa do Povo de Vermoim. Dedicavam-se ao teatro, ao folclore infantil, que depressa se extinguiu, andebol de onze, andebol de sete e futebol, disputando inclusive os campeonatos da FNAT e depois do Inatel. No âmbito do

¹³ Mensário n.º 19, p. 18.

futebol foi fundada uma equipa masculina de que podemos apreciar uma formação na Fig. 5; jogava-se num campo adquirido pela população para o efeito¹⁴ e que doou à Casa do Povo.

Disputaram-se nos terrenos do campo da Casa do Povo interessantes jogos com a Âmbar, Têxtil de Arcozelo, Têxtil Abel Alves de Figueiredo de Santo Tirso, Cerâmica de Valadares¹⁵, e com o vizinho Barca constituído, segundo os entrevistados, para a oposição à equipa da Casa do Povo e com o qual se travaram jogos bastante animosos.



Figura 5 – Equipa de Futebol da Casa do Povo de Vermoim (foto gentilmente cedida por Fernando Aguiar). Da esquerda para a direita - em pé: António Ramalho; Fernando Rocha; Armando Pereira; Abílio Fiteira; Fernando Aguiar; Luís Ferreira da Silva; António Resteira; “Machado”; Carlos Padeira. Sentados: Teixeira; Justino de Jesus; António Gomes Miranda; Fernando Torres; Daniel; Fernando Rebelo

Na década de 80 e entrada na década de 90, surgiu nova legislação que regulamentou e reestruturou as Casas do Povo¹⁶. Neste contexto de profunda mudança, a Casa do Povo de Vermoim não resistiu e fechou as suas portas.

A instituição foi revitalizada em 2009, em 16 de agosto, com a mesma designação, sediada na Rua do Cavaco, nº277, freguesia de Vermoim¹⁷, tendo como corpos gerentes ativos:

Direção:

Presidente: Joaquim Lessa

Secretário: Amaro Gomes

Tesoureiro: Maia Martins

Assembleia:

Presidente: Abílio Silva

Conselho fiscal: Augusto Costa Mandim.

Estes corpos gerentes iniciaram a sua obra começando, desde logo, pela adequação dos estatutos aos novos tempos e que se mantêm até aos dias de hoje. Estes estatutos



Figura 6 – Nova sede

¹⁴ No terreno onde foi construída a sede definitiva da Casa do Povo em 2009. Este terreno serviu para fazer uma permuta com a Câmara Municipal. A Câmara construiu a Casa do Povo, dotando-a de alguns requisitos para poder funcionar, e a Casa do Povo cedia o Campo de Futebol para aí ser construído um parque de jogos.

¹⁵ Discurso da inauguração da Casa do Povo de Vermoim (2009), s/p.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 4/82, 11 de janeiro; Decreto-Lei n.º 185/85, de 29 de maio; Decreto-Lei n.º 246/90.

¹⁷ Atualmente, e após a última reorganização administrativa em 2013, é a referência primordial de identidade toponímica da antiga freguesia de Vermoim, agora parte integrante da freguesia da Cidade da Maia.

vieram regulamentar o funcionamento da instituição definindo a respetiva natureza e fins. Pode ler-se no artº 1º que a Casa do povo de Vermoim é uma “pessoa coletiva de utilidade pública, de base associativa, constituída por tempo indeterminado, com o objetivo de promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local, sem qualquer filiação política ou religiosa, e rege-se pelos Estatutos e disposições legais aplicáveis”¹⁸. Para cumprir estes desígnios refere o artº 3º que a Casa do povo pretende “desenvolver atividades de carácter social, cultural, desportivo, recreativo ou outras, em colaboração com outras entidades como o Estado, as Autarquias, o INATEL e outras, fomentando sempre a participação da população”¹⁹.

A sua ação é, deste modo, diversa incidindo em aluguer de espaços para angariação de verbas para o funcionamento da instituição, prestação de serviços e atividades de dinamização cultural, desportiva social: consultas de psicologia; encontros de carros antigos; danças de salão; aulas de *karaté*; formação; exposição da Cascata de S. João, do Pedro, publicação de livros; concursos de vestidos de chita, entre outros que sejam propostos e se enquadrem nos seus fins que se encontram definidos nos estatutos.

Atualmente encontram-se em funções novos corpos gerentes, eleitos no presente ano, que dão continuidade ao serviço anteriormente estabelecido:

Direção

Presidente: Joaquim Lessa

Secretário: Joaquim Ferreira

Tesoureiro: António Gomes

Assembleia Geral

Presidente: Abílio Silva

Conselho Fiscal: António Joaquim Nogueira da Costa.

Figura 7 – Nova sede



Buscando uma continuidade na renovação, a Casa do Povo de Vermoim procura responder às necessidades da comunidade local enquadrando a sua ação num novo contexto social, cultural e económico resultante dos novos tempos.

Conclusão

Ao longo deste texto, onde se pode ler sobre o panorama geral das Casas do Povo ao longo da sua história e sobre o caso local da Casa do Povo de Vermoim, verifica-se que sobre a égide da ajuda, sempre se criaram mecanismos não tanto para prestar apoio mas para persuadir a população menos esclarecida.

Felizmente que, na atualidade, a orientação destas instituições é outra. Atendendo aos novos contextos sociais e económicos, colocam a pessoa no centro da sua atuação, promovendo o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local e desenvolvendo, para o efeito, atividades de carácter social, cultural, desportivo, recreativo e outras que se considerem pertinentes para a concretização dos seus fins, como se pode ver com o caso local da Casa do Povo de Vermoim.

¹⁸ Estatutos da Casa do Povo de Vermoim (2009), s/p.

¹⁹ Estatutos da Casa do Povo de Vermoim (2009), s/p.

Referências Bibliográficas

- JARAMILLO, Jessica Maria Oliveira (2012). Casas do Povo, Casas dos Pescadores [Tese de Mestrado]. UP: Faculdade de Arquitetura. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80362>. Consultado em 14 novembro 2016.
- MELO, Daniel (2010). A cultura popular no Estado Novo. Coimbra: Agelus Novus
- MELO, Daniel (2001). Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958). Viseu: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- REBELO, Fernando (2010). Para uma monografia de Vermoim da Maia. Maia: edição de autor.
- SILVA, Lourdes Graça Camelo Cunha (2004). Os serões de Domingo em Sambade. Outra escola. Outros saberes. Maia: edição de autor.
- VILARES, João Batista (1950). Serões na Casa do Povo. Livraria Sequeira.

Referências on-line

- Discurso de Inauguração da Casa do Povo de Vermoim* (2009) [Em linha] 13 de agosto. Disponível em http://casapovovermoim.org/wordpress/?page_id=81. Consultado a 16 de dezembro 2016.
- Estatutos da Casa do Povo de Vermoim* (2009) [Em linha]. Disponível em http://casapovovermoim.org/wordpress/?page_id=15. Consultado a 16 de dezembro 2016.
- The People's House* (2015) [Em linha] 31 de dezembro. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/The_People's_House. Consultado em 18 novembro 2016.
- Casa do Povo* (2014) [Em Linha] 27 de fevereiro. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_do_povo. Consultado em 21 de novembro de 2016.

Legislação

- Diário do Governo, I Série, n.º 217, Decreto-Lei n.º 23:051, 23 de setembro de 1933, 1662-1664.
- Diário do Governo, I Série, Decreto-Lei n.º 28:859, 18 de julho de 1938, 1103-1105.
- Diário do Governo, I Série, n.º 201, Decreto-lei n.º 30:710, 29 de agosto de 1940, 999-1004.
- Diário do Governo, I Série, n.º 7, Decreto-Lei n.º 34:373, 10 de janeiro de 1945, 23-24.
- Diário do Governo, I Série, n.º 173, Lei n.º 2085, 17 de agosto de 1956, 1293-1296.
- Diário do Governo, I Série, n.º 215, Decreto-Lei n.º 41:286, 23 de setembro de 1957, 906-907.
- Diário do Governo, I Série, n.º 127, Lei n.º 2144, 29 de maio de 1969, 591-596.
- Diário do Governo, I Série, n.º 221, Decreto n.º 445/70, 23 de setembro de 1970, 1356.
- Diário do Governo, I Série, n.º 298, Decreto-Lei n.º 737/74, 23 de dezembro de 1974, 1614.
- Diário do Governo, I Série, n.º 302, Decreto-Lei n.º 549/77, 31 de dezembro de 1977, 3168-3177.
- Diário do Governo, I Série, n.º 171, Lei n.º 55/78, 27 de julho de 1978, 1498-1499.
- Diário do Governo, I Série, n.º 8, Decreto-lei n.º 4/82, 11 de janeiro de 1982, 33-37.
- Diário do Governo, I Série, n.º 123, Decreto-Lei n.º 185/85, 29 de maio de 1985, 1464-1466.
- Diário da República, I Série, n.º 172, Decreto-Lei n.º 246/90, 27 de julho de 1990, 3107-3109.
- Diário da República, I Série – A, n.º 144, Decreto-lei n.º 171/98, 25 de junho de 1998, 2821-2822

Outros documentos legais

- Auto de Posse* - Actas da Assembleia Geral da Casa do Povo de Vermoim (N.º 1), 1943.



Lembranças, 1945

O Aeroporto de Pedras Rubras segundo o manuscrito de Joaquim Dias Salgueiro

Parte 1

Armando Mário Moreira Tavares*

Resumo: Através da leitura e transcrição de um manuscrito de Joaquim Dias Salgueiro, de Vila Nova da Telha – Maia, procura-se seguir o percurso de construção do Aeródromo do Porto, depois Aeroporto de Pedras Rubras e hoje Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro.

Palavras-chave: Vila Nova da Telha; Moreira; Aeroporto, Manuscrito

Abstract: Through the reading and transcription of a manuscript of Joaquim Dias Salgueiro, from Vila Nova da Telha - Maia, it is sought to follow the course of construction of the Aerodrome of Porto, then Airport of Pedras Rubras and today Francisco Sá Carneiro International Airport.

Keywords: Vila Nova da Telha; Moreira; Airport, Manuscript

Introdução

A razão primeira que nos levou a publicar este artigo sobre as «Lembranças» de Joaquim Dias Salgueiro, deve-se à nossa obrigação para com a história da nossa Terra; para que as coisas não se encerrem numa prateleira cheia de livros, os quais não terão praticamente utilidade alguma se se limitar a uma minoria de pessoas o seu conhecimento.

É que «quem guarda tem» como diz o povo, e quem regista o que vê, dá a conhecer a sua vivência no espaço e no tempo, acrescentamos nós.

Joaquim Dias Salgueiro, maiato, viveu em Vilar do Senhor, um lugar da freguesia de Vila Nova da Telha muito afetado pela construção do «campo de aviação».

Foi uma testemunha de primeira linha em todo o processo de construção.

Presenciou, vivenciou, e por isso sentiu necessidade de registar o que via para memória futura.

E como chega ao nosso conhecimento do manuscrito?

Do nada surgem as coisas e, em conversa com pessoas das nossas relações, recebemos informação de que alguém tinha registado em papel as memórias da construção do “aeródromo do Porto”, de uma forma real e conhecedora da problemática da sua construção, até porque foi visado pelas expropriações de terra em favor do estado e pelas obras subsequentes.

Consultada a pouca bibliografia sobre o tema, sentimos ainda mais vontade de publicar todo o conteúdo do Manuscrito “Lembranças”.

É o que se faz de seguida, ressaltando os seguintes aspetos:

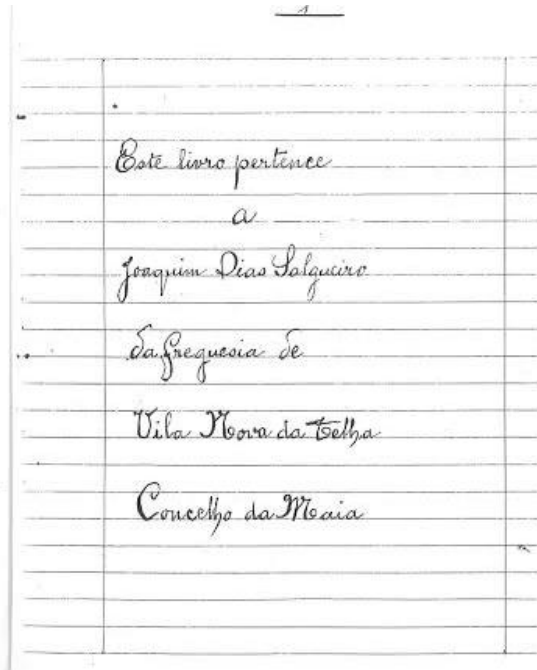
- Optamos pela transcrição seguindo a ortografia original, inclusive alguns «lapsos» de escrita; fica assim assegurada a tipicidade da linguagem e o resgatar de algumas palavras já quase desaparecidas do nosso vocabulário, e que, por isso, já não se ouvem no quotidiano da localidade;

- Alteramos a ordem original dos temas de modo a apresentar o texto de forma mais lógica e compreensível para o leitor.

* Câmara Municipal da Maia – Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

Lembranças, 1945

As minhas impressões



Ao alvorecer o ano de 1945, tive um pensamento, que resolvi tornalo pôr em pratica.

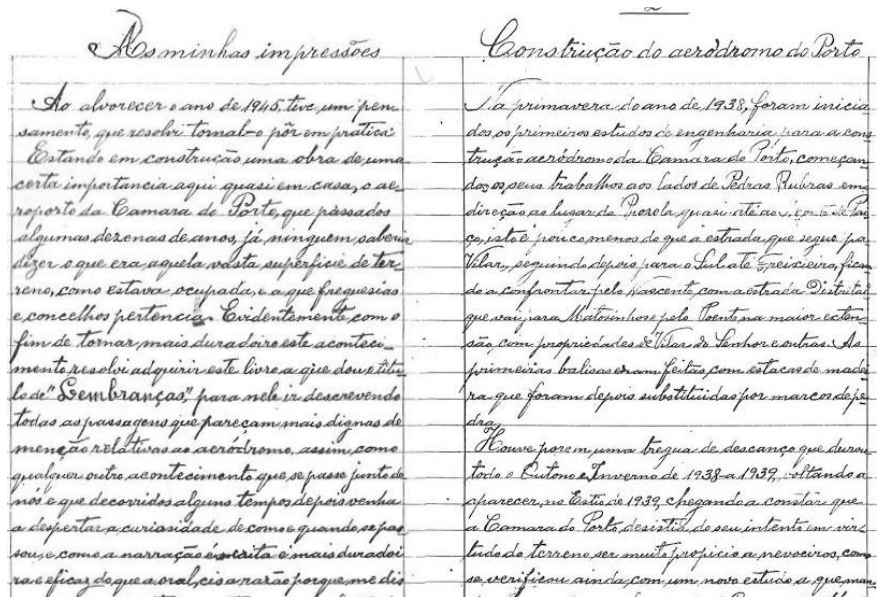
Estando em construção uma obra de uma certa importancia aqui quasi em casa, o aeroporto da Camara do Porto, que passados algumas dezenas de anos, já ninguém saberia dizer o que era aquela vasta superficie de terreno, como estava ocupada, e a que freguesias e concelhos pertencia. Evidentemente com o fim de tornar mais duradouro este acontecimento resolvi adquirir este livro a que dou o titulo de “Lembranças”, para nele ir descrevendo todas as passagens que pareçam mais dignas de atenção relativas ao aeródromo, assim como qualquer outro acontecimento que se passe junto de nós e que decorridos alguns tempos depois venha a despertar a curiosidade de como e quando se passou, e como a

narração escrita é mais duradoira e eficaz do que a oral, eis a razão porque me dispus a dar iniciativa a este meu mal ataviado trabalho.

Joaquim Dias Salgueiro, 1940-4

1 – Construção do aeródromo do Porto¹

Na primavera do ano de 1938, foram iniciados os estudos de engenharia, para a construção aeródromo da Camara do Porto, começando os seus trabalhos aos lados de Pedras Rubras em direção ao lugar da Prozela, quasi ate ao corte de Paiço, isto é pouco menos do que a estrada, que segue para Vilar, seguindo depois para o Sul ate ao Freixieiro, ficando a confrontar pelo Nascente, com a estrada Distrital que vai para Matosinhos e pelo Poente na maior



¹ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito *Lembranças, 1945*, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.2v-4

extensão, com propriedades de Vilar do Senhor e outras. As primeiras balisas eram feitas com estacas de madeira que foram depois substituídas por marcos de pedra.

Houve porem uma tregua de descanso que durou todo o Outono e Inverno de 1938 a 1939, voltando a aparecer no Estio de 1939, chegando a constar que a Camara do Porto, desistiu do seu



intento em virtude do terreno ser muito propicio a nevoeiros, como se verificou ainda com um novo estudo a que mandou proceder na freguesia de Gemunde, Maia, não encontrando contudo condições mais vantajosas de terreno, ordenou aos tecnicos de engenharia que procedessem imediatamente ao levantamento da planta topografica do

terreno e depois ao cadastral, isto no ano de 1940, e que o começo das obras deviam coincidir com os centenários da fundação e da restauração o que efectivamente aconteceu, limitando-se o principio das obras apenas ao arrazamento duns simples balos de terra entre vizinhos numa extensão de poucas centenas de metros.

Em Outubro de 1940, foram convidados os proprietarios dos terrenos a expropriar para comparecerem no escritorio da Camara do Porto, sito numa casa no lugar dos Marcos, junto a estrada de Matozinhos para assinarem o termo de expropriação amigavel dos seus terrenos pela Camara Municipal do Porto para a construção do seu aeródromo em Pedras Rubras.

Durante o ano de 1941, esteve o terreno expropriado ao abandono, dizia-se que a Camara do Porto já não faria nada por falta de recursos.

Porem em Abril de 1942, a Camara depois de conseguir obter do Governo a comparticipação no custo da sua obra, foi posta a arrematação por concurso publico, e foi arrematada a construção do aerodromo pela firma Ferreira dos Santos do Porto, pela quantia de Tres mil e seiscentos contos, dando principio as obras logo no mês seguinte . Os primeiros trabalhos foram iniciados



simultaneamente o corte de todo o mato, a construção de um barracão de madeira para guardar as ferramentas e para dormida dos pedreiros que se ocupavam na extração da pedra nas pedreiras do Monte Pedroso, Freixieiro, parte ainda dentro dos limites do aeródromo e parte na restante bouça pertencente aos herdeiros do falecido José Nogueira aonde foi extraída grande parte da pedra para a construção do canal e quasi ou toda a pedra britada a empregar na drenagem. Nestas pedreiras trabalhavam em diversos locais bastantes pedreiros, montantes aparelhadores, e mulheres a quebrarem pedra para brita a empregar na drenagem. Ao lado dos Marcos foram também construídos os escritórios e secções de todos os encarregados e gerentes de todos os serviços bem como os barrações aonde se recolhiam quatro juntas de bois empregados nos trabalhos do campo e se guardavam arreios, carroças e muitas outras ferramentas tudo pertencas do empreiteiro.

Entretanto a obra do canal seguia com grande incremento. Cortado o mato e desviado para os lugares onde convinha, procedia-se a cavação que consistia em cortar em leivas a terra superficial enraizada e depois a prumo ate a profundidade de cinquenta centímetros se fosse terra preta e menos se encontrasse saibro mais proximo. Nos terrenos assim preparados procedia-se a gradação com grades comuns até estar a terra desfeita, como em campos de cultivo.

A terraplanagem principiou nos maninhos. Estando a terra preta já desfeita pelas gradagens, foi retirada para montoeiros aos lados até ficar o sub solo descoberto na largura de qualquer avenida, depois procedia-se ao escavamento e condução do entulho para a baixa do canal em construção, nivelado o solo daquela primeira parcela, a terra que tinha sido demolida voltava para montoeiro no lugar donde tinha saído. O entulho ao principio enquanto era perto era conduzido em



carros de bois e até carros de cantoneiro, seguindo depois quando mais longe, conduzido em vagonetas de ferro que circulavam em caminhos de ferro ambulantes, mas também de tração animal, continuando sempre o uso de carros de bois em grande quantidade.

Há medida que o aterro se ia lançando por camadas era necessário fazer-se a sua compressão, para isso apareceram a maquina de cilindrar estradas e os cilindros, um de dentes e outro liso que eram usados na compressão dos aterros. O primeiro compressor era a máquina movida a vapor depois atrelava os cilindros e só esta o serviço feito quando os dentes do cilindro pouco gravessem no chão, este serviço repetia-se as vezes que necessário fosse para bom êxito da obra. Esta tarefa era feita para cada camada de entulho, que não era de grande espessura.

O canal que tem altura de 1, 20 m e de largura 0.85 m achase construído no leito do pequeno e tortuoso antigo regato que corria por entre um chavascal de silvas, salgueiros e amieiros, recebendo as vertentes das duas pequenas encostas com a diferença de hoje se encontrar a obra construída em compridos alinhamentos rectos formando linha quebrada. É obra de grande solidez,

os alicerces são construídos de proprianho de 0,22 m de grosso assente lateralmente em alguns pontos são tres fiadas umas sobre as outras, as paredes longitudinais são construídas com blocos de bôa pedra de 0,50 m de espessura rectangulares e desfalhados e o teto com grossas capas da melhor pedra bem juntadas. No percurso do seu leito há vários saltos nalguns destes há para baixo uma que possa receber detritos que veem juntos com a água, é para fazer limpeza há no mesmo lugar uma comunicação angular até quasi à superficie do solo pois apenas ficam as capas ou cobertura de cima cobertas com a terra preta. As juntas de toda esta obra são tomadas com argamassa composta de cimento e areia do mar bem como os cantos do seu leito. Esta obra de canal seguia com tal incremento que foi necessário para tanto vir pedra das pedreiras de Santa Cruz, pelas do Monte Pedroso não extraírem pedra suficiente para o bom andamento da obra.

2 - A Desarborização²

Nos primeiros dias do mês de Abril do ano de 1945, foram verbalmente convidados todos os proprietarios possuidores de predios rusticos atingidos pelos limites das pistas a desarborizar, a comparecer no escritorio da Camara do Porto sito no aeródromo, para se tratar de tal assunto.

A fim de dar cumprimento ao aludido convite compareceram na secretaria do escritorio varios proprietarios cada dia conforme o convite que estava feito. Depois de se encontrarem ali e de lhes ser exposto pelo snr. Manuel alexandrino, engenheiro do aeródromo, o objecto daquele convite feito, disse que tinha por fim ser conveniente assinar o respectivo termo de acordo amigavel de desarborização de seus predios compreendidos pela area das pistas do aeródromo assinando o competente termo de desarborização amigavel entre eles e a Camara Municipal do Porto, recebendo desta a pequena indemnisação de cinquenta centavos por metro quadrado, podendo os interessados ir negociando as suas madeiras sem prazo de tempo marcado.

Esta proposta não me consta que fosse rejeitada por qualquer um parece que todos foram concordes.

Na primeira semana do mês de Julho todos os proprietarios foram comunicados por um circular da Camara do Porto, para retirarem todas as arvores que ainda restassem, isto até a completa desarborização que em Agosto principiava uma carreira de aviões do Porto para Lisboa, como porem se aproximassem os ultimos dias do mês e ainda restassem algumas arvores, foram novamente avisados verbalmente todos os proprietarios para cortarem as suas arvores dentro de poucos dias quando não a Camara mandaria proceder ao seu corte correndo a despesa feita, com esse serviço por conta do proprietario.

No mês de Abril do ano de 1946, foi prolongada a desarborisação da pista Norte do aeródromo do Porto.

A pista Norte que se encontrava pouco mais ou menos pelo meio das bouças dos sns. Manuel Dominues dos Santos, de Lavra, e Manuel Lopes da Silva Ramos do lugar da Aldeia, Vila Nova da Telha, dilatou-se ainda um pouco para além da cruz das estradas que seguem para Paço e Vilar, pois foram desarborisadas umas pequenas parcelas de terreno das bouças dos snrs. Joaquim José Francisco da Silva, “Herdeiros de Cabanelas e de Joaquim Pereira de Oliveira, de Santa Cruz do Bispo, assim como toda a sua extensão transversal.

² Vol. I, fl.14v-15

3 - A Terraplenagem³

Os trabalhos de terraplenagem no aerodromo para o prolongamento da sua pista N - Sul, na ponta norte, principiaram no mês de Maio do ano de 1948.

Esta obra está a ser com muito pouco pessoal trabalhador, tendo sido dispensada a engrenhagem que serviu na construção do aerodromo, pois já não vemos na labuta os carros de bois em grande quantidade, as vagonetas a circular nos seus carris de ferro carregadas de entulho arrastadas por bois, nem a máquina e os cilindros, compressores do aterro, tudo isto desapareceu por completo. Na obra presente vemos apenas um trator atrelado a uma máquina que é uma maravilha, pois cava o terreno, carrega e vai descarregar onde ele é necessário, ao mesmo tempo vai comprimindo o entulho, não havendo outro compressor. Por esta razão vemos que há uma grande economia na escavação e carregamento de entulho e sua remoção para onde são necessários , ocupando pouco pessoal trabalhador pois é só para cavar terra onde a máquina a encontra mais dura e para pouco mais.

4 - A Drenagem⁴

Feita a terraplenagem procedeu-se a drenagem que se compunha de duas classes de tubos, uns condutores que eram assentes a mais profundidade, eram grossas tinham embocadura onde ficavam ligados uns aos outros por cimento, a outra era mais a superfície, a que consistia na verdadeira drenagem, era composta de uma vasta rede de regos, cheios de pedra britada, com uma linha de tubos mais finos no interior, da brita, estes tubos não tinham embocadura, eram de topo, destinados a receber imediatamente as águas pluviais logo que caíssem no campo. A brita ficava quasias a superfície da terra e tubos assentes no seu interior desaguavam em caixas de ar dos grossos tubos condutores que desembocavam a maior parte no canal, outros na trincheira ou vala e ainda outros para lugares baixos onde podiam lançar suas águas, isto em virtude do aerodromo ter vários declives. A dimensão de toda a tubagem gasta na drenagem segundo diz o tecnico mais cateorizado do Campo, o engenheiro Manuel Alexandrino, tambem secretario da Camara no seu escritorio sito no aerodromo.

.....A tubagem que é feita de cimento e areia grossa os tubos finos empregados na drenagem e os tubos condutores são de cimento e areia super grossa, foi construida na praia à beira mar em Pampolide de Perafitá proximo do Cabo do Mundo.

5 – Ampliação do Aeródromo⁵

Quando foi adjudicada a empreitada da terraplenagem do aerodromo a superfície deste dizia-se que era de um quilometro quadrado, ou seja um milhão de metros. Tendo porém começado a obra e já em grande andamento como fim de modernisar a sua configuração foi ampliada a sua superfície em muitas dezenas de milhares de metros oara o lado Poente. As propriedades expropriadas em parte foram: uma parte do Campo de Orjo pertencente a Joaquim dos Santos da antiga casa do Pigarro, uma parte da bouça grande pertence a Joaquim Pereira d'Oliveira, morador

³ Vol. I, fl.50v. Esta terraplenagem diz respeito ao prolongamento da pista.

⁴ Vol. I, fl.4v-5

⁵ Vol. I, fl.5v-6

em Santa Cruz do Bispo, da antiga casa do cirurgião desta aldeia de Vilar do Senhor, nestas duas propriedades eleva-se a mais de vinte mil metros de terra, uma parte da bouça pertencente a Manuel Lopes da Silva Ramos, de Vila Nova, nesta bouça de menos de uma jeira, e uma nesga de terra na bouça do snr Filipe de Paço, e aos lados de Freixieiro nas bouças do Monte Pedroso e noutras mais para Sul, a superfície ocupada pela ampliação nas bouças deste lugar seria igual ou aproximadamente as propriedades pertencentes a Vilar. Segundo as condições do contrato o prazo de tempo para a construção da obra era de quinze meses contando todos os dias que o tempo permitisse o trabalho, e, com a multa de dois contos diários durante o excesso de tempo até a conclusão da sua empreitada. Vem depois a ampliação e ainda uns pequenos intervalos por causa das chuvas e contudo a obra pouco adiantou ao prazo de tempo imposto no contrato. Para tanto quando tempo estava bom havia horas a mais para trabalhadores e carreteiros de terra e entulhos, não foram só os profissionais da estrada mas muitos outros lavradores proprietários dos arredores do campo e de mais longe, todos queriam aproveitar a sua quota parte trabalhando todos os dias Santos de Guarda, e nos domingos até o meio dia quando havia serviço esta ganancia porem durou poucos meses, porque assim que terraplanagem principiou a declinar ficaram só os carreteiros mais antigos e entretanto iniciava-se a ultima parte da obra que tinha por fim a distribuição de terra preta que achava em montoeiro com o fim de voltar a ser o solo como quando estava ocupada pela vasta floresta. Neste serviço já empregava muito menos carros de bois porque o arrazamento da terra era mais facil ocupando muitas mulheres que faziam o serviço de mudança da terra a giga a cabeça, como quando foi o levantamento da terra preta, solo para as montoeiras, tambem foi a elas que coube a maior parte de tal tarefa. Distribuida a terra preta numa camada uniforme foi lavrada e gradada já como um campo de cultivo e ancinhada a apanhar todas as raizes de natos de mais outras plantas estando toda esta empreitada concluida no mês de Outubro de 1943.

Quando a terraplanagem, o ponto de maior rebaixamento sofreu foi no lugar conhecido por cancelas vermelhas, que seria aproximadamente uns bons tres metros seguindo pelo caminho até aos Maninhos em muito menos profundidade, até porem houve um rebaixo que seria menos profundo mas muito dificil de romper porque encontrou pedra e teve de ser cortado por pedreiros e empregar-se a dinamites. O restante terreno foi cortado a picareta e até a enchada excepto qualquer pequeno caroço sempre de muito pouca importancia.

Cercados para ensaios de arrelvamento



6 - A Sementeira da Relva⁶

Concluída toda a empreitada e entra à Camara pela mesma, foram ordenados e iniciados imediatamente os trabalhos de preparação do terreno que se destinava a enrelvamento para piso de aviões, que começou por lavrar toda a terra com charrua “Brabant”, e gradar até estar bem polvilhado o terreno. Em seguida a gradação procederam à distribuição do estrume por cima da terra já preparada seguindo depois a sementeira da relva que é muito semelhante à de azevem.



O estrume era composto do mato cortado em toda a area do vasto campo, que tinha sido retirado para os lados a onde não impedisse o terreno a enrelvar, com ele fizeram pilhas ou montoeiras que se compunham da seguinte forma: as camadas em mistura, mato com terra preta do local, cal em pó, algum pouco estrume trazido das cavalariças dos animais empregados em vários serviços municipalizados da Camara do Porto e ainda com algum muito pouco adquirido de lavradores que faziam com os seus bois trabalhavam no aeródromo, as montoeiras eram revestidas ou barradas de terra exteriormente por todos os lados provavelmente para resguardar o ar e melhor se ir decompondo tal estrume, que a ser espalhado dava a impressão de ser um muito simples terriço.

Feita a sementeira nas condições já referidas e sob a direcção de técnicos, era de esperar qualquer resultado, assim foi. Logo depois de nascer por todo o campo a



⁶ Vol. I, fl. 7v-8



relva começou por apresentar um aspecto pouco prometedor, indo-se definhando em vários pontos até que afinal desaparecia quasi por completo, vindo a ser semeada nas falhas novamente na primavera do ano seguinte “1944”, mas como continuasse ainda a haver algumas na primavera do ano de “1945”, foram novamente semeadas. A terra para estas repetições de sementeira era apenas gradada. As montoeiras de estrume que eram

para fertilizar a terra não foram gastas na sementeira tendo ficado terriço reservado para outras culturas, pois em Maio de 1945, ainda há uns restos de elas. Não sei mas o resultado pouco esperançoso da sementeira foi devido à pobreza do terreno para aquela cultura, pois os invernos foram muito pouco chuvosos.

7 - Hangar-Estação⁷

Nos primeiros meses do Outono ou ainda no fim do Estio do ano de 1945, foi construido um Hangar - Estação provisorio no aeroporto de Pedras Rubras. Esta obra segundo o que diz é provisoria, para servir enquanto a aerogare que é de pedra está em construção e não estiver concluida; destina-se a estação e o hangar cujas distribuições de serviços estão instalados separadamente etiquetadas nos dois lados longitudinais, ficando o interior



da casa destinado para acomodar aparelhos, mas apenas poderá guardar um. A construção do edificio barracão cujo esqueleto é todo de madeira forrado exteriormente a chapa de zinco, não há telhado, assentando todavia em alicerces de pedra, o pavimento é construido de betão. Foi construida pela empresa de construções civis a “Opeca” de Campanhã ficou concluida no dia 1 de

⁷ Vol. I, fl.17v

Dezembro porque no dia 2 foi inaugurada a estação. Este Angar passou a pertença do Aéreo Club do Porto, no dia 18 de janeiro de 1950, pela quantia de 120\$000\$00, celebrando este acto e o aniversário natalício do director do aerodromo com um almoço.⁸

Sobre as duas empenas do telhado de chapa, estão gravadas as iniciais C T A , e na frente por cima da estrada que é toda a largura do interior do edificio tem gravado por extenso = Companhia de Transportes Aéreos.

8 - Angar do Aeroporto⁹

O angar do aeródromo, cuja construção teve principio na primavera de 1947, ficou acabada nos fins do ano de 1948.

A sua construção que é feita em cimento armado com esqueleto de ferro e madeira foi bastante morosa devido à falta de materiais principalmente o cimento. Foi adjudicada esta obra em hasta publica na Câmara Municipal do Porto, por uma firma de construção civis daquela cidade pela quantia de 1.600 contos.



9 - A pavimentação do Aeroporto¹⁰

Não tendo quasi desaparecido o enrelvamento satisfeito pavimentação de confiança para segurança de pesadas aeronaves, resolveram pavimentar as pistas NS e EW.

A obra de pavimentação a pedra das pistas Norte Sul e Este oeste, que são da largura de 50 metros, foram começadas na primavera do ano de 1947 e continuadas no ano seguinte ficando para terminar ainda em 1949.

A sua construção parece ser de grande solidez, primeiro é assente uma bôa camada de pedras grandes, rachões bem acamados à mão batidos com martelo grande e bem nivelados, em seguida deitam uma bôa grossura de pedra britada sendo cilindrada , ensaibrada com saibro e farinha de pedra moida e depois alcatroada.

No prolongamento da pista N - Sul, na sua ponta norte a pavimentação a pedra foi construída nas mesmas condições. O pavimento de pedra ficou acabado no fim do mês de Fevereiro de 1949, e o alcatroamento nos calores estivais desse ano.

9.1 - Prolongamento da pista N.¹¹

No dia 9 de Janeiro do ano de 1961, foram iniciados os trabalhos de terraplanagem na pista

⁸ Esta afirmação está escrita em forma de rodapé, provavelmente uma informação que não escreveu de início e acrescenta para memória futura.

⁹ Vol. I, fl.48v.

¹⁰ Vol. I, fl.49v.

¹¹ Vol. I, fl.50v.

norte no aerodromo, na primeira fase cerca de seiscentos metros até próximo da estrada que seguia para Vila Nova. Os trabalhos foram começados com duas potentes maquinam escavadeiras, o que abreviou muito serviço em pouco tempo, ainda, a primeira fase estava por acabar e já a terraplanagem da segunda adiantada e a seguir a terceira com bom andamento.



10 - A comunicação subterrânea do aeródromo com o farol Norte em Avelêda¹²

No mês de Outubro do ano de 1951, os dirigentes do aéroport, iniciaram os trabalhos para a obra de ligação subterranea com o farol Norte na freguesia de Avelêda, Vila do Conde. Principiaram por se avistarem com os proprietarios expondo-lhes o fim da obra que pretendiam fazer e solicitando a concessão de atravessar com a passagem nos seus predios sem qualquer indemnização em virtude de nada os prejudicar. Ao que uns com melhor vontade, outros mais hesitantes, parece que afinal todos concordaram com a proposta assinando o respectivo termo de autorização da passagem sem qualquer indemnização, apenas com a obrigação de deixar as terras no seu lugar como se encontravam antes de fazer a obra.

Esta obra foi construida noas anos de 1951 e 1952, assim como foram levantados uns postes altos com uma lampada em cima e duas pequenas casas para postes de sinalização

Na freguesia de Vila Nova da Telha, haviam uns pequenos campos que estavam a lameiro e também a terra de cereaes, ao todo não seriam mais de quatro geiras, estes predios ficavam situados a leste de Vilar juntos ao antigo regato.

Na freguesia de Moreira, em Pedras Rubras, tambem foram ocupados uns predios de campo de iguais produções e aproximada superficie.

¹² Vol. I, fl.51v.

11 – Caminhos públicos ocupados pelo aeródromo¹³

O caminho público que do lugar do Monte de Paço atravessando por entre as bouças e campos de Vilar do Senhor, seguindo em direcção ao Sul até ao lugar conhecido por “Cancelas Vermelhas” subindo um acerdo (ou açurdo) tomava a direcção quasi a Leste até ao lugar dos Marcos, na estrada que segue para Matosinhos, este caminho dizia-se que antigamente foi estrada de comunicação para o Porto, e assim seria, visto que atravessava a estrada de Matozinhos e comunicava com a estrada que de P. Rubras segue para S.Tiago a caminho do Porto. No lugar das “seguiu um caminho publico para Freixieiro, passando pelo tanque conhecido por do “Brasileiro”, mais adeante para Leste do mesmo caminho, no lugar dos Maninhos, seguia um caminho publico que atravessava a estrada que segue do lugar da Tilheira para Santa Cruz do Bispo. Caminhos estes de muita utilidade não só por dar bôa comunicação a vasta zona de bravio que atravessavam, como para os lavradores de Vilar do Senhor e doutras aldeias pela conveniente comunicação com Matozinhos principalmente de verão. Pois estes caminhos foram ocupados pelo aeroporto e cedidos que parece, amavelmente pelas Camaras Municipais da Maia e Matozinhos, sem qualquer obrigação de substituição, como se tal concessão não prejudicasse uma tam conveniente via de comunicação e servisse apenas a zona expropriada.

Com o desaparecimento do caminho ficaram as bouças do snr. Manuel Lopes da Silva Ramos de Vila Nova da Telha e do snr. Filipe de Paço sem comunicação com a via publica.

Depois mais tarde a Camara do Porto mandou construir sobre a trincheira de esgoto junto ao campo de Orjo do snr. Joaquim José dos Santos, desta aldeia e da bouça do snr. Joaquim Pereira de Oliveira de Santa Cruz do Bispo, uma passagem e franquiar um caminho à volta do campo até à estrada que segue para Matosinhos dando assim comunicação às duas referidas bouças que a não tinham.

Em frente à passagem a Camara do Porto, mandou afixar num poste uma placa com a seguinte inscrição, as iniciais **C.M.P.** entrada livre.

(Conclui no próximo número)



¹³ Vol. I, fl.9v

Eurico Thomaz de Lima - (1908-1989) Pianista, Compositor e Pedagogo adotado pela Maia

Victor Dias*

Resumo: traça-se um perfil biográfico do compositor, pianista e pedagogo Eurico Thomaz de Lima, aluno de Viana da Mota, entre muitos outros mestres, com obra de grande interesse, nascido nos Açores mas um maiato adotivo.

Palavras-chave: compositor; pianista; pedagogo, obras; discografia

Abstract: The author traces a biographical profile of the composer, pianist and pedagogue Eurico Thomaz de Lima, a student with Viana da Mota, among many other masters, with a work of great interest, born in the Azores but adopted by Maia.

Keywords: composer, pianist; pedagogue; works; discography

Eurico Thomaz de Lima nasceu na cidade de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, Açores, a 17 de dezembro de 1908. O seu pai chamava-se António Thomaz de Lima e era violinista, compositor, maestro e professor no Conservatório Nacional de Lisboa. A sua mãe chamava-se Maria Ernestina Santos Lima.

Com 13 anos, Eurico Thomaz de Lima foi estudar para o Conservatório Nacional de Lisboa, onde foi discípulo dos Mestres Alexandre Rey Colaço e Vianna da Motta em Piano, de Luís de Freitas Branco em Estética e História da Música e de Hermínio do Nascimento em Composição.

Em 1929, Eurico Thomaz de Lima terminou o Curso Superior e de com Distinção e Louvor, obtendo a mais alta classificação até então concedida naquele Conservatório.

O seu professor, Mestre Vianna da Motta, referindo-se ao jovem pianista, escreveu: “[...] *Possui qualidades artísticas excepcionais, fina musicalidade que lhe permite penetrar inteligentemente o sentido das obras que executa, perfeição técnica, excelente sonoridade, maleabilidade de interpretação e a maior probidade artística [...]*”. (Lisboa, Conservatório Nacional, 1929).



* Câmara Municipal da Maia



Ainda aluno de Vianna da Motta, Eurico Thomaz de Lima começou a compor.

Em 1929, num concerto organizado pela Associação Académica do Conservatório Nacional, foram estreadas Valsa, Prelúdio e Estudo de Concerto para piano e Capricho, para violino e piano.

Depois de ter terminado o seu curso, Eurico Thomaz de Lima iniciou a sua carreira de pianista, realizando em todo o país inúmeros concertos interpretando obras de sua autoria e de outros compositores.

Nos anos de 1940/41, Eurico Thomaz de Lima, juntamente com outras figuras de relevo da cultura musical portuguesa, nomeadamente Madalena Sá e Costa, Paulo Manso e Leonor Vianna da Motta, apresentou-se em todo o país em Recitais de Música de Câmara integrados nas Missões Culturais do Secretariado da

Propaganda Nacional.

Entre os anos de 1949 a 1952, este pianista virtuoso de craveira internacional realizou duas importantes tournées no Brasil, apresentando-se com êxito nas salas de concertos mais importantes daquele país.

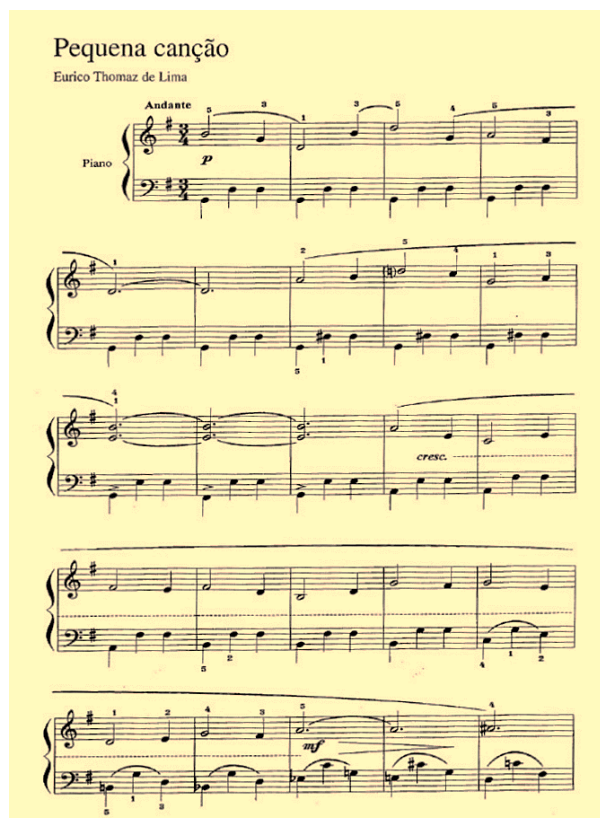
Compositor premiado pela Emissora Nacional de Radiodifusão Portuguesa, com duas Canções para Canto e Piano (1940-1941), Eurico Thomaz de Lima compôs também obras orquestrais e de música de câmara, nomeadamente depois de uma leitura de Camilo, Fantasia para piano e orquestra (1962), Suite Portuguesa para piano e flauta (1951) e Suite para violoncelo e piano (1957).

De cunho marcadamente nacionalista, a sua obra caracteriza-se por um constante equilíbrio entre a ideia e a forma.



Retrato do compositor, desenhado por: Renato Torres, Porto 1937

Na literatura para piano, que constitui o maior número de obras do compositor, Fantasia à memória de Chopin (1941), Buchenwald, Protesto Musical (1945), Algarve, Suite em oito quadros



(1941), Toccata para dois pianos (1952) são alguns dos exemplos em que os recursos sonoros do instrumentos são utilizados com mestria.

Algumas das suas obras foram editadas pela Casa Moreira de Sá e pela Editorial Franciscana.

A sua discografia em vinil, foi editada no Brasil, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Além de pianista e compositor, Eurico Thomaz de Lima exerceu uma notável ação pedagógica em várias escolas do país, tendo lecionado na Academia de Amadores de Música de Lisboa e depois nas Academias Mozart, Beethoven e Parnaso no Porto. Durante vários anos dirigiu cursos de piano na cidade de Guimarães. Em 1965, Eurico Thomaz de Lima foi nomeado Diretor Artístico dos Cursos de Música e Belas-Artes, na cidade do Funchal, regressando ao Porto em 1967.

A partir de 1972, Eurico Thomaz de Lima foi professor na Escola de Música Calouste Gulbenkian, em Braga.

Depois de uma vida intensa dedicada à Música como pianista, compositor e pedagogo, Eurico Thomaz de Lima faleceu na Maia, a 8 de junho de 1989, na cidade que adotou e o acolheu nos seus últimos vinte anos de vida.

Os seus restos mortais encontram-se sepultados na Freguesia de Vermoim, na Maia.

O seu espólio musical está depositado numa sala com o seu nome, à guarda da Universidade



Atuando na inauguração dos estúdios da RTP Porto em 27 de outubro de 1959

do Minho, podendo ser consultado, quer para fins de indagação musicológica, como para estudo e interpretação das suas obras.

A Câmara Municipal da Maia, por ocasião da comemoração do seu centenário, atribuiu a uma das mais amplas avenidas novas da cidade, o nome de Avenida Eurico Tomaz de Lima, compositor e pianista, tendo igualmente promovido um recital em que foi lançado um álbum com obras para piano e para piano e canto, com interpretações da soprano Sara Braga Simões e do pianista Luís Pipa, tendo sido o primeiro disco editado em formato CD, ao qual se sucederam outras edições com o intuito de divulgar a obra deste artista que a Maia acolheu nos últimos 20 anos de vida e que é indubitavelmente um compositor de relevo na História da Música Portuguesa do século XX.



CD editado pela Câmara Municipal da Maia

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

As memórias de um povo na coleção de um Museu

Sara Lobão Martins*

Resumo: as coleções são a riqueza e o pulsar dos museus, são elas as portadoras da identidade do meio e do próprio Homem. A conservação e valorização das mesmas são o meio que nos permite a preservação de um passado, a ligação com o presente e o legado futuro. Contribuem nas suas mais variadas vertentes com o simbolismo e com a matéria fruto da mão do Homem, este último o verdadeiro “objeto” de ligação de toda uma coleção.

A coleção Etnográfica do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia representa a sociedade que outrora existia neste concelho e que inevitavelmente vemos desaparecer.

Palavras-chave: Coleção; Identidade; Património

Abstract: The collections are the wealth and the pulsar of the museums, they are the bearers of the identity of the environment and of the Man himself. The preservation and valorization of them are the means that allows us the preservation of a past, the connection with the present and the future legacy. They contribute in their most varied aspects with symbolism and with the material fruit of the hand of Man the true "object" of connection of an entire collection.

The Ethnographic collection of the Museu de História e Etnologia da Terra da Maia represents the society that once existed in this county and that we inevitably see disappear.

Keywords: Collection; Identity; Legacy

“A missão de um museu é a de adquirir, preservar e valorizar suas coleções com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do património natural, cultural e científico”¹

O Museu da Maia

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, encontra-se instalado num edifício que funcionou como Paços do Concelho até 1902 e, cujas origens deverão remontar provavelmente ao século XVIII.

Funcionou posteriormente como escola primária; sede do Sport Clube do Castelo da Maia; Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso; posto de correios e registo civil até ao encerramento em 1998 para obras de adaptação a Museu Municipal.

A fundação do Museu História e Etnologia da Terra da Maia, remonta ao final da década de sessenta.

Por esta altura, no dia 23 de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, com a presença oficial do então presidente da Câmara Municipal da Maia o Coronel Carlos José Moreira, de várias autoridades civis e religiosas, e contando com a especial presença do Senhor Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, teve lugar o que podemos considerar o «nascimento» do nosso Museu - a inauguração da CASA-MUSEU DA TERRA DA MAIA.

* Câmara Municipal da Maia - Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

¹ Código de Ética do ICOM, 2006

Provisoriamente instalada na ala norte, a única existente, do claustro da Igreja Conventual de S. Salvador de Moreira, compunha-se de uma exposição arqueológica que procurava retratar a história da Terra da Maia.



Dois aspetos da inauguração da Casa-Museu da Terra da Maia, no claustro da Igreja de S. Salvador de Moreira

Mais tarde esta coleção foi transferida para a Quinta da Gruta situada na Vila do Castelo da Maia, o que levou à dispersão da coleção arqueológica, não se sabendo até hoje qual o seu destino.

O Museu Municipal entra então num período de *hibernação*.

Na década de oitenta o engenheiro Diretor da Câmara Municipal, Moreira de Figueiredo, recolhe e restaura cerca de 176 BC's (bens culturais), com o objetivo de retratar a vida rural do concelho. Esta “coleção” foi oferecida ao município no ano de 1990 para ser exposta na Casa – Museu da Terra da Maia, o que nunca chegou a acontecer.

Em junho de 1997, o Museu Municipal é aprovado em reunião de Câmara documento este onde ficaram então definidas as linhas de ação de uma política de museus para o concelho da Maia. Este documento pretendia criar vários espaços museológicos, complementares nos conteúdos programáticos, com duas vertentes: a etnologia/etnografia e a história do município. Lançaram-se as bases de projetos de investigação, inventário e gestão de coleções. Volvidos 4 anos, no ano 2001, este documento foi alvo de uma reprogramação que está na base do atual projeto museológico.

Nascia assim o atual Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

O museu é uma instituição que legitima a sua atividade através das suas coleções. É a razão da sua existência. Segundo o quadro legal português: “Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

a). Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos;

b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade”²

O museu é um mediador entre o seu público e os objetos que nele encerra, portadores de coleções que no seu todo, dentro de um museu adquirem novos estatutos, novos significados, e que nos ajudam a construir uma sociedade, a compor a história de uma terra e das suas gentes.

² Lei 47/2004 de 19 de agosto, artigo 3º

Breve enquadramento sócio cultural

Em meados do século XX, a população agrícola havia já tomado para si quase todo o espaço disponível de território. A Maia não era exceção. A agricultura era sem dúvida alguma um elemento unificador deste território, maioritariamente ligado à exploração agrícola, de pequenas parcelas de terreno, de exploração familiar e de auto-subsistência.

A introdução dos objetos mecanizados e da modernização das técnicas ligadas à agricultura, levaram a que cada vez menos as pessoas mantivessem a sua ligação com a terra.

Os trabalhos considerados assíduos eram cada vez mais exigentes para o pequeno grupo familiar que procurava e encontrava a sua mão-de-obra nos vizinhos, naquela que era de uma forma informal a entreajuda, mas que era a base da aquisição de mão-de-obra essencial para a manutenção de uma atividade que se encontrava já cada vez mais, em vias de extinção. Gradualmente, a industrialização trouxe novos costumes, um novo crescimento a uma cidade que se voltou para a modernização, para o desenvolvimento industrial, para o futuro. E é com os olhos postos no futuro que a agricultura perde importância na economia e na sociedade perdendo de igual modo o seu valor e o fator humano, que pouco a pouco se “desliga” desta atividade.



MM00001 Etnologia/Vitais Agrícola/Mobilização da Terra/Arados
Arado de pau, Coleção Moreira de Figueiredo
Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

“A alfaia agrícola é entendida como o conjunto dos instrumentos de trabalho diretamente manuseados pelo homem, na sequência das operações que visam a produção de bens e que têm a terra como objeto e meio desse mesmo trabalho. Elas caracterizam-se pela relação de íntima proximidade e adaptação física ao corpo do agricultor que as utiliza”.³

O Acervo de cariz Etnográfico, do século XVIII-XX da Terra da Maia, tem como Temática a Vida Rural: Alfaias agrícolas e Objetos representativos das seguintes atividades:

- 1) Mobilização da terra.
- 2) Corte e manuseio de forragens.
- 3) Monda, sacha e rega.

³ Caderno de normas da alfaia Agrícola Portuguesa.

- 4) Sementeiras
- 5) Proteções
- 6) Colheitas
- 7) Debulhas
- 8) Armazenagem do grão
- 9) Sistemas de corte e serração de madeiras
- 10) Aparelho de elevar a água para rega

Outras atividades

- 11) Sistemas de Atrelagem
- 12) Transportes

A coleção do Museu

A coleção⁴ do Museu tem na sua génese um conjunto de alfaias agrícolas que foram fruto de uma recolha levada a cabo pelo Engenheiro Moreira de Figueiredo, (que dá o nome à mesma por ter sido o autor da recolha) composta por alfaias⁵ agrícolas, que foram sendo recolhidas pelo próprio enquanto funcionário da Câmara Municipal da Maia, cujo fio condutor estava, tão somente nas lembranças que o próprio tinha da infância, nas memórias de um passado vivido e partilhado com todo um conjunto de objetos aos quais quis dar vida, numa tentativa de preservação para que no futuro ambos se perpetuassem.

Na verdade e de um modo geral uma coleção é entendida como um conjunto mais ou menos ordenado, coerente e significativo de objetos materiais ou imateriais que um indivíduo particular ou institucional se encarregou de constituir.

A coleção do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, MHETM designada de Coleção Engenheiro Moreira de Figueiredo, é o reflexo/ imagem daquela que outrora foi a paisagem agrícola e o modo de vida das pessoas da Região do Entre Douro e Minho, região essa em que se insere o concelho da Maia.

Ela é constituída por alfaias agrícolas da pré e pós mecanização dos anos sessenta,



MM00106\Etnologia\Alfaia Agrícola\Corte e manuseio de forragens\Banco de picar foicinhas
Banco de picar foicinha instalado num tronco de madeira; Coleção Moreira de Figueiredo
Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

⁴ COLEÇÃO s. f. – Equivalente em francês: collection; inglês: collection; espanhol: colección; alemão: Sammlung, Kollektion; italiano: collezione, raccolta.

⁵ Fem. pl. de alfaia ;al-fai-a ; *substantivo feminino*; Utensílio de adorno, tanto de casas como de pessoas. ; Utensílio de lavoura.



MM00070/Etnologia/Alfaias Agrícolas/Mobilização da terra/Semeadoras
Semeador de tracção animal, com estrutura em madeira, quatro rodas;
Coleção Moreira de Figueiredo
Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

relacionadas com as culturas típicas da região, de onde se destaca o cultivo do milho nas suas mais variadas vertentes e fases, bem como o trabalho do linho, completada por um outro grupo de objetos, que não sendo alfaías agrícolas também são a imagem dos utensílios do campo e das casas de lavoura.

A coleção, atualmente disposta e ordenada de forma a completar todo o ciclo agrolaboral, inventariada e alvo de práticas de conservação, são o espelho de toda uma sociedade, a base e génese do Museu, uma

coleção carregada de usos e costumes na sua maioria já desaparecidos.

Normalmente olhamos para uma coleção, neste caso particular de alfaías agrícolas, e vemos o objeto como correspondente a um tempo já passado e longínquo, mas que na realidade é do mesmo modo, ainda vivo e presente na memória e no quotidiano de muitos de nós.

Passam assim a ser não meramente um objeto, mas um semióforo, portador de identidade própria, de uma história, de um significado e valores próprios (sentimentais e financeiros), um testemunho “vivo” a ser transmitido a todos.

Georges Henri Rivière utilizou inclusive a expressão objeto-símbolo para designar certos objetos-testemunhos, todos eles cheios de conteúdo, que serviam para compilar em si toda uma cultura ou toda uma época.

A valorização desta coleção pretende a partir de testemunhos materiais e imateriais do homem e de seu meio, ligar a população às suas origens, as gentes à sua terra.

Ligação essa que tem sido cada vez mais valorizada pelo Museu, pelas exposições que são criadas, como forma de unificar a coleção e os visitantes, torná-la acessível para todos, divulgá-la para que seja valorizada, torná-la a imagem viva de um tempo que não volta, mas que se pretende que não seja esquecido.

Conclusão

O objeto comporta em si sempre a ligação física à social, a sua matéria à sua utilização e consequentes memórias que criou ao longo dos tempos, bem como àquelas que inevitavelmente irá criar em todos aqueles que a observam enquanto “mero” objeto museológico. Essa partilha traz uma riqueza a cada um dos objetos das coleções, sobretudo etnográficas, porque permitem ajudar ao crescimento social de criação de raízes identitárias culturais de toda uma comunidade.

Os objetos são alvos de histórias e de memórias que vivem a par com o Museu, que contribuem para mostrar o verdadeiro objeto que é o próprio Homem. As coleções não são mais que a materialização do ser Humano e das suas vivências, que podem e devem ser utilizadas como linguagem comunicativa e afetiva com a finalidade única de criar laços com a comunidade e com

todos aqueles que os visitam.

Esta é a grande mensagem daquilo que é o património “...conjunto de bens que uma geração quer transmitir às seguintes por considerar que esse conjunto de bens constitui o talismã que permite ao Homem e ao grupo social compreender o tempo nas suas três dimensões (passado, presente e futuro).”⁶

Bibliografia

BRITO, Joaquim Pais de; CAMPOS, Ana Margarida; COSTA, Paulo Ferreira da – *Alfaias Agrícolas. Normas de Inventário*, Direção de Serviços de Inventário/Instituto Português de Museus, 1ª Edição, maio 2000.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim – *Alfaia agrícola Portuguesa*. Instituto Nacional de Investigação Científica, 2ª Edição, Lisboa, 1983.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Tecnologia Tradicional Portuguesa: O Linho*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978.

PEARCE, Susan - *Museums, objects and collections*. Washington: Smithsonian Institution

ROCHA TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.) – *Iniciação à Museologia*. 1993, Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 972-674-104

VELOSO, Sousa; GARRIDO, Jorge; BETTENCOURT, José Maria - *A Vida Rural Moderna*. Editorial O Século.



⁶ Jean - Michel Leniaud é um historiador conhecido pelo seu trabalho sobre a história do património e da arquitetura.

NOTAS DE LEITURA

Daniela Alves; Hélder Barbosa

Histórias e Memórias das Quintas da Freguesia da Maia

Maia: Fundação Gramaxo, 2016



Este é o primeiro título editado pela Fundação Gramaxo, a quem endereçamos os nossos sinceros parabéns pela coragem de se lançar no mundo da edição, sobretudo com uma obra sobre o património cultural da nossa Terra, onde está também contemplada a Quinta da Boa Vista, «solar» dos Gramaxos e sede da Fundação com o mesmo nome.

Este trabalho divide-se em três partes fundamentais.

Na primeira os autores procuram traçar uma imagem da «Maia de outros tempos», enquadrando desse modo o que vem a seguir.

Depois o «corpo» do trabalho faz a descrição de várias quintas sitas na (então) Freguesia da Maia, como sejam:

Quinta da Boa Vista; Quinta dos Cónegos; Quinta das Lages; Quinta do Visconde de Barreiros; Quinta de S. Francisco de Paula; Quinta de Santa Catarina de Sena.

Finalmente, e depois da Bibliografia, um interessante apêndice com vários anexos de cariz genealógico.

Trata-se de um trabalho muito cuidado, muito bem ilustrado, com uma paginação muito agradável, deixando que o texto e as figuras respirem, e cujo resultado final merece ser louvado, tanto pela forma como pelo conteúdo.

Os autores fizeram um trabalho sério, rigoroso e promissor, que nos deixa na expectativa de ler o próximo.

Três pequeninos reparos para as futuras publicações (e quem sabe para uma segunda edição desta). No que diz respeito à Bibliografia, ela não segue nem a Norma Portuguesa nem a norma APA, pormenor fácil de corrigir; também me parece algo incompleta, até no que toca à Maia. Valorizaria ainda mais a Obra se tivesse havido um pequeno capítulo (2, 3 páginas) sobre o significado e a importância da «Casa» numa perspetiva antropológica. O último reparo tem a ver com o texto «Sobre os autores». Salvo publicações póstumas (o que não é, graças a Deus o caso!!!), qualquer perfil biográfico ou referência aos autores é feita normalmente nas «badanas» do livro, ou na contracapa. Não tem nada de mal, mas não é hábito, e por isso estranha-se.

Resumindo então, eis uma obra obrigatória para a História da Maia, nomeadamente para a (então) Freguesia de S. Miguel de Barreiros, e para todos os que gostam de história familiar.

Renovo, por tudo isto, as minhas felicitações à Fundação Gramaxo, pelo risco assumido de se lançar nestas andanças e, obviamente, aos autores do livro, pela obra que realizaram, e pela forma como o fizeram

José Augusto Maia Marques

NOTÍCIAS

Biblioteca Municipal

XI Edição da feira do Livro da Maia

Parque de Lazer da Fundação Gramaxo, 2 a 11 de julho

A XI edição da Feira do Livro da Maia decorreu, pela primeira vez, no Parque de Lazer da Fundação Gramaxo de 2 a 11 de Julho de 2016. Tal como aconteceu nas edições anteriores esta iniciativa apresentou um vasto programa ligado à literatura, com a presença de autores, palestras, apresentações de teatro, poesia, oficinas e horas de conto que, entre outras atividades, potenciam a “figura” do livro e a importância da literatura no quotidiano de adultos e crianças.

O programa cultural apresentado constituiu um dos pontos fortes desta atividade, considerando que este tem tanto mais sucesso quanto mais variada for a sua oferta. Importa também destacar as parcerias realizadas com instituições locais que além de reforçarem a sua presença cultural apresentam atividades de elevado mérito, de qualidade e com muita procura.



No que se refere à oferta editorial a estratégia adotada foi a de apresentar títulos que já não são considerados novidades. Este plano permite uma oferta única e completamente diferente daquela que os utilizadores encontram diariamente nas grandes superfícies com preços bastante competitivos.

Este evento contou com cerca de 1.000 visitantes em atividades culturais e cerca de 30.000 visitantes no recinto destinado à comercialização de livros, DVD, CD Áudio, entre outros suportes, totalizando cerca de 31.000 visitantes.

Após onze anos de realização, e de acordo com o observado, temos consciência que Feira do Livro da Maia faz já parte das rotinas dos nossos munícipes.

Foi criado o hábito, e esse hábito tende a enraizar-se tanto mais que nos últimos anos este evento surge sempre com um programa cultural muito completo e diversificado angariando e fidelizando, também por isso, novos públicos.

Primeiro Encontro Nacional de Comunidades de Leitores de Bibliotecas Públicas Fórum da Maia, 22 de outubro

O Encontro Nacional de Comunidades de Leitores de Bibliotecas Públicas, realizado no pretérito dia 22 no Fórum da Maia foi, nas palavras dos participantes, um sucesso. Marcou pelo seu ineditismo o início de um movimento que pretende agregar as diferentes comunidades de leitores e clubes de leitura espalhados pelas bibliotecas públicas nacionais.

Este foi um dos aspectos salientados durante os trabalhos do encontro e reiterado por vários dos intervenientes que encheram o pequeno auditório do Fórum da Maia.

Na Maia estiveram presentes de membros de comunidades que se deslocaram de Valença, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Figueira da Foz, Coimbra, Sertão, Almada, Loures, Montemor-o-Novo, Vila Real e Beja.

O dia era sobretudo de celebração, celebração dos dez anos da Comunidade de Leitores da Biblioteca Municipal da Maia e celebração, igualmente, da voz dos leitores. A tónica e o ponto de partida



deste encontro era a centralidade dos leitores, e, de facto foram eles os grandes protagonistas, seja a questionarem o escritor convidado Valter Hugo Mãe, seja a responderem a perguntas provocadoras vindas da ‘troika’ constituída pelos escritores Isabel Rio Novo, Miguel Miranda e Paulo M. Morais, seja ainda a partilharem os seus modos de encarar a leitura. Ana Cristina Silva, escritora convidada para a Sessão de encerramento destacou precisamente o facto de ter sido conferida aos leitores a possibilidade de terem voz.

Nas duas mesas dedicadas à apresentação de comunicações há destacar realce-se a apresentação pública dos diversos clubes de leitura e comunidades de leitores, e subsequente divulgação das suas formas de sentir e modos de fazer.

À divulgação destes diferentes projectos, falou-se também dos processos de dinamização cultural usados, as dificuldades, as expectativas e os anseios dos que acreditam que ler é um acto de libertação.

Esta partilha de experiência foi de extrema importância pois permitiu a legitimação de diferentes modelos de funcionamento, todos eles válidos.

O conceito de comunidade de leitores saiu reforçado, uma vez que – na palavra dos intervenientes –, para além da sua importância na promoção do livro e da leitura, constituem-se como espaço de socialização, de integração social e de combate à solidão, sobretudo da franja da população mais envelhecida. Assumem-se, na verdade, como verdadeiros lugares de afecto, onde as relações interpessoais assumem dominância e acabam por sobressair.

Concluiu-se, igualmente, que sendo o livro importante e mola impulsionadora para a constituição de Comunidades ou clubes de leitura, a sua manutenção e consolidação no tempo carece de outras estratégias

que passam pela implementação de actividades complementares de carácter mais lúdico, essenciais para a solidificação de vínculos afectivos.

No final do encontro, Nuno Cacilhas, dinamizador do Clube de Leitura da Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo, salientou que para o futuro era importante construir a partir dos alicerces construídos durante este encontro, uma vez que o primeiro passo foi dado na Maia.

Reforçou igualmente a necessidade de os diversos clubes de leitura e comunidades de leitores existentes no país fortalecerem a sua colaboração, propondo-se a criação de uma rede.

Sensibilizou, ainda, para a necessidade de fazer em 2017 um ‘Segundo Encontro Nacional de Comunidades de Leitores’, momento que considerou importante para a divulgação do livro escrito por Jorge Silva, dinamizador da Comunidade de Leitores da Biblioteca Municipal da Maia, sobre a experiência dos dez anos desta comunidade de leitores, a ser publicado em 2017.

Joaquim Jorge Moreira da Silva

VI Jornadas da Rede de Bibliotecas da Maia

«Leitura Digital», 18 e 19 de novembro

Partindo da premissa que a prática da leitura contribui para o aumento da literacia de um país e, por conseguinte, para a formação de cidadãos mais capazes de responder aos desafios pessoais e profissionais, as bibliotecas públicas e escolares, enquanto promotoras da leitura, em especial da leitura recreativa, têm de assumir-se como eixo de inovação, capaz de contribuir para a formação de cidadãos ativos e participativos, cosmopolitas e curiosos, capazes de se adaptarem às constantes mudanças e inovações com que se deparam neste século.

À luz dessas mudanças, a leitura deixa de estar confinada aos limites da página escrita, com o auxílio da tecnologia, o que permite uma maior interação entre o leitor e a palavra, aliando-lhe sons e imagens em movimento. Contudo, ler na era digital implica e continuará a implicar o rever de práticas de educar para a literacia baseadas numa colaboração mais ativa e um crescente empenhamento e motivação por parte de todos os que partilham essa responsabilidade.

Nesse sentido, é necessário que o bibliotecário e o professor bibliotecário conheçam e saibam utilizar a Internet e outras ferramentas TIC disponíveis para a leitura, conscientes que o seu papel de ensinar a ler poderá tornar-se em ensinar a ver, onde ecrãs e livro convivem lado a lado, dinamizando novas práticas de literacia na era digital.



A realização das VI Jornadas da Rede de Bibliotecas da Maia teve como principal finalidade promover um espaço de reflexão e *savoir-faire* em torno das problemáticas e desafios que as bibliotecas enfrentam numa era digital, evidenciando-se pelo seu caráter prático e a proximidade com os formandos, permitindo a partilha de conhecimentos e experiências no âmbito da(s) literacia(s) e estratégias de promoção e consolidação de hábitos de leitura. De forma a promover uma aprendizagem prática da teoria, foram privilegiadas estratégias de aprendizagem ativa mobilizadoras dos conhecimentos e experiências dos formandos, sendo possível a cada um deles refletir sobre as suas práticas e aperfeiçoar as intervenções educativas no seu contexto de atuação. Com a partilha de conhecimentos e práticas, pretendeu-se enfatizar práticas de leitura na era digital que favoreçam a aproximação confiante e motivadora do leitor ao ato de ler.

Estas jornadas inserem-se na missão da Biblioteca Municipal e no seu propósito de colaborar ativamente em projetos de parceria com organismos internos e externos ao concelho da Maia, nomeadamente através do apoio às bibliotecas escolares, contribuindo assim para o reforço da rede local de leitura pública.

MA

Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

Conversas com...

Museus. Património. Educação - 10 de dezembro

Este evento consistiu num encontro que versou sobre três conceitos, cujo desenvolvimento é uma das preocupações da atualidade: museus, património e educação.

O seu maior objetivo foi mostrar a importância da educação, nomeadamente a patrimonial, que aplicada aos museus pode contribuir para a mudança da postura das gerações na sua relação com o património e com as instituições museológicas.



Educar em museus, implica construir significados partindo dos objetos, mediante recursos e estratégias de mediação patrimonial que facilitem um envolvimento ativo – físico, intelectual e emocional – dos sujeitos com os objetos, criando espaços para experiências pessoais e educacionais produtivas promovendo uma aprendizagem efetiva, ativando memórias singulares e promovendo posturas positivas na relação futura com o património e com os museus. Educar em museus é, deste modo, importante quando atendemos à respetiva missão central e campo de ação, a sociedade e seu desenvolvimento.



O encontro teve, assim, o contributo de testemunhos que referem a importância da educação e da educação patrimonial em museus, bem como a apresentação do caso prático do Museu Municipal em Educação Patrimonial e respetivos resultados nos processos de ensino-aprendizagem da comunidade escolar da Maia, fruto de um projeto de investigação.

AT

Projeto «A Maia e os Maiatos na Grande Guerra»

Palestra «1916: O ano em que as duas faces da guerra se encontraram»
Parque de Lazer da Fundação Gramaxo, 3 de julho



Incluída na Programação da Feira do Livro da Maia 2016, realizou-se no dia 3 de julho a conferência “1916: o ano em que as duas faces da guerra se encontram”. Foram palestrantes José Maia Marques e Jorge Silva.



Esta conferência integra-se no projeto “A Maia e os Maiatos na Grande Guerra”, e pretendeu evocar, como vem sendo hábito, cem anos depois, o momento em que as duas frentes de guerra se reúnem em Portugal: a África, onde combatíamos desde 1914, e a Europa (Flandres) para onde, após a declaração de guerra, preparávamos os nossos soldados. Foi uma organização do Pelouro da Cultura e da Biblioteca Municipal da Maia.

JMM

PRESENÇAS

Colóquios e Congressos

I Congresso Internacional "Camilo: o homem, o génio e o tempo"

**Auditório Municipal de Ribeira de Pena e Casa de Camilo em Friúme
9, 10 e 11 de setembro**

Este Congresso efetuou-se em 9, 10 e 11 de setembro no Auditório Municipal de Ribeira de Pena e na Casa de Camilo em Friúme, evocando os 175 anos do casamento de Camilo e Joaquina, realizado na Igreja Matriz do Divino Salvador em Ribeira de Pena.

Foi organizado pela Câmara Municipal de Ribeira de Pena (CMRP), e pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Para além das várias intervenções, foi lançada a reedição de “A Primeira Mulher de Camilo”, de Alberto Pimentel, no centenário da mesma (Orfeu, editora) e, no âmbito das artes plásticas, foi inaugurado o Mural Literário de Camilo Castelo Branco, criado pelo artista Daniel Eime.



Da Câmara Municipal da Maia esteve presente o **Dr. José Augusto Maia Marques** com a comunicação “**Camilo, as mulheres e a Maia**”.

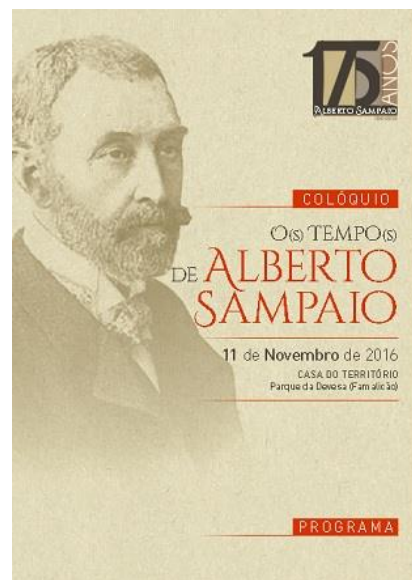
JMM

Colóquio “Os Tempos de Alberto Sampaio”

**Casa do Território (Parque da Devesa), Famalicão
11 de novembro**

Teve lugar no dia 11 de novembro, na Casa do Território (Parque da Devesa), em Famalicão, o Colóquio “Os tempos de Alberto Sampaio”, visando assinalar os 175 anos do seu nascimento.

Esta organização da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e do Instituto Universitário da Maia, contou com o patrocínio científico do CEDTUR - Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico, CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória e, CETRAD - Centro de Estudos Transdisciplinar para o Desenvolvimento. Esta jornada de trabalho, congregou vários investigadores e académicos em torno de Alberto Sampaio, reforçando a centralidade de uma figura



excecionalmente preparada e motivada para o serviço público, tanto no plano da intervenção cívica e cultural, como no do estudo das matérias económicas, históricas e sociais.

Da **Câmara Municipal da Maia** esteve presente o **Dr. José Augusto Maia Marques**, com a comunicação “**A dimensão etno-histórica de Alberto Sampaio**”.

JMM

Seminário “As Invasões Francesas na cidade do Porto”

Forte S. João Baptista da Foz do Douro, Porto

18 de novembro

No dia 18 de novembro teve lugar no Forte S. João Baptista, na Foz, Porto, o seminário “As Invasões Francesas na cidade do Porto”.



Numa organização da Universidade Portucalense, a iniciativa pretendeu divulgar a importância das

Invasões Francesas na história do Porto, despertar o interesse pela preservação de locais da cidade relativos a este momento histórico e dinamizar a História Militar junto da sociedade.

O seminário foi realizado com o apoio do Instituto da Defesa Nacional e da União das Juntas de Freguesia de Nevogilde, Foz e Aldoar.

Intervieram investigadores do Instituto de Defesa Nacional, das Universidades do Porto e Portucalense, da ESE-IPP e das Câmaras Municipais do Porto, Gaia e Maia.

Da **Câmara Municipal da Maia** esteve presente o **Dr. André Tomé Ribeiro** com a comunicação “**De 25 a 29 de março de 1809, a IIª invasão francesa e os registos paroquiais de óbitos**”.

ATR

III Colóquio Internacional dos Caminhos de Santiago

Rates, Póvoa de Varzim

18 e 19 de novembro

S. Pedro de Rates voltou a ser palco de reflexão sobre as temáticas do Caminho de Santiago. A terceira edição do Colóquio Internacional dos Caminhos de Santiago, decorrida nos dias 18 e 19 de novembro, cujo tema “Os caminhos do Caminho” trouxe várias dezenas de participantes que fizeram questão de se juntar a esta iniciativa cultural da Junta de Freguesia de S. Pedro de Rates, do Centro de Estudos Jacobeus e da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.





Arcipreste de Vila do Conde/Póvoa de Varzim e Paulo João Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Rates.

Apresentaram comunicações, que como habitualmente serão publicadas em Livro, vários elementos de diversas Universidades, Autarquias e Instituições culturais.

Da **Câmara Municipal da Maia** esteve presente o **Dr. José Augusto Maia Marques**, que apresentou a comunicação “**O Mosteiro Crúzio de Moreira – uma joia do e no Caminho**”.

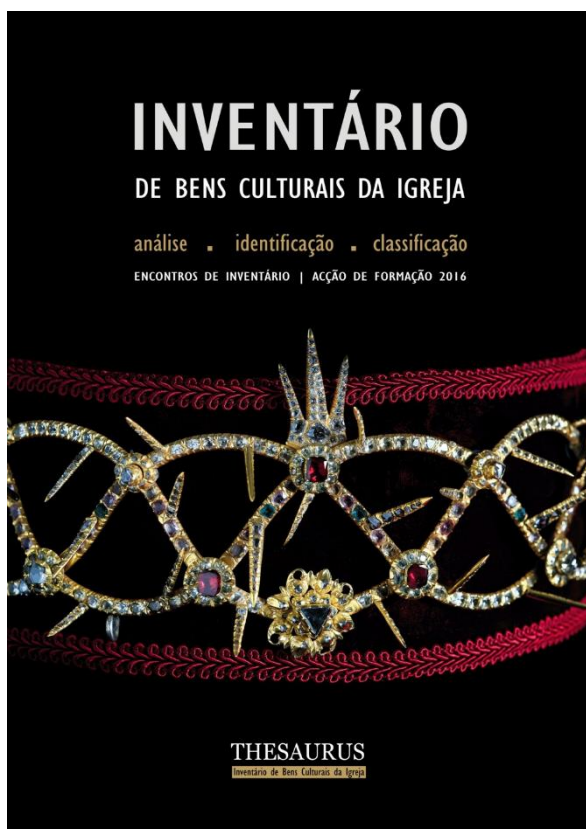
JMM

Ações de Formação

Inventário de Bens Culturais da Igreja: Análise – Identificação - Classificação»

Domus Carmeli, Fátima

11 de janeiro a 5 de dezembro



Terminou no dia 5 de dezembro a ação de formação sobre inventário de bens culturais da Igreja, que se havia iniciado a 11 de janeiro.

Esta iniciativa que teve lugar na Domus Carmeli, em Fátima, estava estruturada em 21 módulos, distribuídos por 9 sessões, num total de 36 horas letivas.

Incidindo nas áreas específicas do inventário de Bens Culturais da Igreja, nos domínios do património móvel e integrado, os diversos módulos, orientados para o sistema de gestão implementado, foram suportados por outros de carácter prático, vocacionados para o reconhecimento de técnicas, identificação de materiais e adoção de terminologia precisa.

Na sessão de encerramento, presidida por D. Pio Alves, Presidente da Comissão Episcopal de Cultura, Bens Culturais e Comunicação Social, foram entregues os diplomas.

Da **Câmara Municipal da Maia** esteve presente o **Dr. José Maia Marques**, Técnico Superior da Instituição.

JMM

Património Artístico da Igreja: Critérios e práticas de conservação preventiva**Casa Diocesana de Vilar, Porto****1 de dezembro**

Esta ação de formação teve lugar a 1 de dezembro na Casa Diocesana de Vilar, no Porto. Foi a última de uma série de idêntico conteúdo que passou também pelas dioceses de Bragança, Beja, Lisboa e Angra.

Com esta ação o Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja pretendia:

- identificar os principais fatores de risco e degradação dos Bens Culturais da Igreja;
- conhecer o conjunto de procedimentos e práticas de conservação preventiva, aconselháveis à correta manutenção do património das igrejas;
- incentivar a implementação de planos de salvaguarda e prevenção;
- favorecer a consolidação de uma cultura de proteção do património cultural da Igreja junto das comunidades.

Da **Câmara Municipal da Maia** esteve presente o **Dr. José Maia Marques**, Técnico Superior da Instituição.

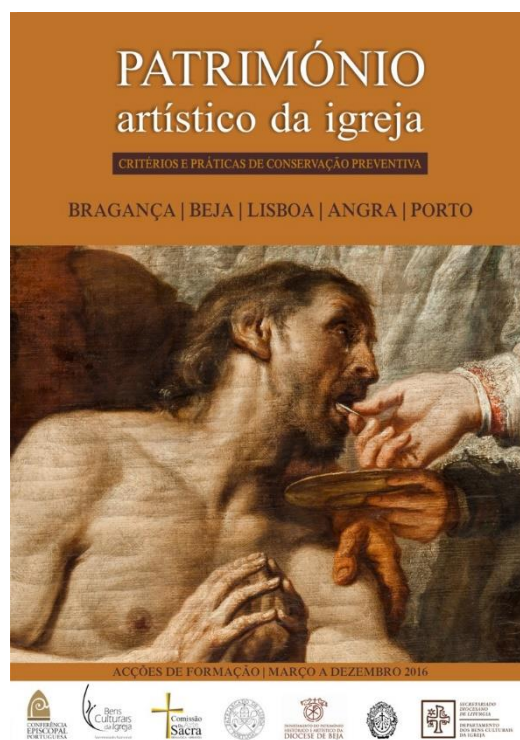


FOTO QUIZ

Maia, num lugar bem central, nos inícios do século XX. Alguém sugerir uma identificação para o local e nos dá uma breve descrição? Respostas para jmaiamarques@gmail.com



Normas para apresentação de originais

0. O trabalho a submeter deve ser totalmente original e inédito e ter relevância e clareza de conteúdo.
1. Os artigos devem ser prioritariamente escritos em língua portuguesa, no entanto em casos pontuais poderão ser aceites artigos em inglês, francês e espanhol.
2. O original deve ser apresentado em formato Word e apesar de não haver um limite de páginas dos originais a submeter a publicação, recomenda-se que os artigos não excedam as 20 páginas A4 (incluindo resumos, quadros, figuras, tabelas, gráficos, notas de rodapé e referências).
3. A dimensão da folha deve ser A4 (21x29.7cm) com margens, superior, inferior e laterais de 2 cm.
4. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5.
5. O tipo de letra utilizado deve ser Times New Roman a 12 pt.
6. Deve juntar-se ao original um documento autónomo onde conste o título do artigo, o subtítulo, se existir, o nome e afiliação dos autores e endereço do autor para correspondência. Ao longo do manuscrito não deve constar qualquer informação identificativa dos autores.
7. Os artigos deverão conter na página inicial, nas línguas portuguesa e inglesa, a seguinte informação: título, resumo que não deverá exceder as 150 palavras e até 5 palavras-chave.
8. Os artigos deverão ter preferencialmente a seguinte estrutura: Introdução; Desenvolvimento; Conclusão; Referências bibliográficas.
9. As ilustrações – quadros, figuras, tabelas ou gráficos – deverão respeitar, no seu conteúdo e forma, o contexto e a temática que as justificam. Em caso de ser necessário legendas, inclui-las no final da publicação. Não esquecer a fonte/origem da ilustração. A indicação do local onde deverão ser colocadas deve constar no texto do artigo a vermelho. As Imagens devem ser em formato digital JPEG, GIF ou TIF e os Gráficos nos formatos originais de produção. Os direitos sobre as imagens introduzidas nos trabalhos são da responsabilidade exclusiva dos respetivos autores.
10. Os vocábulos estrangeiros deverão ser apresentados em itálico e não entre aspas, exceto quando se tratar de citações de textos.
11. As notas, em rodapé, devem ser sucintas e meramente esclarecedoras e não “um artigo dentro de outro artigo”.
12. As referências e citações bibliográficas, a apresentar igualmente em rodapé, devem obedecer ou à Norma Portuguesa 405, que podem ser consultadas no site da U. Minho:
(cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=317&lang=pt-PT>)
ou às normas APA, disponíveis no site dessa mesma Instituição:
(cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=313&lang=pt-PT>)

